



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

BÁRBARA FERNANDES DE OLIVEIRA CAVALCANTE

**ACESSIBILIDADE E JORNALISMO: UMA ANÁLISE DE DEZ PORTAIS DE
NOTÍCIAS BRASILEIROS E O ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AOS
SEUS CONTEÚDOS**

Recife
2021

BÁRBARA FERNANDES DE OLIVEIRA CAVALCANTE

**ACESSIBILIDADE E JORNALISMO: UMA ANÁLISE DE DEZ PORTAIS DE
NOTÍCIAS BRASILEIROS E O ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AOS
SEUS CONTEÚDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo do Espírito Santo da Cunha

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Mariana de Souza Alves – CRB-4/2105

- C376a Cavalcante, Bárbara Fernandes de Oliveira
Acessibilidade e jornalismo: uma análise de dez portais de notícias brasileiros e o acesso de pessoas com deficiência aos seus conteúdos/
Bárbara Fernandes de Oliveira Cavalcante. – Recife, 2021.
116p.: il. fig.
- Orientador: Rodrigo do Espírito Santo da Cunha.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2021.
- Inclui referências, apêndice e anexos.
1. Comunicação. 2. Acessibilidade. 3. Jornalismo. 4. Pessoas com Deficiência. 5. WCAG. I. Cunha, Rodrigo do Espírito Santo da. (Orientador). II. Título.
- 302.23 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2021-204)

BÁRBARA FERNANDES DE OLIVEIRA CAVALCANTE

ACESSIBILIDADE E JORNALISMO: UMA ANÁLISE DE DEZ PORTAIS DE NOTÍCIAS BRASILEIROS E O ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AOS SEUS CONTEÚDOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Comunicação.

Aprovada em: 28.06.2021

BANCA EXAMINADORA

PROF. RODRIGO DO ESPÍRITO SANTO DA CUNHA
Universidade Federal de Pernambuco

PROFA. CAROLINA DANTAS DE FIGUEIREDO
Universidade Federal de Pernambuco

PROFA. JOANA BELARMINO DE SOUSA
Universidade Federal da Paraíba

Aos meus pais, Marivete e Judson, os grandes incentivadores minha educação formal. Luzes da minha vida.

Ao meu irmão, Henrique, por todas as vezes que ouviu e acalentou minhas dores e medos durante essa jornada.

A todas as 45 milhões de pessoas com deficiência que vivem nesse país e que, diariamente lutam por igualdade.

AGRADECIMENTOS

Eternamente grata ao querido Prof. Rodrigo Cunha, por acreditar no potencial da minha pesquisa, pela receptividade, por toda a paciência e por toda tranquilidade que me passou, mesmo nos momentos mais críticos, pelas palavras amigas e por me estimular nas orientações com os questionamentos adequados.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema) pelo interesse nessa pesquisa e por todo, o importante e pontual, apoio financeiro que foi vital para a realização do mestrado dessa maranhense em terras pernambucanas.

Aos meus pais por sempre primarem pela minha educação, obrigada Marivete e Judson por, além de me oferecerem a oportunidade ter uma boa educação, também estarem sempre presentes durante minhas dores e conquistas, sem o apoio de vocês nada disso seria possível.

Ao meu namorado Thomaz Cortez por todo apoio dado, pela sensibilidade em perceber quando eu precisava desacelerar e ser mais confiante, pelas gargalhadas e maratonas de anime que contribuíram para os momentos em que eu precisava desopilar. E também aos nossos gatos: Hana, Sora e Nami que sempre me fizeram companhia, deixando as madrugadas de escrita menos solitárias.

Aos professores do PPGCOM que contribuíram de uma forma magnífica na construção dos meus conhecimentos, em especial, a professora Giovana Mesquita que me deu todo apoio desde minha chegada em Recife.

As professoras Joana Belarmino e Carolina Dantas, por aceitarem compor a banca de qualificação, duas mulheres e pesquisadoras admiráveis. Suas contribuições no processo de qualificação foram fundamentais que o trabalho pudesse ser desenvolvido.

Aos queridos alunos da disciplina de Comunicação e Acessibilidade, que ministrei com muita força de vontade durante o estágio docência, mesmo com todos os empecilhos que a pandemia trouxe, foi uma jornada de muitas trocas e apoio mútuo.

Agradeço também a professora Lívia Cirne, pessoa que admiro muito e que, lá atrás, acreditou na minha primeira concepção de pesquisa relacionada à acessibilidade e me incentivou a dar passos desafiadores como pesquisadora. Obrigada!

RESUMO

Quando falamos sobre internet, esse universo, teoricamente, democrático e com diversas funcionalidades, também devemos pensar em conteúdos adaptados e responsivos para facilitar o acesso de pessoas com deficiências, com dislexia, não-alfabetizadas etc. Entretanto notamos que os principais portais de notícias do país não adotam mecanismos que garantam acessibilidade, ou seja, por falta de investimentos em tecnologias assistivas cerca de 23% da população brasileira – soma de pessoas cegas e surdas do país – não conseguem acessar essas páginas com aproveitamento igual ao de uma pessoa sem deficiência. Esta pesquisa se trata de uma investigação acerca das práticas de acessibilidade em dez portais de notícias do país, com base nas Leis 5.296/2004 e 13.146/2015, com o intuito de compreender quais as falhas desses portais no que se refere a acessibilidade, quais as demandas de pessoas com deficiência visual e auditiva e como essas questões poderiam ser resolvidas. Para isso, selecionamos dois portais de notícias de cada região e, a partir de avaliações automática e manual das Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web e da aplicação de uma pesquisa exclusiva com pessoas com deficiência, cruzamos as informações obtidas e notamos que há uma grande falha no tocante da acessibilidade comunicacional não só nos portais de notícias, mas em todos os conteúdos digitais brasileiros.

Palavras-chave: Acessibilidade; Comunicação; Jornalismo; Pessoas com Deficiência; WCAG.

ABSTRACT

When we talk about the internet, this democratic universe with multiples features, we should think about adapted and responsive content to make it easier for people with disabilities, dyslexia, non-literate, and more. However, it is possible to note that the country's mainstream news portals do not adopt mechanisms granting accessibility features, meaning, due to lack of investments in assistive technologies, around 23% of the Brazilian population (sum of the blind and deaf people in the country) cannot access those webpages with the same on the same terms of a person without disabilities. This research aims to investigate the accessibility practices of ten mainstream news portals around the country, based on Brazilian Law Code 5,296/2004 and 13,146/2015, to understand what the failures of these portals are concerning accessibility, which the demands of people with visual and hearing impairments and how these issues could be solved. To achieve this, we selected two mainstream news portals from each Brazilian area and, based on automatic and manual evaluations of the Accessibility Guidelines for Web Content and, the application of an exclusive survey with people with disabilities. We compiled the information obtained and detected a significant flaw in communicational accessibility in the news portals and all Brazilian digital content.

Keywords: Accessibility; Communication; Journalism; Disabled people; WCAG.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	No Só Notícia Boa é utilizado o Rybená para leitura de texto e libras	24
Figura 2 –	O portal Acesse, especializado em notícias sobre pessoas com deficiência, também não oferece todas as ferramentas necessárias	25
Figura 3 –	Página do site TV INES, exibindo o programa primeira mão	40
Figura 4 –	VLibras sendo utilizado em um site	42
Figura 5 –	Página inicial do AccessMonitor	50
Figura 6 –	Verificação do próprio site AccessMonitor a fim de apresentar a disposição de resultados	51
Figura 7 –	Detalhes sobre a nota e sugestões de melhoria da mesma avaliação	51
Figura 8 –	Página de uma matéria do portal Estadão	64
Figura 9 –	Página de uma matéria do portal Gazeta do Povo	65
Figura 10 –	Página de uma matéria do portal O Popular	66
Figura 11 –	Página de uma matéria do portal Zero Hora	67
Figura 12 –	Página de uma matéria do portal Imirante	67
Figura 13 –	Página de uma matéria do portal Jornal do Comercio Online	68
Figura 14 –	O JC Online disponibiliza um menu de acessibilidade em sua página	69
Figura 15 –	Página de uma matéria do Diário Online	69
Figura 16 –	Página de uma matéria do portal Metrôpoles	70
Figura 17 –	Página de uma matéria da Folha de S. Paulo	71
Figura 18 –	A Folha de S. Paulo oferece duas funções de acessibilidade no site	71
Figura 19 –	Página de uma matéria do Portal A Crítica	72
Gráfico 1 –	Qual seu tipo de deficiência?	75
Gráfico 2 –	Qual sua faixa etária?	76
Gráfico 3 –	Você mora em qual região do Brasil?	77
Gráfico 4 –	Por onde costuma se informar?	78
Gráfico 5 –	Com que frequência costuma acessar a internet?	78
Gráfico 6 –	Em qual período do dia você costuma acessar a internet para ver notícias?	79
Gráfico 7 –	Quais portais de notícias você costuma acessar?	80
Gráfico 8 –	Você utiliza algum software de tecnologia assistiva para acessar sites?	80
Gráfico 9 –	Há dificuldades ou limitações em navegar na internet?	82
Gráfico 10 –	Em produções audiovisuais, você tem alguma dificuldade em compreender o conteúdo?	83
Gráfico 11 –	Quais dificuldades você tem para compreender conteúdos audiovisuais?	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACD	Associação de Assistência à Criança Deficiente
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACERP	Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CC	<i>Closed Caption</i>
CGR.BR	Comitê Gestor de Internet
CID	Classificação Internacional de Doenças
CIDID	Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens
CODEFIL	Cooperativa do Produtor Portador de Deficiência
E-MAG	Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FSBTVD	Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital
FUNAD	Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência
HTML	<i>Uniform Resource Locator</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LAVID	Laboratório de Aplicações em Vídeo Digital
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NIC.BR	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
NVDA	<i>Non Visual Desktop Access</i> (ou, simplesmente,
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PcD	Pessoas com Deficiência
RAC	Rede Anhanguera de Comunicação
SGD	Secretaria de Governo Digital
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UPIAS	<i>The Union of the Physically Impaired Against Segregation</i>
URL	<i>Uniform Resource Local</i>
VR	Realidade Virtual
W3C	World Wide Web Consortium
WCAG	Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web
WCAG	Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web
WWW	<i>World Wide Web</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1.2	O JORNALISMO NO AMBIENTE DIGITAL E SEUS NOVOS FORMATOS	16
1.3	O CONTEXTO LEGAL E AS FERRAMENTAS DE ACESSIBILIDADE EXISTENTES.....	21
2	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM HISTÓRICO SOBRE O ASSUNTO	29
2.1	O QUE É ACESSIBILIDADE?	33
2.2	ACESSIBILIDADE EM CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS: UM APROFUNDAMENTO HISTÓRICO SOBRE AS TENTATIVAS EXISTENTES	38
3	CONHECENDO O WCAG 2.1, SUAS DIRETRIZES E OS VERIFICADORES.....	45
3.1	NÍVEIS DE PRIORIDADE E CONFORMIDADE NO WCAG	47
3.2	AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE WEB	49
4	METODOLOGIA	54
5	A VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE DOS PORTAIS DE NOTÍCIAS.....	58
5.1	A ANÁLISE MANUAL DOS PORTAIS DE NOTÍCIAS.....	63
5.2	PESQUISA DIRECIONADA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	73
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
	REFERÊNCIAS.....	90
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	96
	ANEXO A – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DO ESTADÃO.....	97
	ANEXO B – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DA GAZETA DO POVO.....	98
	ANEXO C – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DO O POPULAR.....	99

ANEXO D – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DO ZERO HORA.....	100
ANEXO E – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DO IMIRANTE.....	101
ANEXO F – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DO JC ONLINE.....	102
ANEXO G – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DO DIÁRIO ONLINE.....	103
ANEXO H – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DO METRÓPOLES.....	104
ANEXO I – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DA FOLHA DE S. PAULO.....	105
ANEXO J – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DO A CRÍTICA.....	106
ANEXO K – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL A CRÍTICA.....	107
ANEXO L – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL DIÁRIO ONLINE.....	108
ANEXO M – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL ESTADÃO.....	109
ANEXO N – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL FOLHA DE S. PAULO.....	110
ANEXO O – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL GAZETA DO POVO.....	111
ANEXO P – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL IMIRANTE.....	112
ANEXO Q – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL JORNAL DO COMMERCIO ONLINE.....	113
ANEXO R – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL METRÓPOLES.....	114
ANEXO S – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL O POPULAR ..	115
ANEXO T – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL ZERO HORA...	116

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em seu Relatório Mundial sobre Deficiência, divulgado em 2011, existe cerca de um bilhão de pessoas no mundo vivendo com algum tipo de deficiência. Desse total, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), conforme publicado no Censo 2010, mais de 45 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência – visual, auditiva, motora e mental ou intelectual –, o que representa 23,9% da população total nos mais diversos níveis de severidade (BRASIL, 2012).

De acordo com o documento, ao considerar as pessoas com alguma dificuldade nas habilidades pesquisadas, a prevalência da deficiência é a visual, afetando 18,8% da população brasileira, enquanto 5,1% das ocorrências são de deficiência auditiva. Apesar de ser um número significativo, é perceptível que a atenção dada a assuntos dessa temática é insuficiente nas mais diversas esferas. Na Comunicação, não é diferente: verifica-se que quase todos os produtos jornalísticos – sonoros, audiovisuais, impressos, multimídia e ambientes virtuais – são orientados apenas para o consumo de uma audiência ouvinte e vidente.

A acessibilidade comunicativa constrói a possibilidade para toda e qualquer pessoa de ter acesso às informações, seja de cunho essencial para o cidadão ou de informações triviais para o cotidiano, conforme garante o artigo 9º da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), que destaca a necessidade do País: “Promover o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive à Internet”.

A comunicação acessível permite ao surdo fazer uso de softwares ou ferramentas no próprio site que façam a tradução para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e utilização de legendas em seus vídeos. Possibilita ao deficiente visual a utilização de mecanismos que gerem a leitura do texto e o recurso de audiodescrição em produtos audiovisuais. Para pessoas com deficiência intelectual é importante pensar numa linguagem e apresentação simples do conteúdo, facilitando a compreensão e evitando dispersão. Deste modo, cria-se uma aproximação entre emissor e receptor, garantindo melhorias resultados no processo de inclusão.

Ao analisarmos, por exemplo, o jornalismo impresso desde sua criação observa-se que os deficientes visuais sempre necessitaram da leitura de terceiros, para terem acesso à informação. Na TV, os surdos dependeram permanentemente das pessoas ouvintes ou oralizadas para explicarem as notícias dos telejornais. Além de que no radiojornalismo o cenário não é diferente.

Apesar do jornalismo digital ser a modalidade mais recente do jornalismo, continuou-se sem pensar nesse público como consumidores da informação. As pessoas com deficiência permanecem com poucas opções de acesso às informações noticiosas e as tecnologias assistivas disponíveis não são empregadas aproveitando todo o potencial do ciberespaço.

Todavia, pensar em acessibilidade comunicativa não significa somente oferecer leituras adaptadas, é necessário refletir sobre toda estrutura presente dentro da plataforma digital que ofereça condições para o usuário permanecer e absorver todo o conteúdo, sem prejuízos e sem nenhuma dificuldade. Para tanto, é imprescindível adaptar – e padronizar conforme regras da W3C¹ – tal site, desde a criação de seu código-fonte², assim como adequar o conteúdo.

Além disso, é preciso pensar nas quatro principais situações referentes ao acesso de pessoas com deficiência (PCD) ao computador: 1) acesso sem mouse, para pessoas com deficiência visual; 2) acesso sem teclado, para pessoas com amputações, grandes limitações de movimentos etc.; 3) acesso sem monitor, para pessoas cegas; 4) acesso sem áudio, pessoas surdas.

Também é preciso pensar em outras limitações ligadas a fatores como: memória, déficit de atenção, leitura, etc. Por isso, é importante que os portais de notícias e as próprias notícias sejam construídas levando em consideração os diferentes níveis de escolaridade, faixa etária, experiência com recursos tecnológicos – como computadores, *smartphones*, *tablets*, etc.

Deste modo, realizou-se uma análise sobre como os recursos de acessibilidade são empregados nos dez principais portais de notícias do país, que ajudará na constatação futura sobre quais deles são mais adequados para o consumo deste público.

¹ Principal organização de padronização da World Wide Web (WWW), é a W3C quem estabelece padrões para a criação e a interpretação de conteúdos para a *Web*.

² Código-fonte são as linhas de programação que formam um software em sua forma original.

Partindo das perspectivas apresentadas, formulou-se a seguinte questão: De que modo as ferramentas de acessibilidade estão sendo incorporadas aos portais de notícias a fim de melhorar a relação com essa audiência?

Deste modo, para responder tal indagação, esta pesquisa teve como objetivo geral, investigar, a partir das recomendações da W3C e de estudo de caso, se os dez portais de notícias analisados utilizam ferramentas de acessibilidade e quais as maiores problemáticas de acesso de pessoas cegas e surdas ao acessarem a internet.

Para isso foi necessário alcançarmos três objetivos específicos, o primeiro, verificar se as leis e diretrizes que convencionam a utilização de ferramentas assistivas nos sites nacionais estão sendo cumpridas de modo satisfatório. Nesse sentido fizemos as análises dos portais de notícias selecionados e a aplicação de pesquisa, cruzamos com as informações legais existentes no Brasil e recomendações de acessibilidade em portais de notícias.

O segundo passo para alcançarmos o objetivo geral foi inventariar produtos jornalísticos que ofereceram produtos com acessibilidade e ao longo da história. Para isso, recorreremos a bibliografias e documentos que norteasse esse campo específico dentro do jornalismo brasileiro, além de perpassar, naturalmente, pela trajetória da luta dos movimentos de pessoas com deficiência.

Por fim, após analisarmos o porquê de, historicamente, os produtos jornalísticos não darem continuidade as suas mídias acessíveis; entendermos o contexto legislativo e histórico relacionado às pessoas com deficiência e a carência ainda existente nessa vertente; o terceiro objetivo para a construção desse trabalho foi compreender quais os melhores caminhos para que produtos jornalísticos acessíveis possa se tornar uma realidade no jornalismo digital, de modo que os portais de notícias se adequem a lei, democratizem o acesso a informação e os direitos de PCDs não sejam negligenciados.

Este trabalho foi estruturado em seis capítulos, neste primeiro fizemos uma introdução do tema, dando um apanhado geral do assunto, indicando o problema da pesquisa e os objetivos gerais e específicos para a realização do trabalho. Dissertamos sobre os novos formatos do jornalismo digital e as possibilidades do fazer jornalístico mais acessível nesses meios, o capítulo também perpassa pelas questões legislativas que asseguram acessibilidade comunicacional e indica ferramentas de acessibilidade já existentes e dá exemplos de formatos jornalísticos acessíveis.

O segundo capítulo traz um histórico sobre as pessoas com deficiência, desde os termos usados para designar esse público até as lutas e conquistas sociais e políticas desse movimento. Além disso, o capítulo discorre sobre o conceito de acessibilidade e demonstra, por meio de uma linha do tempo, as tentativas de acessibilidade no jornalismo.

O capítulo três é dedicado a explicar as Diretrizes de Acessibilidade para o Conteúdo da Web (WCAG) – documento pelo qual parte desse trabalho foi embasado – por meio de seus princípios, recomendações, critérios de sucesso e técnicas. Essas diretrizes são criadas com uma linguagem focada em profissionais de tecnologia, como programadores, então, neste capítulo tentamos deixar a compreensão de tal documento mais abrangente. Além disso, o capítulo também apresenta os avaliadores automáticos de acessibilidade – criado com base nessas mesmas diretrizes –, importantes para a construção de sites acessíveis.

O quarto capítulo deste trabalho apresenta a metodologia utilizada para o embasamento e desenvolvimento da pesquisa, desde o corpus, forma de coleta de dados até a organização e descrição destas informações.

O capítulo cinco é onde, efetivamente, estão os dados da pesquisa: a análise automatizada, por meio do uso de um avaliador de acessibilidade; a análise manual, feita pela autora com base nas diretrizes de acessibilidade e no conhecimento das ferramentas de acessibilidade existentes; e, por fim, os resultados do questionário aplicado, exclusivamente, para pessoas com deficiência. Este capítulo também traz, junto das análises, indicações de pontos de melhorias que cada um dos portais de notícias pesquisados poderia se dedicar.

Por fim, o sexto capítulo traz as considerações finais acerca da pesquisa e das percepções que a autora teve no decorrer do desenvolvimento do trabalho acerca da carência de acessibilidade e inclusão que ainda permeiam a realidade brasileira, não só no campo da Comunicação, mas em todas as esferas.

Pensando na acessibilidade, todas as imagens presentes ao longo desta pesquisa, com exceção dos Anexos, contaram com uma audiodescrição (AD), que é uma descrição textual para que os programas de síntese de voz façam a leitura e, assim, facilite a compreensão de pessoas com deficiência visual interessadas na temática aqui trabalhada, podendo assim ter acesso ao conteúdo dessa pesquisa. Por conta das limitações de leitura de notas de rodapé que alguns softwares possuem, na versão impressa desse trabalho elas terão que ser inseridas como nota de rodapé

para atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Mas para a versão digital, manteremos logo abaixo da imagem em questão, para que consigamos chegar mais próximos ao que seria uma publicação acessível a pessoas com deficiência visual.

1.2 O JORNALISMO NO AMBIENTE DIGITAL E SEUS NOVOS FORMATOS

Segundo Rocha (2017, p. 106), “no final dos anos 1990, afirmava-se que o conceito de Jornalismo estava diretamente associado ao meio e ao tipo de tecnologia pelo qual era transmitido”. Com isto, surgem os termos: jornalismo impresso, radiojornalismo e telejornalismo. Dessa maneira entende-se o jornalismo digital, como uma maneira abrangente de se referir àquele feito para ser consumido por meio da internet.

O uso da internet como veículo para a prática jornalística iniciou há cerca de duas décadas, e nesse período passou por diversas transformações. Por conta disso, houve dificuldade em estabelecer um termo que defina o jornalismo produzido nesta plataforma. Entende-se que as diferentes nomenclaturas utilizadas para definir a prática do jornalismo na internet foram e são importantes para compreender – além das particularidades de cada um – as mudanças ao longo dos anos, que, segundo Mielniczuk (2003), são elas: Jornalismo Eletrônico, Jornalismo Digital, Ciberjornalismo, Jornalismo *Online*, Webjornalismo.

Com as mudanças tecnológicas, mudou-se também a forma de fazer e entender o jornalismo. Nota-se que tais mudanças se devem justamente pela maneira como as notícias se tornaram desconectadas do jornalismo desde os anos 90. Além disso, se antes as estruturas definidas – como as diferenças entre instituição e empresa, público e profissional, produção e consumo, físico e virtual, privado e público, fatos e ficções – hoje, estamos num cenário onde tais premissas não são mais válidas (STEENSEN e WESTLUND, 2020) – ou não são enxergadas como tal.

Partindo desse pressuposto surgiram três temáticas principais, o jornalismo digital passou a interdisciplinarizar tais assuntos: 1) Jornalismo de dados; 2) Análise e métricas; e 3) Algoritmos e automação. “Esses três temas mostram que esse campo interdisciplinar se voltou para o estudo da interação em evolução e complexa entre a tecnologia digital e o jornalismo, usando diferentes teorias, métodos e formas de pensar sobre essas relações” (STEENSEN e WESTLUND, 2020, p. 28, tradução

nossa), dos quais não iremos nos aprofundar, mas acreditamos ser importante pontuá-los.

O jornalismo de dados tem como objetivo contar uma história da forma mais clara possível, ou seja, não se trata apenas de criação de gráficos e visualização de dados, mas sim passar a informação de forma efetiva para o leitor.

Acadêmicos e profissionais têm imaginado que o jornalismo de dados permite novas e aprimoradas investigações jornalísticas e práticas de reportagem. No entanto, continua sendo um desafio para jornalistas e organizações de notícias que tentam integrar o jornalismo de dados às rotinas diárias de reportagem, uma vez que o jornalismo de dados requer diferentes tipos de especialização e fluxos de trabalho (STEENSEN e WESTLUND, 2020, p. 28, tradução nossa).

A partir das análises de dados que se criam métricas com o intuito de rastrear os comportamentos de usuários, como quanto tempo fica em um site, que tipo de conteúdo consome etc. Baseado nisso é que os editoriais são orientados, por exemplo. Com a conversão de leitores em receita, o “novo jornalismo digital” não depende exclusivamente de anunciantes, logo, essas métricas não são de uso exclusivo dos anunciantes para entenderem o nicho de leitores e criar publicidade. Agora, elas também são referência para que as empresas jornalísticas possam pensar em novos editoriais, na personalização e distribuição de notícias.

Aqui, podemos pensar já no público com deficiência, a partir da percepção que que um portal de notícias tem um público cego, por exemplo, onde tal personalização iria para além dos conteúdos, ela também faria parte da própria estrutura do site. Isso porque, esse portal de notícias poderia/deveria investir em tecnologias assistivas para facilitar a navegação desse público, gerando uma fidelização e ampliação no número de acesso, falaremos disso mais adiante.

No que se refere a algoritmo e automação mostra justamente que a discussão entre o contraste do automatizado e humano também chegou na esfera jornalística. “Objetividade, ou mais especificamente uma ideia de uma chamada mecânica objetividade, que vem com o discurso da automação, no entanto, também justifica crítica” (STEENSEN e WESTLUND, 2020, p. 36, tradução nossa). Inclusive, as notícias geradas por meio de algoritmo deram partida a preocupações que a automação pode tornar os jornalistas redundantes. Uma vez que algoritmos escolhem quais informações são relevantes para o leitor, também são os elaboradores das

práticas sociais. Além disso, a qualidade dos dados em que se apoia é o que torna o jornalismo automatizado preciso – ou não.

À medida que avançamos para a década de 2020, os estudos de jornalismo digital continuarão a promover a pesquisa em tecnologia e provavelmente incluirão pesquisas orientadas para o público em algoritmos, recomendações de notícias, chatbots e algoritmos, entre outros tópicos (STEENSEN e WESTLUND, 2020, p. 39, tradução nossa).

Agora que as definições foram colocadas e esclarecidas, o caminho que seguiremos durante esta pesquisa se refere ao jornalismo digital, prática adotada pelos portais de notícias aos quais analisaremos.

O impacto das novas tecnologias de mídia frente aos meios tradicionais até os anos de 1990 desvelou uma tendência mundial de converter os conteúdos para bases computacionais (DIZARD JÚNIOR, 2000) e, com isto, as mídias passaram a se apropriar de outros modelos de negócio e a se adaptar às promessas da digitalização, revolucionando as formas de comunicação e despertando a necessidade de se ocupar de novos estilos narrativos, apoiados na hibridização e convergência. É o caso do jornalismo, sobretudo o jornalismo impresso, que sofreu mudanças estruturais e textuais com a propagação comercial da internet. Como afirma Reges (2010, p. 34),

Cabe destacar neste ponto o medo da mídia impressa de que o público trocasse o papel pelo computador, o que transformava a página da web em um propulsor publicitário, tentando conquistar mais assinantes para o jornal ou revista. Ainda hoje é possível encontrar *sites* que disponibilizam conteúdo com a seguinte frase: “Leia a matéria na íntegra na edição impressa do jornal”.

O jornalismo digital ao longo dos anos está passando por diversas transformações. Inclusive, pesquisadores como Palacios (2002), Barbosa (2005) e Rocha (2017) apontam as mudanças na estrutura e na linguagem do jornalismo para *web*, a partir de fases ou gerações. De maneira geral, essas fases se dividem em: a) Transposição; b) Metáfora; c) Estágio Hipermediático; d) Colaborativismo; e) Mobilidade, convergência e hiperlocalismo; f) Realidade Virtual.

A fase da transposição ou reprodução compreende ao momento em que as empresas jornalísticas disponibilizaram os jornais impressos na internet. Na segunda fase, a da metáfora, surgiram os hipertextos (*links*) incorporados na narrativa jornalística, criação de fóruns de discussão, bem como as opções de inserir para comentários nas matérias. Já no estágio hipermediático (SILVA JÚNIOR, 2002), as

notícias *online* ganharam espaço na rede e as empresas de comunicação se fundiram às de provedores, passando a investir na plataforma e a desenvolverem produtos específicos para Internet.

Por conta da expansão de Banda Larga, 4G, 5G, *Wi-Fi* e muitas inovações por parte das empresas que prestam serviços de acesso à internet, se desenvolveu a fase do colaborativismo, momento de integração entre jornalismo e tecnologia, culminando a ideia de interação entre notícia e o leitor, por exemplo. Em seguida, surge a fase da mobilidade, convergência e hiperlocalismo, que se refere à inclusão de dispositivos móveis no fazer jornalístico, sobretudo os *smartphones* e *tablets*.

Posteriormente, Rocha (2017) propõe uma nova geração para o jornalismo digital, a fase da realidade virtual. Essa fase é proposta por conta do jornalismo para o ambiente digital ter feito investimentos em 360°, ainda que tenha sido pouco explorado no Brasil e esteja muito mais associado ao conteúdo da TV que é disponibilizado também para a *web*, na maioria das vezes, como um conteúdo extra.

O jornalismo imersivo pode ser apreendido sob duas concepções: a primeira do ponto de vista produtivo, em que o jornalista produz a notícia de forma imersiva, ou seja, em um nível aprofundado de investigação e reflexão sobre os objetos do mundo; e a segunda do ponto de vista técnico, em que o produto de sua reportagem se materializa em formatos imersivos, ou seja, em que o espectador (público) possa imergir na obra e ter uma experiência sensorial diferente a de outros formatos audiovisuais tradicionais (CORDEIRO e COSTA, 2016, p. 102)

O jornalismo imersivo, partindo desse ponto de vista tecnológico, é manifestado por meio de produções em Realidade Virtual (VR), realidade aumentada e produções audiovisuais em 360°, levando o leitor/espectador a sensação de que realmente está naquele ambiente noticiado. Para De La Peña et. al. (2010), o jornalismo imersivo tem como ideia central possibilitar que o utilizador participe, efetivamente, de um cenário virtual recriando a história da notícia.

A Realidade Virtual é o ambiente desenvolvido por um computador com o intuito de simular a presença física seja no mundo real seja num mundo imaginário – e capaz de entregar experiências sensoriais como a visão, olfato, tato, paladar e audição (Hernandez, 2017). Ou seja, os vídeos ou fotos em 360° são apenas um dos diversos tipos de Realidade Virtual que existe, nesse caso, criada com imagens do próprio mundo real.

Já a Realidade Aumentada (AR) é uma experiência que tem como elemento principal o mundo real, mas insere nele camadas de interações virtuais. Um exemplo disso é o jogo Pokémon Go, que utiliza o GPS e câmera do smartphone para capturar os personagens que vão aparecendo na tela do celular à medida que o jogador passeia pelo mundo real.

Portais estrangeiros como o norte-americano *The New York Times* e o britânico *The Guardian* têm conduzido experiências nesse sentido. O *The Guardian* destina inclusive uma seção intitulada “Virtual Reality Studio”, apenas com conteúdo em realidade virtual, como é o caso da peça “*The Party: a virtual experience of autism – 360 video*”³.

Em 2017, a *Globo News* lançou sua primeira reportagem usando essa tecnologia com a intenção de fazer o telespectador vivenciar a notícia, intitulada “Além do horizonte. Um novo olhar sobre a educação no Brasil”. No site do *Fantástico*, programa dominical da TV Globo, oferece uma série de vídeos em 360°, que vão desde o conteúdo passado na televisão até bastidores de reportagens.

Ainda em desenvolvimento, essa fase é marcada pela realidade virtual e pela realidade aumentada, ou seja, recursos tecnológicos que permitem a união do mundo real com o mundo virtual por meio da imersão e da interatividade. Essas características também são fundamentais para o desenvolvimento da realidade virtual, uma tecnologia de interface que permite ao usuário interagir com um sistema a fim de obter a sensação de realidade (ROCHA, 2017, p. 114).

Essas iniciativas refletem uma nova fronteira de experimentos em narrativas móveis de jornalismo imersivo, que dependem do uso de interfaces externas, como por exemplo, os óculos de Realidade Virtual (VR) e o celular. Para conferir o grau de imersão desejado, elas são produzidas com câmeras 3D e equipamentos de áudio que consigam reproduzir com mais intensidade a experiência real. E, para o usuário, o fone, os óculos em VR e o giroscópio do dispositivo móvel irão potencializar a sensação de imersão.

Todavia, assim como os demais produtos jornalísticos para *web*, esses projetos privilegiam apenas os que não possuem deficiência. Sobretudo, a visual, visto que as narrativas priorizam a exploração da imagem, em função das possibilidades tecnológicas. Deste modo, se continua-se sem uma preocupação em oferecer janela

³ Vídeo disponível em: <encurtador.com.br/fuF14>.

de Libras ou audiodescrição, por exemplo, essas inovações continuarão distantes da realidade de pessoas com deficiência.

Uma inovação tecnológica atual que tem potencial para impulsionar os sistemas de realidade virtual e realidade aumentada⁴ – porém ainda pouco explorada – é a tecnologia háptica, uma ferramenta capaz de transformar sons ou informações, por exemplo, em informações táteis. Um exemplo recente do uso dessa tecnologia foi o que trabalho da Sony no controle do novo videogame Playstation 5, que possui em seus ajustes de acessibilidade um sistema háptico para simular sensações, como patinar no gelo, tomar banho de chuva etc.

Nesse caminho, a acessibilidade – em todas as suas esferas – irá se beneficiar dessa tecnologia. Um exemplo disso é um *smartwatch*, já existente no mercado, que utiliza tecnologias de sonar e feedback háptico, emitindo vibrações no pulso do usuário à medida que vai se aproximando de alguma barreira. Na Grécia, essa tecnologia foi incorporada aos mapas turísticos, auxiliando pessoas cegas a sentirem a arquitetura das cidades com as mãos.

Se pensarmos nessa mesma tecnologia para o jornalismo, por exemplo, podemos oferecer infográficos táteis das mais diversas naturezas para informar pessoas cegas ou com outras deficiências visuais. Levando em consideração que infográficos são importantes quando se trata de organizar números, comparativos e ilustrações para tornar a experiência mais agradável e compreensível ao leitor.

A infografia parece ser o recurso mais adequado para transmitir conhecimento científico ao público leigo e diminuir os problemas de relacionamento e de discurso entre cientistas e jornalistas, pois consegue tornar a linguagem mais compreensível, ao mesmo tempo em que permite o acréscimo de conceitos, termos técnicos e algumas informações indispensáveis para os cientistas (SCHMITT; FIALHO, 2008, p. 13).

1.3 O CONTEXTO LEGAL E AS FERRAMENTAS DE ACESSIBILIDADE EXISTENTES

A comunicação pública é essencial na vida do indivíduo, por que existe uma necessidade de que as informações relacionadas às iniciativas dos órgãos públicos

⁴ Realidade virtual se refere a criação de um próprio ambiente, totalmente novo e independente do mundo real, enquanto realidade aumentada é a inclusão de componentes que podem interagir com o que já existe.

ou produzidas por eles sejam acessadas por todos, visto que são de interesse coletivo – podendo estar associada à saúde, à garantia de transporte ou educação etc.

Sob esse pressuposto, o Decreto-Lei nº 5.296/2004 determina a obrigatoriedade de os portais da administração pública apresentarem recursos que possibilitem o acesso de qualquer cidadão a tais informações e, por isto, se entende que os portais governamentais deveriam ser os primeiros a oferecer acessibilidade, uma vez que: 1) são do próprio Estado; 2) fornecem o tipo de comunicação que é essencial para o indivíduo que integra esse mesmo Estado.

Cada vez mais, órgãos dos governos federal, estaduais e municipais têm utilizado a web para prover diversos tipos de serviços para os cidadãos (REZENDE, 2007) [...]. As possibilidades que a internet oferece para que esses serviços estejam ao alcance das pessoas são do interesse de todos. Entretanto, para garantir que qualquer indivíduo realmente possa ter acesso a essas informações e serviços, é necessário levar em conta diversas questões, como a disponibilidade de infraestrutura de comunicação e os meios tecnológicos utilizados para a disponibilização dos conteúdos (MELO; SILVEIRA, 2013, p. 282).

A Lei 13.146/2015, que tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, em seu capítulo II, diz que “é obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no país ou por órgãos do governo”. Isso significa que esses sites têm o dever de disponibilizarem ferramentas que garantam a acessibilidade ou que sejam compatíveis com ferramentas já existentes, como leitores por síntese de voz, sistema de navegação por meio do teclado, alto contraste, janela de Libras e audiodescrição em seus conteúdos audiovisuais etc.

Observa-se que esta lei não é aplicada de forma correta, uma vez que, após uma verificação⁵, nem todas as unidades federativas do país possuem recursos de acessibilidade em seus sites, dificultando o acesso do cidadão deficiente (CAVALCANTE; CIRNE, 2017). Em 2011, o Comitê Gestor de Internet (CGI.br) relatou que apenas 4,5% dos sites de serviços públicos no Brasil tinham recursos assistivos⁶. Além disso, em uma pesquisa realizada em 2019, pelo Movimento Web Para Todos, 99,66% dos sites governamentais – aqueles que usam o “.gov.br” – não atendem aos

⁵ Segundo uma observação realizada pela própria autora, em 2017, das 27 unidades federativas do país, 12 não possuíam recursos de acessibilidade.

⁶ Informação disponível em: <<https://goo.gl/li3a4n>>. Acesso em 7 junho 2020.

critérios de acessibilidade baseados na W3C. Um número próximo de uma pesquisa com mesmo *corpus* realizada também pelo CGI.br, em 2016, que apontou que 99,52% dos sites governamentais não atendiam os padrões do e-MAG.⁷

Assim, um portal de notícias com ferramentas de acessibilidade poderia atuar como uma ponte importante na busca pela democratização da informação. Para isso, é necessária justamente essa implementação de ferramentas de acessibilidade para que esses portais de notícias, na questão legislativa e social, oferecer a possibilidade de incluir PCDs as suas páginas – o que não é um favor, mas um direito, como já citamos acerca da Lei da Brasileira de Inclusão –, e no tocante dos negócios, o crescimento ou a prospecção de crescimento de anunciantes que investem em tais mídias, já que essas ferramentas de inclusão implicariam na ampliação do número de acesso.

Todavia, se as dificuldades são encontradas dentro dos próprios meios de comunicação do governo brasileiro, que são exigidos por lei, ou seja, onde a acessibilidade comunicativa deveria ser regra – já que a criação, manutenção e aplicação dessas leis são feitas no próprio âmbito governamental –, para oferecer conteúdo inclusivo a quem necessita, a lei não é aplicada, com os sites de empresas, inclusive as jornalísticas, não seria diferente. O fato é que, como bem nos lembra Alsina (2009):

Todas as manhãs, as pessoas que querem saber o que está acontecendo no mundo leem o jornal, escutam a rádio, veem a televisão, ou navegam pela internet, consumindo uma produção especial: as notícias. Nesse sentido, os próprios meios de comunicação são os que se apresentam como transmissores da realidade social (ALSINA, 2009, p. 09).

Essa é uma condição essencial para a maioria das pessoas. E os portais de notícias podem adaptar suas páginas para esse público através de recursos simples, que podem ser acrescentados através da utilização de softwares de tecnologia assistiva já existentes no mercado, para auxiliar e facilitar a experiência do usuário na plataforma.

O portal Só Notícia Boa⁸ e o Portal Acesse⁹ – encontrados por meio de uma rápida busca online –, por exemplo, apesar de ambos não oferecerem todas as

⁷ As pesquisas estão disponíveis em: <https://mwpt.com.br/3o-estudo-de-acessibilidade-do-movimento-web-para-todos-nos-sites-brasileiros/>. Acesso em 17 fev 2021.

⁸ Acessado pelo *link*: <www.sonoticiaboa.com.br>. Acesso em 10 junho 2020.

⁹ Disponível em: <<https://www.portalacesse.com/>>. Acesso em 11 fev 2021.

ferramentas de acessibilidade em seus conteúdos e apresentarem notas consideradas baixas pelo *AccessMonitor*¹⁰ – ferramenta que comentaremos mais adiante –, são significativos porque utilizam softwares que permitem uma melhor navegação de pessoas com deficiência, indicando que mesmo com funcionalidades simples, demonstram que é possível iniciar tentativas de acessibilidade em sites de notícias.

Enquanto o primeiro utiliza em sua página um sistema chamado Rybená, tecnologia que permite que os textos das notícias sejam selecionados e, por meio de uma janela no canto direito da tela, o usuário pode escolher a opção de leitura por Libras ou leitura por síntese de voz feitos por uma espécie de assistente virtual (Figura 1).

Figura 1 – No Só Notícia Boa é utilizado o Rybená para leitura de texto e Libras



[Audiodescrição da Figura 1 – Reprodução de tela da página inicial do site Só Notícia Boa com o título: Filho cumpre promessa e canta forró na alta do pai. No lado esquerdo, fotografia de vários profissionais de saúde uniformizados. Alguns aplaudem. Um deles leva um senhor em uma cadeira de rodas. Ele usa máscara e segura uma placa escrita: Eu venci a Covid. No lado direito, a fotografia de um homem tocando teclado e outro com um microfone. No canto superior direito, a janela de LIBRAS do Rybená. Logo abaixo, uma faixa com propaganda da Caixa Econômica Federal.]

Fonte: Reprodução de tela (2021)

Já no portal Acesse, cujo *slogan* é “maior portal sobre inclusão e acessibilidade do Brasil”, é oferecido apenas o sistema de tradução para Libras, ferramenta oferecida pelo *HandTalk* – localizada também no canto direito da tela (Figura 2) –, a opção de alternar contraste e tamanho de fonte também estão presentes no lado oposto ao software de tradução.

¹⁰ Disponível em: <<https://accessmonitor.acessibilidade.gov.pt/>>. Acesso em 10 de abril de 2021.

Figura 2 – O portal Acesse, especializado em notícias sobre pessoas com deficiência, também não oferece todas as ferramentas necessárias



[Audiodescrição da Figura 2 – Reprodução de tela de uma parte da página do site Acesse e a notícia em destaque: Evento on-line discute inclusão de profissionais com deficiência. No topo, a propaganda do McDonald's com a fotografia de dois homens negros sorrindo. Ambos usam uniforme da empresa. Ao lado está escrito: Descubra a delícia que é trabalhar com a gente! No canto direito, a janela de LIBRAS do HandTalk. No canto esquerdo, os ícones das ferramentas de contraste e redução ou ampliação de fonte. Ao redor, diversas propagandas relacionadas a inclusão.]

Fonte: Reprodução de tela (2021)

É importante citarmos que, infelizmente, até o momento de finalização dessa pesquisa, desconhecemos qualquer portal de notícias que ofereça todas as funcionalidades de acessibilidade ou que estejam de acordo com as diretrizes do WCAG 2.1.

Não por acaso que após uma pesquisa feita com os quatro principais portais de notícias do país, segundo o ranking Alexa, avaliados a partir dos itens recursos de acessibilidade, captura de dados do usuário, descrição de itens e disponibilidade para leitor de telas, constatou que “sites de notícias mais acessados do país são péssimos para navegação com leitores de telas” (BERG, 2021).

A adoção de um design de interface do usuário mais amigável e limpo, ou seja, sem poluição visual e com a disposição de conteúdos feita de forma eficiente. Pensar na diagramação, utilização de cores, fontes, excesso de banners – especialmente os com flashes repetitivos – vai deixar o portal de notícias mais leve, o que agiliza o carregamento dos conteúdos e de facilita a navegação, pois se torna mais simples encontrar as informações buscadas e, além de democratizar o acesso à informação, provavelmente, irá resultar em aumento do número de acessos, fato este muito importante para a rentabilização. Conforme explica Bonito (2016),

Dentre os formatos acessíveis existentes a "Acessibilidade Comunicativa" para web pode contemplar estes: a audiodescrição, o *closed caption*, a legenda em contraste, a janela de tradução em Libras, a personalização/customização de tamanho de letra e contraste de cores na tela. Estes formatos, alguns já existentes e disponíveis para outras mídias, podem ser disponibilizados tecnologicamente em ambientes da web, sem requerer nenhuma grande inovação tecnológica, bastando-se apenas adequação e disponibilização de recursos já existentes (BONITO, 2016, p. 191).

A audiodescrição se refere à conversão das imagens em palavras, por meio de uma narração objetiva dos detalhes da cena para que informações-chave também possam ser acessadas por pessoas com deficiência visual. O recurso, que existe há pouco mais de trinta anos, tem a finalidade de tornar os mais variados tipos de materiais audiovisuais acessíveis a pessoas não-videntes.

A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais, gravados ou ao vivo. [...] Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010, p. 11).

O recurso conhecido como Legenda Oculta ou *Closed Caption* (CC) trata-se de um sistema utilizado pelas emissoras de televisão, que tem por objetivo transcrever – de forma automática ou por meio do trabalho dos estenotipistas – o conteúdo televisivo, apresentando-os como legendas, possibilitando que pessoas surdas possam acompanhar a programação.

Closed Caption é um sistema de transmissão de legendas via sinal de televisão. Essas legendas podem ser reproduzidas por um televisor que possua função para tal, e tem como objetivo permitir que os deficientes auditivos possam acompanhar os programas transmitidos. [...] A legenda oculta descreve além das falas dos atores ou apresentadores qualquer outro som presente na cena: palmas, passos, trovões, música, risos etc. (AMARAL; SOUZA, 2007, p. 359).

A janela de tradução em Libras é essencial para facilitar a compreensão de pessoas surdas não-oralizadas. Debevc *et al.* (2010) explica que 80% dos surdos de todo o mundo têm baixa escolaridade e problemas com alfabetização. Isso porque a comunicação é feita de forma extremamente visual para a maior parte das pessoas surdas, e, por conta disso, dependem exclusivamente da língua de sinais para se comunicar e obter acesso à informação.

A personalização/customização sobre a qual Bonito (2016, p. 191) se refere, trata do redimensionamento do texto (ampliar ou reduzir fontes) e da mudança de contrastes, seja uma em todas as fontes e no plano de fundo de site ou na legenda de um vídeo, esses recursos facilitam a leitura e navegação de pessoas com deficiência visual na internet. Vale lembrar que as deficiências visuais incluem, além de cegueira, a baixa visão. As ferramentas de fontes e ícones grandes e o ajuste de contraste são recursos úteis para pessoas com baixa visão.

A acessibilidade no jornalismo digital é exatamente a possibilidade de criação de conteúdos em diferentes formatos e com diferentes tipos de ferramentas, possibilitando que as tecnologias assistivas estejam presentes em cada uma ou que, pelo menos, cada tipo de deficiência seja considerado quando uma matéria é publicada. Ou seja, ao passo que uma reportagem em vídeo é editada, um intérprete de Libras entra para fazer a tradução e um audiodescritor faz a audiodescrição daquele conteúdo. Esse conteúdo pode ser apresentado como um vídeo alternativo, para pessoas cegas ou surdas. De modo que pessoas sem-deficiência e com deficiência possam acessar o mesmo conteúdo, sem nenhuma perda de informações.

Apesar de todo o ferramental disponível para tornar a internet, de um modo geral, mais acessível, uma pesquisa realizada pela BigData Corp e o Movimento Web Para Todos, em 2019, indicou que 99% dos sites que estão ativos no Brasil não são acessíveis para pessoas com deficiência¹¹, a partir de verificações do WCAG 2.1. Vale dizer que o Brasil possui, atualmente, mais de 24 milhões de portais registrados. No entanto, apenas 14 milhões estão sendo usados ativamente – ou seja, endereços atualizados frequentemente e que foram o foco desse estudo.

É importante salientar que estas recomendações estão em conformidade com a realidade do Brasil e são coerentes com padrões estrangeiros também, uma vez que, fazem parte das “Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0”, assim como estão presentes no Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico (e-MAG), texto com as normativas de acessibilidade no Brasil. Ambos visam a padronização e orientam desenvolvedores, designers, entre outros profissionais envolvidos na concepção de conteúdo digitais na produção de acessibilidade.

¹¹ Disponível em: <https://mwpt.com.br/3o-estudo-de-acessibilidade-do-movimento-web-para-todos-nos-sites-brasileiros/>. Acesso em 17 fev 2021.

Para verificar e construir uma internet com acesso mais democrático surgiu o Movimento Web Para Todos (MWPT)¹², projeto que visa atentar a sociedade sobre o movimento e contribuir de forma que torne a internet brasileira mais inclusiva, conforme noticiou o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), criado para implementar as decisões e os projetos do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que é responsável por coordenar e integrar as iniciativas e serviços da Internet no país.

O objetivo inicial é mobilizar as pessoas com algum tipo de deficiência a compartilharem as experiências, positivas e negativas, que tiveram ao navegar em sites brasileiros. Com esse material, a equipe do Web para Todos analisará cada caso e encaminhará a análise à organização citada para providências, se necessário (NIC.br, 2017).

Como pode ser observado, as alterações de acessibilidade são possíveis de serem realizadas nos portais sem causar grandes impactos em suas estruturas. Deste modo, a internet se tornaria mais acessível. Além de que as considerações feitas pelas análises de projetos como o “Web Para Todos” servirão como base de estrutura para as modificações necessárias a serem realizadas nos portais e conseqüentemente, farão uma grande diferença enriquecendo ainda mais o processo.

¹² Acessado pelo *link*: <<http://mwpt.com.br/>>. Acesso em 3 maio 2020.

2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM HISTÓRICO SOBRE O ASSUNTO

Comumente, deficiência é compreendida como um fenômeno do corpo, no qual há uma ausência de partes ou limitações físicas, sensoriais ou intelectuais. Tais impedimentos fazem com que esse grupo de pessoas, cotidianamente, sofram restrições e até mesmo sejam marginalmente colocadas em sociedade.

Entretanto, para entendermos mais profundamente o significado de deficiência para além da etimologia da palavra, precisamos compreendê-la em suas duas classificações, o Modelo Médico e o Modelo Social da Deficiência, nos quais o primeiro aparece de forma mais universalizada e neutra, e o outro surge a partir da necessidade de emancipação das pessoas com deficiência.

O Modelo Médico entende a deficiência como um fenômeno biológico o qual, a tal condição seria uma consequência natural de um corpo com lesão, e esta era adquirida por meio de uma doença. Nesse modelo, a deficiência seria de fato uma incapacidade física que levaria o indivíduo a inúmeras desvantagens sociais. E, caso fosse possível, seria necessário fazer intervenções para que se promovesse um melhor funcionamento do corpo, de maneira a reduzir tais desvantagens sociais.

Por meio de um documento criado em 1976, chamado Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), elaborado como parte complementar da Classificação Internacional de Doenças (CID) pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ele oferecia suas próprias concepções de deficiência, incapacidade e desvantagem:

Deficiência (*Impairment*): qualquer perda ou anormalidade, temporária ou permanente de uma estrutura física ou função fisiológica, psicológica ou anatômica. [...] Nessa perspectiva, a deficiência é, portanto, algo que está completamente no domínio do corpo.

Incapacidade (*Disability*): restrição ou total incapacidade de desempenhar uma atividade de maneira considerada normal ou dentro de um limite assim também considerado para um ser humano. A incapacidade é consequência de uma deficiência.

Desvantagem (*Handicap*): limitação ou impedimento do desempenho dos papéis sociais tidos como normais para o indivíduo. É o resultado de uma deficiência ou incapacidade, e depende diretamente das atribuições culturais e sociais esperadas para um determinado indivíduo de acordo com seu perfil social (FRANÇA, 2013, p. 60-61).

Apesar de hoje o documento já estar em desuso, é recorrente que a crítica por conta de sua estrutura, como, por exemplo, colocar as deficiências necessariamente como causa de uma doença e associar incapacidade e deficiência a uma

desvantagem social. Porém, houve uma cristalização das conceituações trazidas pelo Modelo Médico que levou uma hegemonia de tal concepção até mesmo na atualidade. Ou seja, apesar de uma revisão e descarte da CIDID, nem mesmo o descrédito formal do documento representou, de fato, uma mudança de concepção do que é deficiência para o senso comum.

Entre as formas de viver em sociedade, habitar um corpo com impedimentos físicos, sensoriais ou intelectuais é uma delas. Quando pensamos nas diversas narrativas sobre desigualdade que se expressam por meio do corpo, pesquisas sobre deficiência foram as que mais demoraram para surgir no campo das ciências sociais e humanas. Estudiosos nas áreas de gênero, feministas e antirracistas, esses foram os teóricos interessados em redefinir o significado de deficiência e desnaturalizar a deficiência entendida pelo Modelo Médico por meio de uma crítica à abordagem individualista e restrita ao corpo, alegada por conta da neutralidade científica, mas que para esse grupo era entendida como uma rotulação de indivíduos como inaptos, ignorando as estruturas sociais, assim, surge o Modelo Social.

A primeira publicação elaborada por pessoas com deficiência foi feita pelo sociólogo Paul Hunt (1966) com a intenção de discutir as limitações sociais vividas por esse grupo para além de questões sobre si mesmo e, especialmente, médicas. Foi Hunt que também fez a primeira articulação política de pessoas com deficiência na Inglaterra, movimento que posteriormente deu origem a União dos Deficientes Físicos Contra a Segregação, em inglês, *The Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS), entidade que foi responsável pela concepção de deficiência como fenômeno da natureza (FRANÇA, 2013). A partir daí essas conceituações foram reelaborados perpassando entre domínio físico e social, onde a UPIAS ressignificou os conceitos de lesão (*impairment*) e deficiência (*disability*):

...lesão como a falta completa ou parcial de um membro ou ter um membro, órgão ou uma função do corpo com defeito; e deficiência como a desvantagem ou restrição de atividade causada pela organização social contemporânea que não (ou pouco) leva em consideração as pessoas que possuem uma lesão, e assim as exclui da participação das atividades sociais (UPIAS, 1976, p. 20).

Junto com essa definição de deficiência há algumas premissas que se agregam, como, por exemplo, que as pessoas com deficiência devem assumir o controle de suas próprias vidas. Logo, percebe-se que o Modelo Social é um

instrumento político, em sua essência, com o intuito de interpretar e transformar a realidade social.

A partir do Modelo Social da Deficiência, é possível compreender que o estilo de vida de pessoas com deficiência é imposto a elas especialmente por conta da exclusão e opressão vivenciadas. Acredita-se que em vez de intervenções físico-corporais em pessoas com deficiência, deve-se intervir na sociedade para que se possa garantir a presença e participação dessas pessoas dentro da esfera social. Isso significa, eliminar a cultura capacitista que existe na sociedade e não só alocar pessoas com deficiência na sociedade, mas incluí-las de fato, tanto no ambiente familiar e nas estruturas arquitetônicas das cidades, quanto escolar e laboral.

Apesar de haver críticas destinadas ao Modelo Social, não entraremos nesse tocante. Aqui, nos atentaremos ao fato de esse modelo ter um grande impacto para que se repense a deficiência dentro da sociedade a partir de estudos de desenvolvimento social e até mesmo acerca do papel do corpo, já que se pensarmos no neologismo *disablism* (DINIZ, 2007, p.9), que se refere ao resultado de uma cultura da normalidade em que as limitações corporais são motivo de opressão e discriminação, percebemos que a normalidade, uma vez compreendida como expectativa biomédica ou como um preceito moral de produtividade e adequação social, a deficiência se manifesta, então, uma opressão do corpo com deficiência, logo deve ser analisada em termos políticos também.

Por outro lado, há também o contexto de lutas dos movimentos sociais das pessoas com deficiência que reverberam até hoje na vida desses cidadãos e, que foram a chave na conquista de direitos, considerados básicos, para aqueles sem deficiência.

A história das pessoas com deficiência é marcada por um longo e intenso processo de exclusão, segregação e negação de direitos, refletida no isolamento social, na privação de direitos básicos sociais, como o direito à educação, os direitos civis e, inclusive, o direito à própria vida (SEVERINO; OLIVEIRA, 2018, p. 2).

Na década de 1970, quando assuntos relacionados à deficiência ganharam mais engajamento, foi quando surgiram as primeiras construções de políticas e declarações em favor das pessoas com deficiência, lhes dando a condição de cidadãos. Não por acaso que em 1971 surge, então, a Declaração de Direitos do Deficiente Mental, trazendo em seu primeiro parágrafo a perspectiva de que pessoas

com tal deficiência deveriam gozar dos mesmos direitos que qualquer outro cidadão (SEVERINO; OLIVEIRA, 2018).

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) emite a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, ampliando os direitos que, até então, se referiam apenas às pessoas com deficiência mental, para toda e qualquer pessoa com deficiência. Tal mudança, teoricamente, lhes proporcionaria uma maior autonomia sobre sua própria vida.

Se até então eram figuras governamentais ou pessoas sem deficiência que pautavam assuntos relacionadas à inclusão, no início da década de 1980, as pessoas com deficiência aparecem como sujeitos ativos dessa causa. Esse percurso de luta começa na Universidade de Brasília (UnB) com o 1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência, um evento nacional realizado por e para PCDs, que reuniu cerca de 500 pessoas com deficiência.

Até o início do movimento, os deficientes não tinham voz própria. Sobre e no lugar das pessoas deficientes falavam as entidades prestadoras de serviços para deficientes, as instituições que faziam reabilitação, os políticos, os religiosos, os acadêmicos estudiosos do assunto, enfim, os antigos “porta-vozes” (BRASIL, 2010, p.131).

A partir daí, então, vieram outras ocasiões que foram significativas para a história de lutas e conquistas em prol da pessoa com deficiência, como: as Normas de Equiparação de Oportunidades (1993), Carta para o Terceiro Milênio (1999), Declaração de Washington (1999), Declaração Internacional de Montreal sobre a Inclusão (2001), além das leis criadas a partir dessas novas percepções trazidas por esses encontros e pelas diretrizes indicativas fornecidas por essas reflexões.

Como por exemplo, em 1994, documento que ressignificou as declarações anteriores, incorporando “Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com deficiências” – que ficou conhecida como Declaração de Salamanca –, que indica que os países garantam que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional, o que trouxe uma evolução no conceito de educação inclusiva no Brasil.

A Declaração de Salamanca: 1) consagra a mudança do paradigma médico (classificação pela “deficiência”) para o paradigma educativo (identificação, descrição e avaliação das “necessidades educativas especiais”); 2) aponta como garantia do sucesso para todos que o caminho é a plena integração em escolas regulares; 3) introduz uma nova alteração de paradigma com a noção de inclusão, uma nova atitude filosófica, científica, política, social e econômica, que quer dizer

que já não é o aluno que deve adaptar-se à escola, mas é a escola que deve adaptar-se a cada aluno na especificidade das diferenças de cada um (MEIRELES-COELHO; IZQUIERDO; SANTOS, 2007, p. 183).

Em 2008, a ONU promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, um instrumento internacional de direitos humanos que tem por finalidade proteger os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência, ratificada pelo governo brasileiro por meio do Decreto nº 6.949/2009. No ano seguinte, por meio do Decreto Legislativo 186/08, o Brasil promove a Convenção à condição de equivalência constitucional (FILHO; FERREIRA, 2013).

Construída tendo como base a tal Convenção, a Lei nº 13.146, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), foi criada em 2015 e tem por objetivo assegurar e promover os direitos de pessoas com deficiência, garantindo sua inclusão e cidadania. A LBI traz uma definição de pessoa com deficiência – e destaca os aspectos sociais envolvidos na deficiência; define de conceitos relacionados à área como acessibilidade, barreiras etc.; estabelece que a avaliação da deficiência será biopsicossocial; regulamenta direitos amplos nas mais variadas áreas.

Em 2012 ocorreu, em Brasília, a III Conferência Nacional de Pessoas com Deficiência, evento que reuniu aproximadamente 2 mil pessoas tinha como tema “Um olhar através da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU: novas perspectivas e desafios”. O intuito dos encontros é para que esse grupo se articule e elabore estratégias que os conduzam para a expansão e garantia de seus direitos. Para Filho e Ferreira (2013) esse engajamento resulta na consolidação de um movimento que cada vez mais se tece pela articulação de pessoas diretamente relacionadas com suas necessidades cotidianas, estas se transformam em políticas públicas quando assimiladas pela esfera pública.

2.1 O QUE É ACESSIBILIDADE?

Na maioria das vezes, a palavra acessibilidade remete a questões arquitetônicas e físicas, mas, além do direito de ir e vir, existem outras esferas da acessibilidade que garantem uma qualidade de vida plena para as pessoas com deficiência. Sasaki (2009) dividiu a acessibilidade em seis dimensões que a

sociedade e as políticas públicas devem garantir para que todo e qualquer cidadão com ou sem deficiência possa gozar de uma vida independente no trabalho, escola e lazer. São elas: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática.

A acessibilidade atitudinal está relacionada a um comportamento livre de preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações em relação a qualquer pessoa, em especial àquelas que possuem algum tipo de deficiência, pois, acredita-se, que só a partir disso será possível conscientizar e pensar numa sociedade mais igualitária.

A acessibilidade arquitetônica é justamente a mais recorrente quando se trata do tema, ela se refere ao direito de ir e vir do cidadão, dessa maneira, acredita-se que sem barreiras físicas e em transportes, esses direitos serão garantidos.

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos [acessibilidade arquitetônica] para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (Decreto nº 5.296, de 2/12/04, art. 24).

Acessibilidade instrumental se refere a preocupação em não haver barreiras nos instrumentos de trabalho, estudo ou dia a dia, como utensílios e ferramentas, por exemplo, livros ou teclados em braile e até mesmo uma bola de futebol com guizo.

A acessibilidade metodológica se trata de oferecer métodos e técnicas que garantam uma possibilidade de estudo com metodologias que facilitem o aprendizado de um aluno com deficiência, ou que dê a possibilidade dessa pessoa trabalhar e viver em comunidade.

Segundo a Constituição Federal, o ensino será ministrado com base nos princípios da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e da “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (art. 206, I e II), incluindo, portanto, o acesso às bibliotecas. Sistema que facilite aos usuários cegos e com deficiência física a busca de livros e outros materiais de leitura e pesquisa (SASSAKI, 2009, p. 14).

A acessibilidade programática, talvez seja a menos perceptível no dia a dia, mas é de extrema importância, isso porque ela se refere as políticas públicas e institucionais, ou seja, se trata de leis, decretos, portarias, normativas etc.

Já a acessibilidade comunicacional, que nessa pesquisa ganhará mais foco, se refere a ausência de barreiras na comunicação interpessoal – aquela feita

pessoalmente –, escrita, em jornais, livros, cartas, por exemplo, ou a virtual – acessibilidade digital. Por isso se faz necessária a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras), uso de textos em braile, janela de libras etc.

Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares [acessibilidade comunicacional, metodológica e instrumental] mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille [braile] e a língua de sinais (Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, art. 12, § 2º).

Infelizmente, nenhuma dessas funciona efetivamente, mas a respeito da acessibilidade comunicacional, esse *déficit* ocorre porque a tecnologia pode sim promover uma maior acessibilidade, mas ela, por si só, não é o suficiente. É necessário conhecimento técnico e especializado, pessoas com deficiência ocupando esses espaços, tanto no mundo tecnológico, quando jornalístico, e para além da empatia, o cumprimento da lei, para que, assim, a acessibilidade comunicacional seja efetivamente existente e funcional.

Vale dizer que não há um tópico específico para acessibilidade tecnológica, porque esta não constitui um tipo de acessibilidade, mas sim deve-se considerar que o aspecto tecnológico está permeado em todas as esferas descritas acima, com exceção da atitudinal.

Diante do que foi exposto até aqui, consideramos que acessibilidade é toda e qualquer ferramenta, atitude ou tecnologia que, de algum modo, torne a experiência do usuário – e cidadão – mais confortável, autônoma e sem restrições. Isso significa que um usuário com deficiência ou com alguma necessidade especial¹³, precisa caminhar pela cidade ou acessar uma notícia de entretenimento sem nenhum incômodo que possa ocasionar alguma sensação física ou mentalmente desfavorável.

Precisa ser autônoma para que o usuário-leitor possa, desde sair de casa até abrir uma matéria e compreendê-la, sem a ajuda de outras pessoas para tal. Dito isso, consideramos acessibilidade digital, a capacidade de uma pessoa com deficiência em acessar ferramentas digitais – computadores, *smartphones*, *tablets* – desde o momento que liga o computador até o momento que desliga com tal independência.

¹³ O termo portadores de necessidades especiais (PNE) se refere a idosos, gestantes e qualquer outra patologia ou condição mesmo que temporária, que a deixe fora de sua plena capacidade de independência, ou que necessite de algum tratamento ou adaptação para manter tal independência.

Não deve haver restrições porque, todo e qualquer site, software e aplicativo, tanto nas versões mobile, quanto para computador, deveriam oferecer ferramentas de acessibilidade com o mesmo empenho que desenvolve os seus outros ferramentacionais.

Segundo uma pesquisa das Organização das Nações Unidas (ONU) realizada em 2019, mesmo após os 50 anos desde a primeira transmissão de dados online, apenas 51% da população mundial têm acesso à internet. Um número considerado grande, se levarmos em consideração as inúmeras tecnologias que são lançadas frequentemente. Acontece que, segundo a além desses 49% que conseguem utilizar a rede mundial de computadores, há também as pessoas com deficiência, que em alguns casos, não se beneficiam dessa plataforma por não ter ferramentas de tecnologia assistivas que lhes deem tal acesso.

A acessibilidade é fundamental para que se possa incluir tais pessoas ao meio digital, oferecer os recursos citados anteriormente – que já são conhecidos – e pensar em novas estratégias é fundamental, não só pela inclusão por si só, mas também para um reconhecimento dessas pessoas dentro da sociedade, reconhecimento esse que pode ir também para outros caminhos, como a percepção e aceitação do próprio corpo.

Isso ocorre porque, muitas vezes, pessoas com algum tipo de deficiência e que se tornam destaque em alguma atividade ou mesmo que vivem com alguma independência de terceiros, acabam sendo cobrados para quem sejam mais próximos ainda do que se espera de alguém sem deficiência. Ou ainda, que permaneçam em seus “anônimos” para que, de nenhum modo, seus corpos possam incomodar ou espantar, já que normalmente não são vistos como um indivíduo por si só, mas apenas como uma deficiência.

Ora, a percepção do corpo próprio e a percepção externa, acabamos de vê-lo, oferecem-nos o exemplo de uma consciência não-tética, quer dizer, de uma consciência que não possui a plena determinação de seus objetos, a de uma lógica vivida que não dá conta de si mesma, e a de uma significação imanente que não é para si clara e se conhece apenas pela experiência de certos signos naturais (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 81).

Comumente, quando pensamos em deficiência, lembramos também de invisibilidade social, isso porque, quem vive nessa condição sente na pele tais

problemas. Aqui, podemos refletir sobre invisibilidades, a que camufla e a que naturaliza.

A primeira, também muito vivenciada pela comunidade negra, é quando terceiros dizem ignorar as características daquela pessoa com deficiência com a justificativa de “para mim todos são iguais” e suas variações. O que, aparentemente, parece algo louvável pode reverberar preconceitos ocultos. É que não considerar tais características que fazem parte de uma PCD é também ignorar suas necessidades – como ter um intérprete de Libras, audiodescrição ou piso tátil. Ou seja, questões que formam sua identidade e que ao invés de trazer igualdade, torna essas pessoas ainda mais invisíveis.

A segunda é, talvez, um ponto positivo. Quando pensamos em reportagens que têm como foco nas pessoas com deficiência em carreiras de destaque, como citado acima, sempre notamos uma certa espetacularização da história. E a “invisibilidade” que poderíamos pensar aqui seria a de que, em um mundo ideal, pessoas com deficiência tivessem tanta acessibilidade para realizar suas atividades, que o senso de igualdade estaria equilibrado, tão equilibrado a ponto de que todos pudessem considerar natural e seguro uma pessoa cega, por exemplo, viajar sozinha durante as férias ou simplesmente, fazer compras no supermercado.

A acessibilidade também é respeito, por isso, saber como se direcionar às essas pessoas é de suma importância. Isso significa não chamar uma pessoa cega de “ceguinho”, ou alguém com deficiência motora de “aleijadinho”, por exemplo, justamente para não colocar a deficiência da pessoa acima de seu ser, transformando aquele indivíduo em sua própria deficiência.

A experiência revela sob o espaço objetivo, no qual finalmente o corpo toma lugar, uma espacialidade primordial da qual a primeira é apenas o invólucro e que se confunde com o próprio ser do corpo. Ser Corpo, nós o vimos; é estar atado a um certo mundo, e nosso corpo não está primeiramente no espaço: ele é o espaço (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 205).

Precisamos começar dizendo que jamais houve ou haverá um único termo correto para nos referirmos às PCDs, o motivo é simples: cada época exigia um termo compatível com a realidade e valores vigentes em sociedade. Se hoje em dia, utilizar o termo “inválidos”, por exemplo, é um erro grave, no início da história até o século 20 era usado – e durante um bom tempo – sem nenhum sentido pejorativo.

Depois vieram “incapacitado” e “incapaz”, utilizados do século 20 até meados de 1960, ainda nesse período houve uma pequena evolução para “indivíduos com capacidade residual”. Segundo Sasaki (2003), reconhecer que pessoas com deficiência poderiam ter capacidade residual foi um grande avanço para a sociedade.

Se hoje conhecemos a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) por esse nome, foi porque em 2000 houve um plebiscito entre os próprios pacientes para alterar seu nome. Em sua fundação, no final da década de 50 se chamava Associação de Assistência à Criança Defeituosa, um termo considerado inadequado atualmente, mas que entre 1960 até 1980 era utilizado de forma recorrente. Foi nesse mesmo período que também surgiram as primeiras unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), excepcionais também era um termo utilizado nesse período para se referir às pessoas com deficiência intelectual.

Entre 1981 e até antes da Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e da Dignidade das Pessoas com Deficiência, em 2000, eram utilizados, como: pessoas deficientes, pessoas portadoras de deficiência, portadores de necessidades especiais, pessoas com necessidades especiais – termo que tem significado próprio atualmente, utilizado quando falamos de gestantes, idosos, pessoas com crianças de colo, pessoas que fazem uso temporário de muletas, etc –, pessoas especiais e pessoas de direitos especiais.

Após a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada em 2006 pela Organização das Nações Unidas, passou-se a utilizar o termo “pessoa com deficiência”. E, apesar de ainda ser confundido com seus antecessores, é o termo que foi convencionado por essas próprias pessoas para fazer referência às suas condições.

Por fim, podemos dizer que acessibilidade, além de oferecer ferramentas e recursos dentro de todas as esferas, é também estar informado acerca de que terminologia usar, o que não falar e não ser capacitista¹⁴, porque ser acessível quer dizer ser inclusivo.

2.2 ACESSIBILIDADE EM CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS: UM APROFUNDAMENTO HISTÓRICO SOBRE AS TENTATIVAS EXISTENTES

¹⁴ O termo capacitismo, do inglês *ableism*, se refere a discriminação de pessoas com deficiência a partir da construção social de um corpo padrão sem-deficiência denominado como “normal”, reverberando na subestimação da capacidade e aptidão de pessoas em virtude de suas deficiências.

As experiências de mídia para pessoas com deficiência são limitadas no Brasil. Um exemplo disso, são as tentativas voltadas para pessoas cegas. Segundo Zamboni e Heitzmann (2005, p. 5), “uma delas foi um projeto de jornal em Braille nascido em 1987, na PUC de Campinas (SP), mas por dificuldades financeiras o jornal ‘Conhecer’, não passou da quinta edição”.

Segundo Silva (2009), na década de 1990, os jornais “Diário do Nordeste” e “O Povo”, no Ceará, experimentaram a oportunidade de oferecer edições em braile. Sendo que este primeiro, até 2004, quando completou uma década, era transcrito todos os dias por cinco funcionários. Os oito exemplares confeccionados eram disponibilizados na Biblioteca Braille Josélia de Almeida e, segundo estimativas, cerca de 300 pessoas liam diariamente.

Já no final dessa década, o “Diário do Nordeste” saiu novamente na frente e passou a disponibilizar uma versão digital, em CD, adaptada para que os leitores com deficiência visual usassem o programa computacional com sintetização de voz, o “Dosvox”.

Em 2001, surge o “Diário do Povo Braille”, em Campinas, publicado pela Rede Anhanguera de Comunicação (RAC). O jornal de periodicidade mensal, hoje extinto, chegou a circular com 500 exemplares espalhados pelo Brasil, Portugal e Espanha. Segundo a então diretora do RAC, Cecília Pavani, a maior dificuldade enfrentada foi a captação de publicidade, “As pessoas acham que deficientes não se vestem, não comem. Precisamos expandir, mas sem publicidade será difícil”¹⁵.

Em 2003, o “Jornal do Comercio”, em Pernambuco, lançou uma versão simplificada do jornal impresso para a web, que faz a leitura do conteúdo por meio de programas de síntese de voz instalados no computador. O conteúdo ainda está disponível, porém está desatualizado.

Em 2008, o Diário de Pernambuco – o mais antigo jornal em circulação da América Latina – passou a ter diariamente uma versão impressa em braile. A iniciativa recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo naquele ano, na categoria Melhor Contribuição à Imprensa. Os exemplares eram distribuídos gratuitamente às instituições de pessoas com deficiência visual em todo o estado. O projeto foi fruto de uma parceria com a Cooperativa do Produtor Portador de Deficiência (Codefil), porém, por falta de

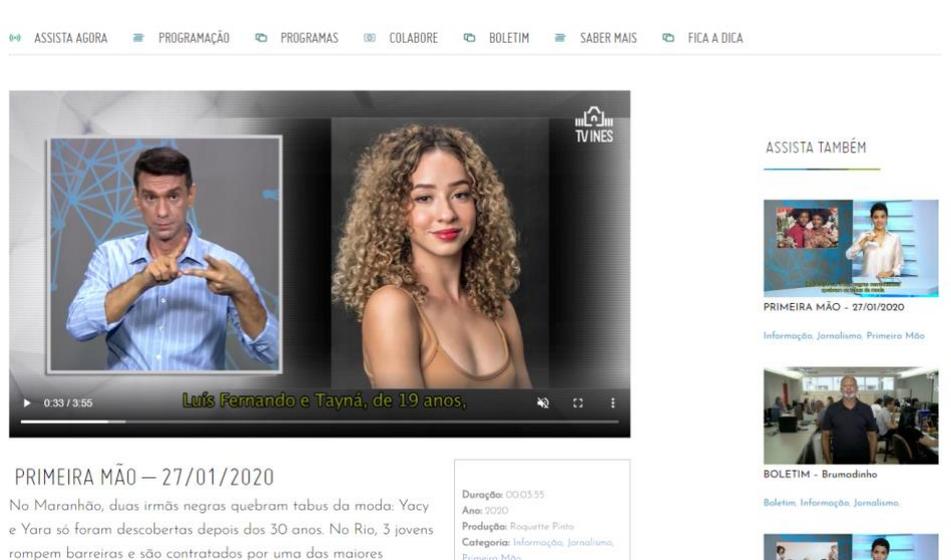
¹⁵ Disponível em: <<http://terceirosetor.org.br/noticias/257/2001-11-11/diario-do-povo-braille-primeiro-jornal-do-pais-para-deficientes->>

patrocínio, parou de circular após cinco meses após o lançamento. Segundo, Marcondes Brito, para cada linha de texto da versão à tinta do Diário, eram necessárias três no exemplar em braile¹⁶.

Em 2008, o “Jornal da Paraíba” lançou uma versão digital para deficientes visuais e pessoas que não sabem ler. A tela sintetizada emitia sons de acordo com a movimentação do cursor do mouse. Apesar da inovação ter sido bem recebida pelo Instituto dos Cegos de Campina Grande, o projeto foi extinto em abril de 2016 quando a versão impressa do jornal deixou de circular. Apesar da importância na atitude, a plataforma era problemática, porque para que chegasse à ferramenta, você precisaria da ajuda de terceiros, mas além disso, a leitura via movimentação do *mouse* era não era adequada, era difícil para pessoas cegas manusearem, o ideal seria via teclado.

Segundo o Censo 2010, 95% dos milhões de surdos no Brasil vivem em família de ouvintes (IBGE, 2012). Pensando em incluir esse público, a TV Ines¹⁷ foi fundada em 2013, a primeira webTV em Língua Brasileira de Sinais (Libras), com legendas e locução. O produto se trata de uma parceria do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP).

Figura 3 – Página do site TV Ines, exibindo o programa Primeira Mão



[Audiodescrição da Figura 3 – Reprodução de tela da página do com um vídeo da TV Ines. A tela está dividida em duas partes. No lado esquerdo, um homem fala em LIBRAS, ele usa camisa azul. No lado direito, uma jovem de cabelos loiros e cacheados sorri levemente. A legenda diz: “Luís Fernando e Tayná, 19 anos”. No canto direito, anúncios de outras notícias.]

Fonte: Reprodução de tela (2021)

¹⁶ Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/redacoes/1848742>>

¹⁷ Disponível em: <<http://tvines.ines.gov.br>>. Acesso em 14 abr 2021.

Os conteúdos¹⁸ vão desde filmes e desenhos animados até notícias e programas de esporte, entre eles, “Super Ação”, “Cinemão”, “Café com Pimenta”, “Brasil Eleitor”, do TSE; “Interesse Público”, do Ministério Público Federal. Todos esses programas são feitos de maneira que pessoas surdas possam ter acesso acerca de acontecimentos da atualidade, além de receber conteúdos culturais, dessa forma, todos os conteúdos são dados priorizando as Libras e legendagem – conforme podemos notar na Figura 3 –, além da informação de forma oralizada também, oferecendo um nível de acessibilidade acima de todos os outros portais de notícias citados nessa pesquisa.

Lançado em 2017 e ainda em funcionamento, o jornal estatal da Paraíba, “A União”, inaugurou sua Sala de Imprensa Braille, que tem a função de selecionar e revisar matérias, inclusive, factuais – desde que não sejam perecíveis –, imprimi-las em braille e distribuí-las ao fim de cada mês. O projeto iniciou a partir de uma parceria com a Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência¹⁹ (Funad) e visa permitir o acesso à informação para, aproximadamente, oito mil deficientes visuais no estado. Entretanto, segundo Maux e Bonifácio (2018, p. 25), “apenas 125 leitores, entre pessoas cegas e com baixa visão, alfabetizadas em braille, recebem o periódico”.

O recurso do *closed caption* (CC) ou legenda oculta, sistema de transmissão de legendas para a programação de TV, chegou no Brasil também no início dos anos 2000, sendo regulamentada em 2006, com a exigência mínima de duas horas diárias de transcrição da programação. Depois, passou para oito horas. Hoje, quase todas as grades nacionais, da maioria das emissoras abertas, disponibilizam CC, até mesmo em programas “ao vivo”, para que os surdos ou as pessoas com perda auditiva possam acompanhar os mais variados gêneros televisivos. Mesmo representando um significativo avanço, a ferramenta apresenta problemas semânticos e estruturais.

Com a chegada do sinal digital, novas regras para a TV aberta foram estabelecidas pelo Ministério das Comunicações, a fim de implantar gradualmente o recurso da audiodescrição – narração descritiva objetiva das imagens no mesmo

¹⁸ Durante o período da pandemia do Covid-19, a TV Ines incluiu em sua programação atualizações diárias com informações relacionadas ao assunto, desde entrevistas com especialistas até formas de prevenção e atos de solidariedade nesse momento.

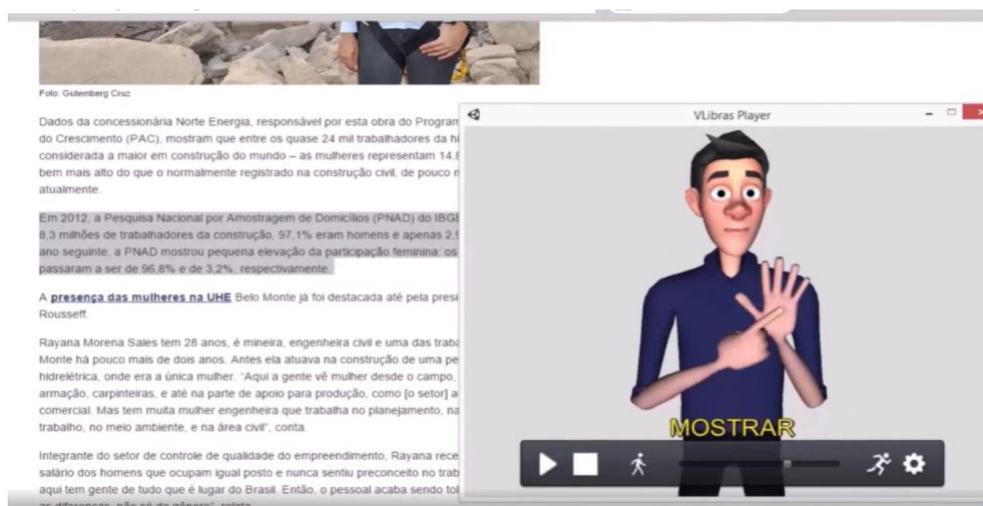
¹⁹ O termo Pessoa com Deficiência foi adotado em 2006, a partir da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência das Nações Unidas. Portanto, é comum que algumas instituições que antecederam essa convenção utilizem “portadores de deficiência” e “portadores de necessidades especiais”, atualmente considerados inadequados.

instante em que estão aparecendo na televisão, manifestando-se no hiato entre as falas e nas pausas entre as informações.

Da mesma forma que aconteceu com a inserção do *closed caption*, a audiodescrição passou a ser obrigatória por duas horas semanais, em 2011, com o intuito de oferecer igualdade de condições aos que possuem algum tipo de limitação. A obrigatoriedade se mostra ínfima, quando comparada à quantidade de horas de programação que é exibida na totalidade. Vale ressaltar que esta obrigatoriedade está presente nos programas gravados, o que não é o caso dos telejornais, por exemplo, em virtude, inclusive do próprio imediatismo do gênero e da imprevisibilidade dos roteiros de programas ao vivo.

Em 2015, o Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital (Fórum SBTVD) aprovou a proposta de normas brasileiras para a transmissão de informações na Língua Brasileira de Sinais (Libras), nos programas veiculados pelas emissoras de televisão. Segundo a NBR15290 (2005), regulamentada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, um espaço delimitado no vídeo deve ser destinado à exibição de um intérprete, que possa fazer a tradução simultaneamente ao conteúdo da imagem “principal”. Ou seja, em vez de transcrever o conteúdo falado, as informações devem ser interpretadas em Libras.

Figura 4 – VLibras sendo utilizado em um site



[Audiodescrição da Figura 4 - Reprodução de tela de uma parte da página do site planejamento.gov.br onde aparece um pequeno texto. Um parágrafo está em destaque. No lado direito, a janela de LIBRAS do VLibras Player. O tradutor automático faz o sinal de “mostrar” e abaixo a legenda também traduz a palavra.]

Fonte: Reprodução de tela (2021)

Além disso, em 2016, o Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Governo Digital (SGD) e pelo Laboratório de Aplicações em Vídeo Digital (LAViD), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), lançaram o VLibras, um conjunto de ferramentas de código aberto²⁰ que tem a função de traduzir conteúdos digitais – textos, áudios e vídeos – para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) com uma interface amigável (Figura 4).

Contudo, infelizmente, uma ferramenta gratuita e, que poderia beneficiar diversos usuários, não é tão utilizada o quanto se espera, especialmente em conteúdos jornalísticos, levando em consideração que seria uma automatização de tarefas que poderiam ser consideradas empecilhos para a rotina jornalística *online*, que tem um cunho mais imediatista e que facilmente serve de desculpa para que empresas de mídia não pensem em conteúdos acessíveis.

Essa automatização se deve justamente pelo fato de que o Suíte VLibras permite que a partir de seleção do texto escolhido, a tradução para Libras seja feita simultaneamente, exibida por meio de um personagem feito em animação virtual 3D, posicionado no canto da tela.

Para gerar o conteúdo dessa ferramenta foi implementado um dicionário de Libras, de modo que à medida que mais palavras e sinais são inseridos, mais abrangente são os textos que poderão ser interpretados. O que não é um grande problema para o jornalismo, atividade que tende a utilizar palavras formais e simples, para que todos os leitores possam compreender.

Objetivo inicial desse projeto era que os sites da Administração Pública Federal estivessem cobertos com essa ferramenta, tornando essas páginas mais acessíveis. Mas, por essa ferramenta ser código aberto, ela está disponível para a comunidade de desenvolvedores de um modo geral e pode ser implementada em qualquer site. Desse modo, apesar de ser importante a figura de um consultor de acessibilidade dentro dessas redações, uma ferramenta como o VLibras pode ser funcional para que após as notícias tradicionais serem publicadas, imediatamente, por meio da tecnologia, uma pessoa com deficiência auditiva já poderia acessar a informação que seria traduzida pelo “assistente” 3D do VLibras.

Observa-se, no entanto, que esta regra não é cumprida com rigor e há outra questão preocupante: o tamanho da janela de libras, geralmente, ocupa um espaço

²⁰ Softwares de código aberto são aqueles que permitem que qualquer pessoa possa utilizá-lo para estudar, modificar e distribuir de forma gratuita e para qualquer finalidade.

desproporcional ao conteúdo original, causando dificuldade na compreensão, uma vez que é necessária a visualização dos gestos das mãos e da expressão facial para a total interpretação do que está sendo passado pelo intérprete.

Todas essas experiências, bastante incipientes ainda, geram uma reflexão sobre a urgente necessidade de se criar estratégias melhores de inclusão, que também possam subsidiar, de forma mais autônoma e democrática, o acesso dos deficientes às informações, sobretudo jornalísticas, a fim de que – de forma igualitária se respeitem as diferenças, no qual todos os indivíduos possam ter conhecimento de tudo que acontece no Brasil e no Mundo, em tempo real. Tendo em vista que a internet e sua inserção com as tecnologias podem auxiliar nesse processo, compreende-se que o jornalismo que se manifesta no ambiente digital seja o meio capaz de propiciar mudanças à essa realidade com mais fluidez, embora estas mudanças ainda não estejam presentes de forma efetiva.

3 CONHECENDO O WCAG 2.1, SUAS DIRETRIZES E OS VERIFICADORES

Para a análise, como dito anteriormente, foram selecionados dez portais de notícias, sendo dois de cada região do país. A escolha dos sites foi feita por uma seleção aleatória, considerando-se, os primeiros portais de notícias encontrados no buscador do Google, a metodologia será detalhada mais adiante. Para Cotta (1998), a seleção aleatória é interessante, porque viabiliza a formação de amostras representativas e homogêneas, ampliando a comparabilidade dos resultados.

Inicialmente, a verificação feita foi por meio de uma ferramenta automática que verifica se o código-fonte segue as normativas da W3C e análise detalhada da página inicial de cada portal de notícia. Em seguida, foi aplicado um questionário com pessoas com deficiência entre 14 ou mais de 60 anos, de todas as regiões do país. Ao todo, 127 pessoas responderam à pesquisa, informando suas dificuldades ao navegarem nesses e em outros portais de notícias.

Em 2008, o W3C Brasil iniciou suas atividades, como parte da iniciativa do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), funcionando como uma “filial” do World Wide Web Consortium (W3C). Dentre algumas ações desenvolvidas pelo órgão, está o lançamento do documento Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web, conhecido como WCAG, que propõe formatos e normas para promover a acessibilidade web.

Na década de 90, começaram a ser feitos estudos relacionados a promoção da acessibilidade em aplicações da internet (BACH et al., 2009). O WCAG 1.0, primeira versão das diretrizes, foi aprovado em 1999 e, apesar de não ser a mais recente, é uma versão estável e até hoje referenciada. Em 2008, é lançada a segunda versão, o WCAG 2.0, que possui quatro princípios e doze recomendações e 61 critérios de sucesso. Em 2018 essa versão foi atualizada, surgindo a versão 2.1, incluindo práticas importantes que devem ser seguidas para garantir a acessibilidade em dispositivos móveis, desse modo, ampliando para 78 o número de critérios de sucesso.

Para facilitar a compreensão do WCAG 2.1²¹, a W3C divide o documento entre: princípios, diretrizes, critérios de sucesso e técnicas – dos tipos necessária e sugerida. Apesar de nesta pesquisa focarmos nos dois primeiros itens, levando em

²¹ O documento completo pode ser acessado em: <<https://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-br/WCAG20-pt-br-20141024/>>. Acesso em 13 ago 2020.

consideração que tais recomendações são direcionadas para desenvolvedores de web, então os itens critérios de sucesso e técnicas são mais específicos para esses profissionais, com termos mais compreensíveis para esses especialistas, explicaremos todos os tópicos para facilitar a compreensão do documento.

Enquanto os critérios de sucesso são indicados para cada diretriz apresentada, eles são fornecidos para permitir que as recomendações sejam utilizadas onde os requisitos e testes de conformidade são necessários, tais como na especificação do projeto, nas compras, na regulamentação e nos acordos contratuais. A fim de atender as necessidades dos diferentes grupos e situações, são definidos três níveis de conformidade: A (o mais baixo), AA e AAA (o mais elevado), que comentaremos mais adiante (WCAG2.1, 2018).

Já as técnicas são documentadas para cada uma das diretrizes e critérios de sucesso existentes no WCAG 2.1, elas têm caráter informativo e são divididas em tipos: necessária para satisfazer os critérios de sucesso e as que são de tipo sugerida. As de tipo sugerida vão além do que é exigido pelos critérios de sucesso individuais e permitem aos autores um melhor cumprimento das diretrizes. Algumas técnicas de tipo sugerida vão ao encontro de barreiras de acessibilidade que não estão abrangidas pelos critérios de sucesso testáveis. Onde são conhecidas falhas comuns, estas são igualmente documentadas (WCAG2.1, 2018).

Como dito anteriormente, o documento é dividido a partir de seus princípios, sendo eles: perceptível, operável, compreensível, robusto e conformidade (WCAG2.1, 2018). Entre as diretrizes podemos citar:

- 1) alternativas em texto: fornecer alternativas textuais para qualquer conteúdo não-textual – alternativas multimídia, como audiodescrição, janela de Libras, legendas etc.;
- 2) mídia baseada no tempo (dinâmica ou contínua): oferecer um conteúdo que possa ser apresentado em diferentes formatos, sem perder a informação ou estrutura;
- 3) conteúdo adaptável: criar conteúdo que possa ser apresentado de diferentes maneiras sem perder informação ou estrutura;
- 4) conteúdo discernível: facilitar a audição e a visualização de conteúdo aos usuários, incluindo a separação entre o primeiro plano e o plano de fundo, além da utilização de cores, controle de áudio, contrastes, redimensionamento de texto etc.;

- 5) acessível por teclado: fornecer todas as funcionalidades acessíveis por teclado;
- 6) tempo suficiente: proporcionar aos utilizadores, tempo suficiente para lerem e utilizarem o conteúdo, ou seja, sem temporização, sem interrupções, aviso sobre o tempo limite de inatividade etc.;
- 7) convulsões e reações físicas: não criar conteúdo de uma forma que possa causar convulsões e outras reações físicas, por isso deve-se evitar flashes repetitivos;
- 8) navegável: incluir formas de ajudar os usuários a navegar, localizar conteúdos e determinar onde se encontram;
- 9) modalidades de entrada: tornar mais fácil para os usuários operar a funcionalidade por meio de várias entradas além do teclado;
- 10) legível: oferecer conteúdo com textos legíveis e compreensíveis, incluir a definição de idioma da página;
- 11) previsível: fazer com que sites apareçam e funcionem de modo previsível.
- 12) assistência de entrada: ajudar os usuários a evitar e a corrigir erros, isso pode ser feito identificando e informando o erro, por rótulos e instruções na inserção de dados etc.
- 13) compatível: maximizar a compatibilidade com ferramentas tecnológicas atuais e futuras, incluindo tecnologias assistivas.

É importante ressaltarmos aqui que, apesar de esta pesquisa não se aprofundar no que se refere ao Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico (eMAG), a construção de tal modelo foi orientada tendo o WCAG 2.0 como referência, o documento é organizado por sessões, onde cada sessão tem suas recomendações específicas, divididas entre: marcação, comportamento, conteúdo/informação, apresentação/design, multimídia e formulário (eMAG3.1, 2014). Justamente por isso, dentro dessas sessões podemos notar várias semelhanças de recomendações com o documento da W3C.

3.1 NÍVEIS DE PRIORIDADE E CONFORMIDADE NO WCAG

São os níveis de prioridades que organizam os procedimentos técnicos a serem seguidos para que a acessibilidade do conteúdo seja efetivada, de modo que informa as recomendações de acordo com as prioridades de implementação (WCAG10, 1999). Vale dizer que atender às recomendações de cada nível de prioridade é o que garante o nível de conformidade do site.

Existem três níveis de prioridades no documento WCAG:

- a) prioridade nível 1: é aquela que o desenvolvedor deve, obrigatoriamente, obedecer. Caso não seja atendido, um ou mais grupos de usuários não poderão acessar as informações disponíveis naquela página web. Ou seja, é um requisito básico para que haja acessos à internet;
- b) prioridade nível 2: está relacionada diretamente a questões que o desenvolvedor deveria observar para evitar que alguns grupos de usuários tenham dificuldades no acesso do site. Garantir essa prioridade promove melhorias significativas ao acesso de pessoas com deficiência na internet.
- c) prioridade nível 3: tópicos que os desenvolvedores podem atender a fim de aprimorar o acesso, caso esse nível não seja atendido, alguns grupos permanecerão com dificuldades em acessar as páginas de um site.

Há um requisito chamado Conformidade, ele fornece informações sobre como apresentar reivindicações de conformidade, que são opcionais. Este requisito descreve o que significa suporte à acessibilidade, além disso, ele descreve que para que os critérios de sucesso de nível A – nível mínimo de conformidade – sejam cumpridos é necessário que todos os critérios nível A dessas diretrizes estejam de acordo.

Para conformidade de nível AA, um site deve satisfazer todos os critérios de sucesso dos níveis A e AA, ou é fornecida uma versão alternativa em conformidade de Nível AA. E. para conformidade de nível AAA, o site deve satisfazer todos os critérios de sucesso dos níveis A, AA e AAA.

Em resumo, cada nível de prioridade possui um símbolo de conformidade, desse modo, o nível A significa que todas as recomendações da prioridade 1 foram atendidas. O nível de conformidade AA representa que todas as recomendações das prioridades 1 e 2 foram atendidas. E o nível AAA indica que as prioridades 1, 2 e 3 foram atendidas.

3.2 AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE WEB

Para além da divulgação das diretrizes de acessibilidade, precisa-se pensar também no procedimento de verificação do site para saber se ele está atendendo as exigências referentes aos padrões recomendados. Para isso, existem diversos softwares e sites desenvolvidos, com base em tais recomendações da W3C, que avaliam justamente o nível de acessibilidade desses *sites* – que estão em construção ou não –, gerando um relatório relativo aos problemas encontrados (SPELTA, 2003). Assim, essa ferramenta verifica, automaticamente, se um site cumpre tais diretrizes e identifica a conformidade, de forma rápida, segura e poupando o grande esforço que seria o fazer manualmente.

Entretanto, apesar dos verificadores automáticos de acessibilidade indicarem problemas relacionadas a sintaxe das páginas, eles não garantem que um site sem falhas na sintaxe seja efetivamente acessível, por conta disso, apenas uma avaliação feita por pessoas com deficiência poderia tornar essa afirmativa verdadeira. Um exemplo disso é a diretriz “Conteúdo legível”, que fala sobre oferecer conteúdo com textos legíveis e compreensíveis (WCAG2.1, 2018), quando na realidade somente um humano – ou Inteligência Artificial – seria capaz de avaliar sobre a coerência de um texto.

Muito embora, como estamos pesquisando, especificamente, portais de notícias, esse item não será problemático, visto que a própria linguagem jornalística tende a ser clara e objetiva. “A simplicidade é condição essencial do texto jornalístico: quanto mais concisa, direta e objetiva for a notícia, maior o número de pessoas que atingirá” (MARTINS, 1997, p. 269).

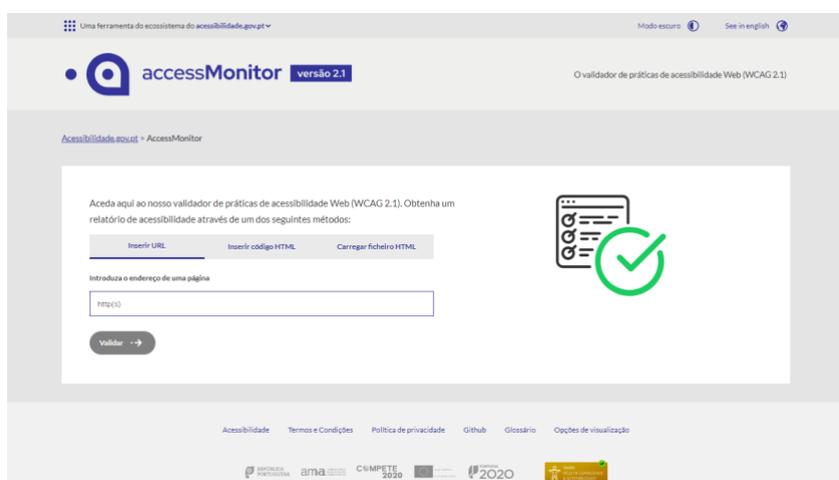
Por conta disso, a própria W3C indica que dentre os métodos de avaliação, os quais o método inicial pode ser feito por meio de uma ferramenta automática e o último método sendo validado por usuários reais, incluindo especialistas na área. Justamente por isso, validamos tais avaliações por meio de um questionário *online* com pessoas com deficiência, além de nossa própria análise.

Existem alguns programas disponíveis gratuitamente na internet, que também oferecem esse serviço, entre eles o “Ases” – ferramenta do Governo Federal que faz verificação baseada na e-MAG –, “Hera”, “DaSilva”, “Examinator” – não estão mais disponíveis –, “W3C Avaliator”, “Cyntia Says” e “AccessMonitor”. Eles analisam se o

código-fonte está de acordo com as diretrizes da WCAG 2.1, sendo o último o que será utilizado nesta pesquisa (Figura 5).

Desenvolvido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) – por meio da Unidade ACESSO, de Portugal – o *AccessMonitor*²² é um avaliador online automático de acessibilidade que permite testar a versão 2.1 do WCAG. O motivo da escolha deste verificador se deve ao fato de que pode ser acessado via *browser*, não necessitando de uma instalação prévia no computador, além de estar escrito na língua portuguesa e por avaliar dando nota de 0 a 10 para o site analisado.

Figura 5 – Página inicial do AccessMonitor



[Audiodescrição da Figura 5 – Reprodução de tela de uma página do site Acessibilidade.gov.pt. No topo da página: accessMonitor versão 2.1. Logo abaixo, a mensagem: Aceda aqui ao nosso validador de práticas de acessibilidade Web (WCAG 2.1). Obtenha um relatório de acessibilidade através de um dos seguintes métodos: Inserir URL, inserir código HTML, carregar ficheiro HTML. Logo abaixo, o espaço para introduzir o endereço de uma página e um botão para validar.]

Fonte: Reprodução de tela (2020)

É possível fazer a verificação de acessibilidade pelo *AccessMonitor* de três formas, sendo a primeira mais simples e as duas últimas mais técnicas e utilizadas por profissionais da área de desenvolvimento, são elas: 1) inserindo a *Uniform Resource Local* (URL) – conhecido popularmente como *link da página* – do site que deseja fazer a análise; 2) enviando o arquivo do ficheiro na extensão *.html*; 3) inserindo o trecho do código *Uniform Resource Locator* (HTML) desejado.

Para concluir a avaliação, um relatório qualitativo é gerado, ele é apresentado por meio de um quadro de erros identificados, organizados por níveis de prioridades (Figura 6), e por um segundo quadro detalhando o teste realizado, informando a seção

²² Disponível em: <https://accessmonitor.acessibilidade.gov.pt/>

da documentação e sugestões que contribuem para que o desenvolvedor compreenda o problema e possa corrigi-lo (Figura 7).

Figura 6 – Verificação do próprio site AccessMonitor a fim de apresentar a disposição de resultados



[Audiodescrição da Figura 6 – Reprodução de tela de uma página do site accessmonitor.acessibilidade.gov.pt. Logo abaixo está escrito: Relatório de práticas de acessibilidade Web (WCAG 2.1 do W3C). Em seguida, o gráfico das 11 práticas encontradas: Aceitáveis, para ver manualmente e não aceitáveis.]
Fonte: Reprodução de tela (2021)

Observa-se que a verificação é feita por meio da atribuição de nota de 0 a 10, onde zero representa nenhum ponto de acessibilidade dentro do código-fonte de acordo com a W3C, e dez significa uma preocupação completa e real em oferecer um código-fonte adequado às recomendações do documento WCAG 2.1 em todos os seus níveis, estando completamente em conformidade.

Figura 7 – Detalhes sobre a nota e sugestões de melhoria da mesma avaliação

Prática encontrada	Nível	Ver detalhe
✓ Constatel que todas as imagens da página têm o necessário equivalente alternativo em texto.	A	🔍
⚠ Constatel que o primeiro link da página nos semente salta , para o conteúdo principal.	A	🔍
⚠ Encontrel 1 links para contornar blocos de conteúdo.	A	🔍
⚠ Encontrel 1 cabeçalho na página.	AAA	🔍
✓ Constatel que todas os controles de formulário têm uma label associada.	A	🔍
✓ Constatel que todas os formulários têm um botão para submeter os dados ao servidor.	A	🔍
⚠ Identifiquel 1 caso no CSS em que se utiliza unidade de medida absoluta para definir a largura das caixas de conteúdo.	AAA	🔍
⚠ Verifiquel que há 2 casos, em que as unidades de medida que definem a largura dos elementos de conteúdo existentes no HTML, estão expressas em valores absolutos.	AA	🔍
✓ Constatel que não há elementos obsoletos usados para controle visual da apresentação.	A	🔍
⚠ Verifiquel que o idioma principal da página está marcado como "pt".	A	🔍
✓ Encontrel um título na página e ele parece-me correto.	A	🔍

[Audiodescrição da Figura 7 – Reprodução de tela de uma página com uma tabela de avaliação. No topo: Prática encontrada. Ao lado de cada avaliação, encontram-se o nível e uma lupa indicando os

detalhes. Logo abaixo, as seguintes avaliações: Constatei que todas as imagens da página têm o necessário equivalente alternativo em texto; Constatei que o primeiro link da página nos permite saltar para o conteúdo principal; Encontrei 1 links para contornar blocos de conteúdo; Encontrei 1 cabeçalho na página; Constatei que todos os controles de formulário têm uma <label> associada; Constatei que todos os formulários têm um botão para submeter os dados ao servidor; Identifiquei 1 caso na CSS em que se utiliza unidade de medida absolutas para definir a largura das caixas de conteúdo; Verifiquei que há 7 casos, em que as unidades de medida que definem a largura dos elementos de conteúdo existentes no HTML estão expressas em valores absolutos; Constatei que não há elementos obsoletos usados para controlo visual da apresentação; Verifiquei que o idioma principal da página está marcado como “en”; Encontrei um título na página e ele parece-me correto.]
Fonte: Reprodução de tela (2021)

Percebemos que o quadro de avaliação, onde se informam as constatações e pontos de melhorias são especialmente voltadas aos desenvolvedores, levando em consideração que se utilizam termos mais técnicos e recomendações específicas para o profissional, por conta disso, nos atentaremos apenas as notas das avaliações.

Se faz necessário citar aqui que se constatou após observações e conversas informais que muitos desenvolvedores não consideram a utilização de todas as diretrizes de acessibilidade por conta da falta de conhecimento sobre o assunto – seja por não ter visto isso durante a faculdade ou por não ter feito pesquisas autônomas sobre o tema.

Não por acaso que em uma pesquisa sobre acessibilidade digital entre desenvolvedores de aplicações móveis no Brasil (LEITE, 2020), a qual “quase 28% dos profissionais entrevistados afirmaram que nada é implementado em relação à acessibilidade digital e cerca de 36% informaram que poucas recomendações são adotadas” (LEITE, 2020, p. 58). Percebe-se aqui a provável uma das camadas do problema, afinal, se houvesse uma real obrigatoriedade no desenvolvimento de produtos acessíveis, os próprios desenvolvedores saberiam e aplicariam as diretrizes de acessibilidade.

Além disso, é importante que durante o processo de desenvolvimento haja uma fase de testes de avaliação, entretanto, segundo Leite (2020, p. 59), 56% dos desenvolvedores entrevistados em sua pesquisa não utilizam nenhum método de avaliação em seus projetos.

Adjacente a esse problema, o medo do alto custo para se desenvolver de forma totalmente acessível tende a assustar clientes e, por conta disso, empresas como a Accenture – multinacional de consultoria de gestão e tecnologia da informação, considerada a maior empresa de consultoria do mundo e uma competidora global no setor de consultoria de tecnologia – em sua declaração de acessibilidade garante

chegar, em sua própria plataforma, no nível AA das recomendações de acessibilidade²³, deixando de fora assim, o nível AAA, de modo que a própria empresa que dá consultoria para criação de softwares e conteúdos digitais de outras empresas, não garante uma total acessibilidade em suas páginas, deixando sempre algum usuário de fora das suas plataformas.

As Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0 abrangem diversas recomendações com a finalidade de tornar o conteúdo da Web mais acessível. Seguir estas diretrizes irá tornar o conteúdo acessível a um maior número de pessoas com deficiência, incluindo cegueira e baixa visão, surdez e baixa audição, dificuldades de aprendizagem, limitações cognitivas, limitações de movimentos, incapacidade de fala, fotossensibilidade e combinações destas características. Seu conteúdo da Web também ficará mais acessível aos usuários em geral ao seguir estas diretrizes (W3C, 2014).

Vale ressaltar que as implementações e os testes de acessibilidade são importantes porque ampliam a audiência, levando em conta que se temos mais pessoas com condições favoráveis para acessar aquela notícia, maior será o alcance de tal portal de notícias. Como já citado antes, a acessibilidade é um direito civil desde quando a Lei Brasileira de Inclusão entrou em vigor, em 2016. Por conta disso, a lei não deveria ser descumprida. Além disso, reforça uma imagem positiva para a empresa diante não só das próprias pessoas com deficiência, mas da sociedade em geral e, por fim, melhora o SEO²⁴ da página, ou seja, ele será encontrado de forma mais fácil pelos mecanismos de busca.

²³ A declaração de acessibilidade da Accenture pode ser acessada em: <https://www.accenture.com/br-pt/support/accessibility-statement>. Acesso em 10 abr 2020.

²⁴ SEO são as estratégias com o objetivo de potencializar e melhorar o posicionamento de um site nas páginas de resultados naturais nos sites de busca gerando conversões, ou seja, sua página aparecer primeiro que seus concorrentes quando é feita uma busca no Google.

4 METODOLOGIA

Com a finalidade de compreender esse contexto, foi preciso traçar etapas metodológicas que possam dar conta dos resultados pretendidos. A construção teórica, levantada a partir da pesquisa bibliográfica, teve como primeiro passo a realização de um levantamento de referências que tratem, principalmente, de temáticas referentes ao jornalismo digital e ao acesso de pessoas com deficiência visual e auditiva aos portais de notícias. Para isso, recorreu-se também à pesquisa documental com o objetivo de encontrar informações relacionadas aos direitos de pessoas com deficiência – como leis, decretos, normas etc. – e se tais atribuições estariam sendo cumpridas.

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Este trabalho concentrou-se em um estudo de caso misto, ao qual foram analisados dez portais de notícias do Brasil, desse modo, utilizamos uma abordagem quanti-qualitativa. Creswell e Plano Clark (2011 apud PARANHOS et al, 2016) explicam métodos mistos como o processo de coleta, análise e combinação de técnicas quantitativas e qualitativas em uma mesma pesquisa. A justificativa que atravessa esse multimétodo é que a interação entre eles indica melhores possibilidades de compreensão para o pesquisador.

No que se referiu aos dados quantitativos gerados, contamos com a análise do verificador *AccessMonitor* e a pontuação de cada portal de notícia, além de gráficos percentuais que serão apresentados mais adiante, frutos do questionário – vide Apêndice A – que foi respondido por pessoas com deficiência. Já em relação aos dados qualitativos, estes foram produzidos também embasados em tal questionário; a partir de uma verificação manual feita pela autora, com base nas diretrizes de acessibilidade e ferramentas conhecidas de inclusão na web; e, por meio da avaliação final das amostragens de dados, foram explanadas as melhorias que os portais de notícias poderiam oferecer para tornar suas plataformas realmente acessíveis.

De modo a não nos limitarmos aos veículos de imprensa nordestinos, levando em consideração que os grandes veículos estão em outras regiões do país – e se estes não oferecem acessibilidade em suas páginas, mesmo dispondo de recursos

financeiros e humanos maiores, para os pequenos portais seria ainda mais difícil – optamos por dois de cada região, aqueles que julgamos mais importantes/acessados, já que não encontramos nenhuma ferramenta que desse um ranking de acessos para esse tipo de caso. Assim, selecionamos:

- **Norte:** Diário Online (PA) e A Crítica (AM)
- **Nordeste:** Imirante (MA) e JC Online (PE)
- **Centro-oeste:** Metrôpoles (DF) e O Popular (GO)
- **Sudeste:** Folha de S. Paulo (SP) e Estadão (SP)
- **Sul:** Zero Hora (RS) e Gazeta do Povo (PR)

Sendo assim, foram escolhidos dez portais de notícias do país, dois de cada região do Brasil. O critério de escolha foi baseado nos dois portais que julgamos mais relevantes de cada região, de modo aleatório, a partir do buscador do Google²⁵, onde os primeiros foram os escolhidos. Vale dizer que, segundo o próprio Google, os resultados das pesquisas – com exceção dos anúncios – são ordenados na página com base em fatores como relevância para o termo de pesquisa e popularidade.

Segundo Gehlen (2014), a amostragem é uma das maneiras mais frequentes para se realizar a coleta de dados em pesquisas sobre fenômenos sociais e econômicos. “Esta técnica garante, tanto quanto possível, o acaso na escolha. Deste modo, cada elemento da população passa a ter a mesma chance de ser escolhido, o que garante à amostra o caráter de representatividade” (GEHLEN, 2014, p. 7).

Deste modo, podemos dizer que, do ponto de vista da autora, os portais de notícias foram obtidos a partir de uma amostragem aleatória simples, feita por uma espécie de sorteio, onde a população – os sites – teriam uma chance igual de serem selecionados para compor a amostra, sem nenhum filtro ou critério. Mas, do ponto de vista da ferramenta de pesquisa utilizada – o Google –, seria uma amostragem não-probabilística por julgamento, que selecionou e ordenou os sites a partir de seus próprios métodos de exibição dos resultados da pesquisa.

Além disso, a escolha também foi ancorada com base no pré-projeto enviado à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), da qual sou bolsista, logo, seria necessário incluir um veículo de imprensa do Estado para estar de acordo com o edital da bolsa.

²⁵ Quando pesquisado “portal de notícia + nome da região” no Google.

Para fazer o estudo sobre os níveis de acessibilidade das páginas dos portais de notícias, recorreremos a duas metodologias distintas. A primeira, utilizando também o *AccessMonitor* – ferramenta ligada ao governo de Portugal e que funciona diretamente no navegador, ou seja, não requer download. O usuário coloca o link do site que gostaria de analisar e, automaticamente, receberá um relatório de acessibilidade – para a verificação quanto as diretrizes da W3C e indicação do nível de acessibilidade do código-fonte de cada site pesquisado. Esta foi complementada com uma avaliação manual dos níveis de usabilidade das páginas. Depois, a segunda metodologia, foi a aplicação de uma pesquisa com pessoas com deficiência para entender seus hábitos de consumo.

A intenção foi de analisar quais deles dispõem de tecnologias assistivas – ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para minorar os problemas funcionais encontrados pelos indivíduos com deficiências, conforme definiram Cook e Hussey (1995, p.5) –, conforme é exigido pela Lei nº 13.146/2015, que prevê a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, conforme se destaca a seguir:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Para isso, as normas do documento “Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0”, lançado pela W3C Brasil – consórcio internacional que agrega empresas, órgãos governamentais e organizações independentes foram apresentadas e relacionadas aos portais de notícias analisados neste trabalho com a finalidade de estabelecer padrões para a criação e interpretação de conteúdos para a web. Expomos também as leis e regras que convencionam a utilização de ferramentas assistivas nos sites, além de diagnosticar os elementos facilitadores na condução de deficientes diante do computador.

Para complementar as hipóteses desta pesquisa buscou-se saber a opinião de pessoas com deficiência visual e auditiva, público que realmente utiliza esses recursos e que poderia expor problemáticas que não nos atentamos anteriormente, para isso foi aplicado um formulário *online*, criado no Google Formulários.

Para a pesquisa feita a partir do questionário *online*, focado em pessoas com deficiência, consideramos tais questionamentos: se utilizavam a internet para se

informar, se haviam dificuldades nesse acesso, quais páginas costumavam acessar e se precisavam da ajuda de terceiros para isso. A finalidade foi de reunir pessoas com diferentes níveis/tipos de deficiências visuais e auditivas para, além de compreender suas demandas, incluí-las nesse processo de pesquisa, levando em consideração que serão essas mesmas que se beneficiarão se tais melhorias forem realmente adotadas.

A partir dos dados coletados no questionário, criamos gráficos para ilustrar as informações, de modo a cruzar todo o arcabouço de informações apresentadas, as verificações manuais e automatizadas e, assim, compreender os problemas relacionados à falta de acessibilidade nestes portais de notícias investigados, mas talvez, também, compreender o que falta, de um modo geral, para que o jornalismo se torne acessível no ambiente online.

5 A VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE DOS PORTAIS DE NOTÍCIAS

Em resumo, para que qualquer *site* que seja perceptível, é necessário que o programador se preocupe em oferecer alternativas textuais para qualquer conteúdo não-textual, oferecer um conteúdo que possa ser apresentado em diferentes formatos, sem perder a informação ou estrutura, além de oferecer recursos que facilitem a visualização, como contraste, redimensionamento de texto, controle de áudio etc.

No princípio de operabilidade é essencial para que todas as funções da página estejam disponíveis a partir do teclado por meio de teclas de atalho, oferecer ao usuário tempo suficiente para que ele possa ler e utilizar o conteúdo sem prejuízos e facilitar a navegação do usuário, localizando conteúdos e determinando sua localização na página.

Já um site compreensível é o que apresenta conteúdo claro e de fácil percepção para o leitor, que tenha, por exemplo, leitura simples ou que não utilize abreviaturas sem seus determinados significados, entre outros. Também são necessárias que as páginas se configurem de forma previsível, além de ajudar os usuários a evitar e corrigir os erros.

A robustez se trata da maximização da compatibilidade do conteúdo com tecnologias assistivas entre as interfaces utilizadas pelos usuários, forçando a atenção para que o site tenha uma atualização contínua em relação aos recursos de inclusão, para que não fique obsoleto diante das ferramentas de inovação que facilitam o acesso de pessoas com deficiências. Ou seja, ele deve ser implementado de forma que possa ser acessado perfeitamente de qualquer navegador, independentemente do sistema operacional utilizado (iOS, Windows, Android etc.), tanto agora quanto no futuro.

Para facilitar a compreensão dos Princípios e Diretrizes de Acessibilidade organizados pela W3C, criamos uma tabela que resume tal documento entre seus princípios e diretrizes, tópicos que serão o maior foco dessa pesquisa, visto que, como dito anteriormente, o WCAG em todas as suas versões é um documento mais voltado para desenvolvedores, desse modo, os níveis além de Princípios e Diretrizes são muito mais técnicos e de difícil compreensão para o público mais leigo. Sendo assim, organizamos Tabela 1 da seguinte forma:

Tabela 1 - Princípios e diretrizes do documento WCAG 2.1

PRINCÍPIOS	DIRETRIZES
1. Perceptível	1.1 Alternativas em texto
	1.2 Mídia baseada no tempo
	1.3 Adaptável
	1.4 Discernível
2. Operável	2.1 Acessível por teclado
	2.2 Tempo suficiente
	2.3 Convulsões e reações físicas
	2.4 Navegável
	2.5 Modalidades de entrada
3. Compreensível	3.1 Legível
	3.2 Previsível
	3.3 Assistência de entrada
4. Robustez	4.1 Compatível

Fonte: Dados extraídos da W3C Brasil

Como pode ser observado, para um site ser considerado acessível é necessário que qualquer pessoa consiga, independentemente do grau ou tipo de sua deficiência, navegar, compreender e interagir sem a ajuda de terceiros. Para isso, é preciso que as diretrizes do WCAG sejam seguidas. Em resumo, os sites devem obedecer a quatro princípios: atender o necessário, permitir o controle de navegação, proporcionar facilidade no entendimento e ser projetado para durar.

Os portais de notícias escolhidos foram: Diário Online, A Crítica, Imirante, JC Online, Metrôpoles, O Popular, Folha de S. Paulo, Estadão, Zero Hora e Gazeta do Povo²⁶. Como já citado anteriormente, as amostras foram escolhidas levando em consideração os portais de notícias que julgamos como os mais acessados em seu estado, assim, selecionamos dois sites de cada região do país para essa pesquisa.

No Norte do País avaliamos o Diário Online, um portal de notícias paraense, criado há dez anos pelo Diário do Pará, jornal diário impresso em Belém do Pará desde 1982, pertencente ao Grupo RBA de Comunicação.

Também avaliamos o portal A Crítica, criado na década de 2000, pertence à Rede Calderaro de Comunicação. Ele é uma versão *online* do tradicional jornal impresso amazonense, segundo mais antigo em atividade no Estado.

²⁶ Os portais Metrôpoles e Estadão estão substituindo o Correio Braziliense e o portal O Dia, escolhidos no início dessa pesquisa. A substituição se deve ao fato de que o verificador não conseguiu fazer a avaliação dos portais de notícias citados, acreditamos que o código-fonte de ambos seja bloqueado para tais verificações.

No Nordeste foram avaliados o portal maranhense Imirante, lançado em 2000 e mantido pelo Grupo Mirante, responsável pelo jornal O Estado do Maranhão, Rede Mirante de Televisão – afiliada da TV Globo – e Rádio Mirante FM e AM. A segunda escolha foi o JC Online, que surgiu em 2011, como uma versão digital para o Jornal do Commercio, periódico recifense pertencente ao Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, do qual também fazem parte a Rádio Jornal, TV Jornal e o portal NE10.

No Centro-Oeste foram verificados os portais Metrôpoles e O Popular. O Metrôpoles, segundo o próprio site, é líder de audiência no Distrito Federal e o mais acessado da região, o portal surgiu em 2015. O veículo foi indicado ao Prêmio Gabriel Garcia Márquez pela cobertura dos massacres em presídios brasileiros, na categoria inovação. Além da página na web, o veículo mantém ainda uma estação de rádio com o mesmo nome.

Já o portal O Popular é um jornal *online* que surgiu a partir de uma versão impressa do Goiás, é um dos maiores da região e foi fundado pelo Grupo Jaime Câmara, responsável pela TV Anhanguera - afiliada da TV Globo - e sua atuação se estende também ao Tocantins e Distrito Federal.

No Sudeste a Folha de S. Paulo e o Estadão foram os escolhidos para a avaliação. A Folha de S. Paulo é um site noticioso de jornal com uma das maiores audiências do país, criado também a partir de um jornal impresso, a versão eletrônica do jornal Folha de S. Paulo foi conhecida como “Folha.com” até 2012, em seguida mudou para “Folha Online”, nome que durou até 2010 e como “Folha Web” até 2000. É importante citar que a Folha de S. Paulo foi o primeiro jornal em tempo real da língua portuguesa (SILVA, 2017), entrando no ar apenas dois meses após a rede mundial de computadores ter se tornado uma ferramenta de modo comercial.

O Estadão é mais um portal que surgiu a partir de um jornal impresso de mesmo nome, um dos mais antigos da cidade de São Paulo, ele é fruto de uma fusão que ocorreu em março de 2000 entre os sites da Agência Estado, O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde resultando no portal informativo em tempo real.

No Sul do país, escolhemos o Zero Hora e Gazeta do Povo. O Zero Hora é um dos maiores jornais de circulação diária do Brasil, editado em Porto Alegre e controlado pelo Grupo RBS, sua versão *online* foi lançada em 2007. Já a Gazeta do Povo foi fundada em 1919, em Curitiba. O jornal circula semanalmente no formato impresso e mantém suas notícias diárias em sua plataforma digital, lançada em 2017. É considerado o maior jornal do Paraná e o mais antigo em circulação no estado.

Para fazer a verificação é inserida a URL de acesso de cada um dos sites no formulário do *AccessMonitor* e, automaticamente, aparece o resultado da análise. Conforme dito anteriormente, a pontuação é dada pelo *AccessMonitor* a partir dos critérios de sucesso – relacionados aos níveis A, AA e AAA estabelecidos pelo WCAG 2.0 – e conformidade do site em relação as diretrizes do mesmo documento.

Os resultados podem ser observados na Tabela 2, por ordem decrescente, ou seja, da maior pontuação para a menor. Além disso, a verificação de individual dos portais de notícias pode ser visualizada nos Anexos B a K.

Tabela 2 – Lista com a pontuação dos sites analisados

PORTAL DE NOTÍCIA	NOTA
Estadão	5.8
Gazeta do Povo	4.7
O Popular	4.7
Zero Hora	4.6
Imirante	4.5
JC Online	4.2
Diário Online	4.0
Metrópolis	3.8
Folha de S. Paulo	3.7
A Crítica	3.5

Fonte: A autora (2020)

O *Estadão* teve nota 5.8, a maior do ranking, por conta de 16 práticas de acessibilidade encontradas, sendo cinco aceitáveis, seis que necessitam de uma verificação manual e cinco são inaceitáveis, ou seja, precisam de correção. Resultando em dez práticas de nível A e nos níveis AA e AAA, três cada uma.

A *Gazeta do Povo* teve pontuação 4.7, em que das vinte práticas foram encontradas, sendo cinco aceitáveis, seis com necessidade de verificação manual e nove não aceitáveis, gerando doze práticas de nível A, cinco de nível AA e três de nível AAA.

No *O Popular* foram encontradas 21 práticas de acessibilidade, sendo seis com implementações aceitáveis, cinco com necessidade de uma verificação manual para confirmação e dez com implementação inaceitável, lhe rendendo uma nota 4.7, onde treze dessas práticas são nível A e quatro em cada um dos níveis AA e AAA.

O *Zero Hora* teve uma nota 4.6, fruto de 19 práticas de acessibilidade, sendo que três foram aceitáveis e oito com necessidade de verificação e inaceitáveis, cada. No Desse total, doze eram práticas de nível A, quatro de nível AA e três de nível AAA.

O *Imirante* teve dezessete práticas encontradas, sendo quatro aceitáveis, sete para ver manualmente – o que significa que, após a configuração pode se tornar aceitável ou não – e seis consideradas não aceitáveis. Desse total, doze são nível A, três estão referenciadas no nível AA e duas no nível AAA, a partir desses dados, o portal de notícias maranhense apresentou nota 4.5.

O *Jornal do Commercio Online* teve dezessete práticas de nível A encontradas e duas em cada um dos itens AA e AAA, somando assim, um total de 21 práticas de acessibilidade encontradas e uma nota 4.2, dessas práticas, cinco eram aceitáveis, seis precisavam de verificação manual e dez não eram aceitáveis.

O *Diário Online* recebeu nota 4 por suas 19 práticas encontradas, sendo dez inaceitáveis, cinco para verificação e quatro aceitáveis. Sendo treze de nível A, quatro encontradas no nível AA e duas no nível AAA.

No portal *Metrópoles* foram encontradas 19 práticas de acessibilidade, sendo 12 no nível A, três no nível AA e quatro no nível AAA. Desse total, apenas duas eram aceitáveis, enquanto oito eram inaceitáveis e nove requeriam verificação manual, de modo que teve nota 3.8.

O portal da *Folha de S. Paulo* conseguiu reunir vinte práticas de acessibilidade, sendo essas, apenas quatro aceitáveis, enquanto as que demandam uma verificação manual e as não aceitáveis somam oito práticas, cada. Desse total, quinze são de nível A, duas de nível AA e três, no nível AAA, ficando com uma nota 3.7.

O último do ranking foi o portal *A Crítica*, com nota 3.5, pelas suas 23 práticas encontradas, sendo apenas três aceitáveis e dez em cada uma das práticas para ver manualmente e não aceitáveis. Desse total, quinze de nível A e quatro em cada um dos níveis AA e AAA.

Não podemos deixar de lembrar que tais notas e questões relacionadas a possíveis verificações manuais e ligadas aos níveis são totalmente técnicas, desenvolvidas para a compreensão de desenvolvedores enquanto projetam o site, de modo que assim, com as avaliações, tais modificações possam ser feitas para que fiquem de acordo com o WCAG 2.1.

Ou seja, em resumo, segundo essa verificação do *AccessMonitor*, nenhum dos sites estaria de acordo com o padrão exigido. Para facilitar a visualização foi criado

um ranking com a nota de avaliação dos portais de notícias analisados. Entretanto, vale dizer, que a construção do site, pode não estar dentro das diretrizes de acessibilidade da W3C e ainda assim oferecer em ferramentas que facilitem esse acesso. Para que possamos ter essa percepção, será necessária uma avaliação mais detalhada e profunda por meio da navegação nos sites, atividade ainda em desenvolvimento.

5.1 A ANÁLISE MANUAL DOS PORTAIS DE NOTÍCIAS

Para o *corpus* dessa verificação, selecionamos a página inicial – a parte que fica visível na tela ao abrir o portal de notícia – e uma matéria de capa daquele momento. O intuito é observar como estão sendo implementadas as ferramentas de acessibilidade dentro dos portais de notícias, tendo em vista que nem sempre a nota da W3C representa, efetivamente, a realidade de acessibilidade do site, pois pode haver outros meios de oferecer tais recursos – implementação de softwares como *HandTalk* e *Rybená* ou do *VLibras*, ou outras funcionalidades ligadas ao conteúdo e não a implementação do site.

Vale ressaltar, que essa etapa foi feita, exclusivamente, pela autora, pessoa sem deficiência, fazendo uma observação das páginas, levando em consideração os critérios de acessibilidade citados pelo WCAG e as ferramentas de acessibilidade que poderiam ser implementadas de forma alternativa, como, por exemplo, os softwares citados anteriormente. Além da verificação quanto ao uso de cores, audiodescrição, leitores de texto etc.

Para fins de organização da pesquisa, todas as páginas iniciais dos portais de notícias pesquisados estão localizadas ao final dessa pesquisa (Anexos L a U), apesar das capas também terem sido analisadas, configuramos dessa forma pois os maiores impactos de apresentação de conteúdo estão presentes nas matérias, desse modo somente elas estarão no decorrer do conteúdo para melhor visualização e compreensão da análise.

O Estadão, primeiro no *ranking*, apresenta muita publicidade logo em sua página inicial (Anexo M), de modo que os anúncios de publicidade se confundem com as fotografias das matérias, deixando o título da matéria principal no meio de toda a “confusão” de informações. Apesar disso, as cores do site são básicas: azul, preto e branco e, se não fossem os anúncios publicitários, a diagramação não seria confusa.

Após abrir uma matéria (Figura 8), notamos que o portal oferece funcionalidades como o compartilhamento em redes sociais, enviar por e-mail, imprimir e fazer comentário, mas não encontramos nenhuma funcionalidade referente à acessibilidade.

Figura 8 – Página de uma matéria do portal Estadão



[Audiodescrição da Figura 8 – Reprodução de tela de uma parte da página do site Estadão noticiando: Após cidades pausarem vacinação, ministério anuncia que vai entregar mais 104 mil doses da Coronavac. Ao redor, a propaganda de um colégio e mais alguns destaques de notícias relacionadas ao coronavírus.]

Fonte: Reprodução de tela (2021)

É importante citarmos que o *Estadão* tem um projeto chamado Focas. A partir desse projeto foi desenvolvido um site com conteúdo dedicado a finanças e investimentos, o Por Minha Conta²⁷ que, por sua vez, tem uma página mais acessível que a do próprio Estadão – apesar da nota 6.8 no *AccessMonitor*. No Por Minha Conta é utilizado o VLibras e existem funcionalidades de acessibilidade relativas à ampliação de fonte, contraste e navegação pelo teclado, além de oferecer o conteúdo por áudio. Isso mostra que o grupo do qual o portal *Estadão* faz parte conhece tais ferramentas de acessibilidade e sabem como implementar, então não se entende o porquê de não fazerem as mesmas implementações em um portal de notícias tão popular entre o grande público.

O portal *Gazeta do Povo* (Anexo O), segundo lugar no *ranking* de verificação feito pelo *AccessMonitor*, chega a ter seu conteúdo exibido na página inicial reduzido por conta de um anúncio na parte superior e outro na parte inferior da tela, dificultando a visualização do título da matéria e a imagem correspondente. O site utiliza cores

²⁷ O Por Minha Conta está disponível em: <<https://infograficos.estadao.com.br/focas/por-minha-conta/>>.

básicas também, preto, cinza e branco, tem uma diagramação igual à maioria dos portais de notícias, mas mais uma vez a publicidade excessiva atrapalha.

Ao abrirmos uma matéria do portal (Figura 9), notamos, assim como o Estadão, há diversas funcionalidades no que se refere ao compartilhamento da notícia, mas vai além, na *Gazeta do Povo* é possível compartilhar via WhatsApp e até no LinkedIn. O diferencial aqui é que há a funcionalidade de leitura da matéria, ou seja, basta dar clicar no botão de “play”, logo abaixo da imagem presente na matéria e ela é lida por uma ferramenta de síntese de voz, uma iniciativa pequena e simples que costuma aparecer em portais de notícias, ainda que de forma tímida.

Figura 9 – Página de uma matéria do portal Gazeta do Povo



[Audiodescrição da Figura 9 – Reprodução de tela da página do site Gazeta do Povo com o título: Após Infra Week, governo espera atrair mais de 56 bilhões em investimentos. Logo abaixo, fotografia da vista aérea da Via Dutra em Guarulhos, SP. Ao lado, propaganda de roupas de adulto e logo abaixo, anúncio da corretora de imóveis MRV.]

Fonte: Reprodução de tela (2021)

O portal de notícias *O Popular* apresenta em sua página inicial (Anexo S) apenas um anúncio de publicidade. Entretanto, ele fica no topo do site e é grande o suficiente para que todo o conteúdo da página desça de modo que a fotografia da matéria principal e o título das demais matérias desapareçam do *frame* inicial, as cores do site são sóbrias e a fonte sem serifa – aqueles pequenos traços e prolongamentos que ocorrem no fim das hastes das letras – é uma opção excelente para pessoas com dislexia.

Ao abrirmos uma matéria do *O Popular* (Figura 10) percebemos que não há nenhuma ferramenta de acessibilidade, apenas opções de compartilhamento. Entretanto, nas abas do site há duas opções que podemos considerar importantes para as tentativas de inclusão, a primeira são os *podcasts* – que apesar de não

possuírem legendas, são uma boa opção para o público com deficiência visual –, e a segunda é a versão em áudio da edição impressa do jornal, quem não é assinante tem direito há uma degustação de dez dias, mas se quiser continuar é necessário pagar pelo serviço.

Figura 10 – Página de uma matéria do portal O Popular



[Audiodescrição da Figura 10 – Reprodução de tela de uma parte da página do site O Popular com a notícia: Sítio D'Abadia é a única cidade em Goiás sem mortes por Covid-19. Logo abaixo, a fotografia da vista aérea do município Sítio D'Abadia. No lado direito, propaganda do Classi.]

Fonte: Reprodução de tela (2021)

É importante citar que todo o site é baseado em assinaturas, para acessar qualquer conteúdo é necessário que seja feito um cadastro gratuito para ler três matérias por mês – ou assinar para ter acesso a todos os conteúdos. Uma prática que vem sendo comum na nova forma de fazer jornalismo online, entretanto, associar o serviço da versão em áudio do jornal à assinatura do jornal impresso pode ser um problema se estamos falando, por exemplo, de uma pessoa cega, que mora só e não tem interesse na versão impressa, gerando um custo acima do que seria ideal para esse caso e gasto de papel desnecessário, levando em conta que o interesse seria específico para a versão em áudio.

O *Zero Hora*, quarta colocação no ranking, utiliza em sua paleta de cores preto, branco e vermelho (Anexo T). Possui uma diagramação padrão com relação a outros portais de notícias. É bem compreensível e simples entender onde os elementos estão localizados. Há um anúncio publicitário logo no início da página, mas se comparado aos demais portais analisados, não prejudica visualização dos conteúdos. Quanto às ferramentas dentro de uma matéria, também não encontramos nenhuma funcionalidade referente à acessibilidade, longe de ser um portal de notícias acessível.

Figura 11 – Página de uma matéria do portal Zero Hora



[Audiodescrição da Figura 11 – Reprodução de tela de uma parte da página do site GZH Coronavírus Serviço. Logo abaixo, o título da notícia: O que se sabe sobre a volta às aulas presenciais no RS. Em seguida, a fotografia de uma mulher usando máscara em um ambiente escolar. Ao redor, anúncios do Bradesco e da Fiat.]

Fonte: Reprodução de tela (2021)

A página inicial do *Imirante* (Anexo P) possui já na parte superior um anúncio publicitário relativamente grande, também fazendo o conteúdo descer e ficar visível apenas a matéria principal. A paleta de cores do site predomina entre tons de azul, branco, cinza e preto e conta com uma espécie de carrossel de notícias, logo abaixo da publicidade, acima da notícia principal do site. Isso deixa as informações misturadas e confusas, uma diagramação que pode atrapalhar muito a visualização de informações. Assim como outros, o *Imirante* oferece ferramenta de compartilhamento de notícias, mas nenhuma função relacionada à acessibilidade (Figura 12).

Figura 12 – Página de uma matéria do portal Imirante



[Audiodescrição da Figura 12 – Reprodução de tela uma parte da página do site imirante.com e a seguinte notícia: Empresas dos Estados Unidos e do Canadá vão atuar no Centro Espacial de Alcântara. Abaixo, a fotografia de torres de transmissão sob um céu azul com nuvens. No topo, anúncio da empresa de compra de viagens Skyscanner.]

Fonte: Reprodução de tela (2021)

Apesar de um anúncio publicitário logo no início da página, isso não interfere a leitura de notícias do portal do Jornal do Commercio Online (ou JC Online), pois a disposição das notícias fica numa espécie de lista (Anexo Q). A paleta de cores é preta e branca com alguns detalhes em vermelho, deixando a página mais minimalista e facilmente navegável.

Figura 13 – Página de uma matéria do portal Jornal do Commercio Online



[Audiodescrição da Figura 13 – Reprodução de tela uma página do site JC com a notícia: Covid-19 Estado não tem coragem de peitar João Campos, diz Miguel Coelho sobre vacinação no Recife. No centro, a fotografia do prefeito de Petrolina, Miguel Coelho. Ele é branco, tem cabelos claros e usa máscara.]

Fonte: Reprodução de tela (2021)

Mesmo sem oferecer todas as alternativas de acessibilidade necessárias, o site conta com um menu específico para acessibilidade desde sua página inicial, localizado no canto superior esquerdo da página (Figura 13). As funções disponibilizadas pelo menu são:

- 1) Ir direto para o assunto, que pula todos os links anteriores ao conteúdo principal de cada página vai direto para o conteúdo da matéria, no caso, vai para o título da notícia;
- 2) Ampliar e reduzir fonte, função importante para pessoas com baixa visão, por exemplo. Esta opção funciona para todas as páginas do site, não sendo necessário a aumentar o tamanho das letras a cada página visitada, clicando em “100%”, o conteúdo volta para o tamanho original. Todas as vezes que o usuário voltar ao site as letras estarão no tamanho escolhido na última visita;
- 3) Contraste, uma opção para pessoas com médio ou grande déficit visual, deixa o fundo da página totalmente preto com as letras em branco, podendo ser associado à troca do tamanho das letras (Figura 14).

Figura 14 – O JC Online disponibiliza um menu de acessibilidade em sua página



[Audiodescrição da Figura 14 – Reprodução de tela com zoom parte da página do site JC com a notícia: Estado não tem coragem de peitar João Campos, diz Miguel Coelho sobre vacinação no Recife. No canto superior esquerdo, a opção de acessibilidade relacionada a contraste, ir direto para o assunto e zoom da tela.]

Fonte: Reprodução de tela (2021)

O portal *Diário Online* (Anexo L) possui anúncios publicitários na sua página inicial, tanto na parte superior quanto inferior, quanto a diagramação, ela pode confundir o leitor porque parece haver duas notícias principais, uma que fica na parte superior da tela e outras ficam num carrossel. Quanto a ferramentas de acessibilidade dentro das páginas das matérias (Figura 15), o portal de notícias oferece apenas a opção de leitura do texto.

Figura 15 – Página de uma matéria do Diário Online



[Audiodescrição da Figura 15 – Reprodução de tela de uma parte da página do site DOL com a seguinte notícia: Primeiro lote de vacinas da Pfizer chega ao Brasil. No centro, fotografia de uma mulher segurando um frasco de vacina. Ela usa uma luva azul. Ao fundo, desfocado, a mulher de óculos e máscara. Ao redor, anúncios de roupas e uma caixa com as notícias mais acessadas.]

Fonte: Reprodução de tela (2021)

A página inicial do *Metrópoles* (Anexo R) possui uma publicidade logo na parte superior da tela com a opção de fechá-la, de modo que a página fica totalmente livre do anúncio. A diagramação dá a sensação de que as notícias estão muito próximas umas das outras e a fonte com serifa causam uma certa confusão de informações. Quanto a página das matérias (Figura 16) é possível perceber que há um excesso de publicidade, que atrapalha a compreensão dos conteúdos. Vale dizer também que esse excesso de publicidade atrapalha os leitores de síntese de voz que muitas pessoas com deficiência visual utilizam para navegar na internet.

Figura 16 – Página de uma matéria do portal Metrópoles



[Audiodescrição da Figura 16 – Reprodução de tela uma parte da página do site Metrópoles com a notícia: Justiça Aras é a favor de derrubar lei que dá autonomia ao Banco Central. Logo abaixo, a fotografia de um senhor branco de barba e óculos de grau. Ao redor, anúncios da Fiat e da Mobly.]
Fonte: Reprodução de tela (2021)

A página inicial da *Folha de S. Paulo* (Anexo N) também possui um anúncio publicitário logo no topo da página, mas isso não impede que a leitura da matéria principal seja lida e a fotografia referente a matéria seja visualizada. A paleta de cores consiste predominantemente em preto e branco e tem uma organização de matérias adequada e parecida com as demais.

Com relação as páginas de matérias (Figura 17), surgiu nenhum anúncio no decorrer da leitura, deixando a página mais leve, sem poluição visual e deixando a leitura mais fluída, tanto para humanos, quanto para leitores por síntese de voz.

Figura 17 – Página de uma matéria da Folha de S. Paulo



[Audiodescrição da Figura 17 – Reprodução de tela de uma parte da página do site Folha de São Paulo. No centro, a notícia: Com câncer no sistema digestivo, prefeito Bruno Covas volta a ser internado e se licencia do cargo. Logo abaixo, em letras pequenas, uma parte da matéria.]
Fonte: Reprodução de tela (2021)

No que se refere as ferramentas de acessibilidade, a Folha de S. Paulo também oferece a opção de ouvir o texto, ampliar e reduzir fonte, recursos que já citados e que são relevantes para pessoas com deficiências visuais, tais funcionalidades ficam localizadas no canto esquerdo da tela (Figura 18).

Figura 18 – A Folha de S. Paulo oferece duas funções de acessibilidade no site



[Audiodescrição da Figura 18 – Reprodução de tela de uma parte da notícia do estado de saúde do prefeito Bruno Covas. Logo abaixo, uma parte da matéria. No lado esquerdo, uma seta vermelha apontada para cima em direção da seguinte frase: Ouvir o texto A- A+.]
Fonte: Reprodução de tela (2021)

Por fim, o portal *A Crítica* tem em sua página inicial (Anexo K) dois anúncios de publicidade no topo da página, um é possível que seja fechado nem maiores interferências, mas o outro permanece o com espaço demarcado. Há ainda anúncios

que aparecem após um tempo localizadas nos cantos inferiores direito e esquerdo, deixando a página muito poluída, e tirando a atenção ao conteúdo do site. Um ponto preocupante é que a diagramação foi feita de um modo que, mesmo sem a publicidade do topo da tela, é impossível ler a chamada da matéria principal, ficando visível apenas imagens, poluindo ainda mais a página.

Assim como a maioria dos portais de notícias aqui citados, no *A Crítica* é utilizada uma paleta de cores que varia entre tons de azul, branco e preto. Na página da matéria analisada (Figura 19), apesar das publicidades é possível observar que também está presente a ferramenta de leitura da matéria, uma pequena funcionalidade que contribui para uma parcela de pessoas com deficiência visual e, também, para pessoas não-alfabetizadas, por exemplo.

Figura 19 – Página de uma matéria do portal A Crítica



[Audiodescrição da Figura 19 – Reprodução de tela Print de uma página do site A crítica.com. Abaixo a notícia: Amazonas tem mais 25 mortes por Covid e se aproxima de 370 mil casos. Abaixo do título, a fotografia de um paciente em um leito de hospital. Ao seu redor, três profissionais de saúde. Na parte superior do site, anúncios de vacinas no Amazonas.]

Fonte: Reprodução de tela (2021)

Vale dizer que nenhum dos portais de notícias investigados oferecem equivalentes textuais para suas imagens, ou seja, as fotos das matérias possuem as legendas – comuns em imagens em textos jornalísticos –, mas não possuem uma descrição alternativa delas, para que pessoas cegas possam ter acesso ao conteúdo fotográfico das matérias.

Apesar dessa análise ter sido feita baseada nas percepções de uma pessoa que não possui deficiência, mas que está de acordo com respostas e demandas de uma pesquisa online com pessoas com deficiência, podemos observar que nenhum

dos portais de notícias analisados oferecem satisfatoriamente funcionalidades de acessibilidade, nem quanto ao seu código-fonte, nem a partir de ferramentas externas.

Enquanto suas notas a partir do verificador de diretrizes do WCAG 2.1 são baixas e apontando diversas problemáticas relacionadas ao seu desenvolvimento e, mesmo com a listagem quanto as técnicas que poderiam ser realizadas para sua melhoria. Há também as percepções após a análise manual, onde podemos perceber que tais problemas não ficam só no âmbito técnico dos desenvolvedores dos códigos-fonte, mas também na utilização de ferramentas ou adoção de uma política de inclusão dentro de seus conteúdos, desde legenda em vídeos, janelas de Libras até navegação por meio do teclado, por exemplo.

Além disso, há também a motivação econômica, no qual os empreendedores precisam estar atentos que quase 24% da população brasileira – o público com deficiência – também é um potencial consumidor, tanto para seus conteúdos de notícias quanto para os produtos dos anunciantes daquela página.

5.2 PESQUISA DIRECIONADA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Quando falamos de acessibilidade digital, imediatamente pode dizer que essa beneficia pessoas com deficiência, mas é importante que saibamos quem são essas pessoas para ao mesmo tempo que desenvolvemos uma aproximação com tal grupo que, infelizmente, ainda é invisibilizado por uma grande parte da nossa sociedade, também seja possível entendermos quais tipos de tecnologias e iniciativas as empresas, nesse caso, especialmente, as jornalísticas, precisam ter para que esse público possa se beneficiar com a inclusão. Segundo Ferraz (2017, p. 97), os tipos de deficiência que mais enfrentam barreiras de acesso à internet são:

- 1) Pessoas cegas que não conseguem enxergar uma foto, assistir a um vídeo ou ler um texto sem auxílio de tecnologia assistiva;
- 2) Pessoas com baixa visão precisam de recursos para aumentar o tamanho da fonte ou dar zoom em textos e imagens de um site;
- 3) Pessoas com daltonismo não conseguem enxergar determinado espectro de cor, podendo ser interferência nas cores vermelho, verde ou azul. Em casos mais raros, algumas pessoas podem não enxergar cor nenhuma, vendo o mundo em escalas de cinza;

- 4) Pessoas surdas que não conseguem compreender um áudio ou vídeo sem legendas, transcrição ou tradução para Libras;
- 5) Pessoas com deficiência motora ou mobilidade reduzida, especialmente pessoas com tetraplegia, que não conseguem se movimentar do pescoço para baixo e não conseguem utilizar um computador sem tecnologia assistiva adequada;
- 6) Pessoas com deficiência intelectual ou neurológica podem ter dificuldade para escutar, ouvir, ver, falar ou compreender informações.

Como dito anteriormente nesta pesquisa, atentarmo-nos às pessoas com deficiência visual e pessoas com deficiência auditiva de modo a fazer um recorte que possa trazer resultados mais direcionais. No entanto, não podemos deixar de citar a importância e necessidade que existem em contribuições relacionadas à acessibilidade comunicacional para os demais públicos.

Dito isso, com intuito de conhecer o perfil dessas pessoas, foi aplicada uma pesquisa *online* entre janeiro de 2021 a março de 2021 em todo o país de modo a obter mais informações sobre a experiência de usuário das pessoas cegas e surdas enquanto acessam portais de notícias, incluindo os dez sites analisados nessa pesquisa.

Ao todo, 127 pessoas responderam ao formulário criado na plataforma Google Docs²⁸ e divulgado em diversas redes sociais, como: Facebook, Instagram, Twitter e WhatsApp. A escolha dessas redes sociais se deu por dois motivos: o primeiro pela limitação que a pandemia do coronavírus trouxe, impedindo que pudéssemos fazer pesquisas de campo com a mesma tranquilidade de outrora. O segundo motivo é que, segundo Belarmino (2014, p. 9-10), em uma pesquisa sobre hábitos de consumo de pessoas com deficiência visual, 70% dos entrevistados preferem consumir informações pela internet e no que se refere ao uso de redes sociais, a maior parte dos entrevistados optam por Facebook, Twitter e WhatsApp.

Vale dizer também, que no Facebook, a divulgação foi feita tanto em perfis pessoais quanto em grupos de temas gerais, quanto em grupos específicos para pessoas com deficiência. No Instagram, a divulgação foi feita tanto em perfis pessoais, quanto em páginas especializadas na temática, além de também ter sido divulgada

²⁸ O formulário não está mais disponível para respostas, mas seu acesso era feito pelo link: <https://forms.gle/ZAv3m1GpZAdujVW7A>

por associações de pessoas com deficiência visual e auditiva de todo o Brasil. No WhatsApp essas mesmas associações também fizeram divulgação, além da divulgação em grupos de temas gerais e envios específicos para amigos e conhecidos que se encaixam no grupo.

A primeira pergunta foi quanto ao tipo de deficiência que cada entrevistado possui (Gráfico 1), ao qual, do total de pessoas pesquisadas, 42% são pessoas com algum nível de deficiência auditiva, 25% são pessoas com deficiência visual – cabe destacar novamente que, essa deficiência não se limita somente a cegueira –, 31% são pessoas com deficiência motora e 2% são pessoas com deficiência intelectual. Incluímos também a opção surdocego, mas nenhum dos entrevistados possui esse tipo de deficiência. Desse modo, podemos concluir que a maior abrangência de pesquisados são pessoas com deficiência auditiva, visual e motora.



Fonte: a autora (2021)

Quando tratamos de dados nacionais, baseados no Censo (IBGE, 2010), a deficiência visual está presente em 3,4% da população brasileira, enquanto a deficiência motora é recorrente para 2,3% de brasileiros; a deficiência auditiva se refere a 1,1% da população nacional; e a deficiência mental/intelectual em 1,4%, vale dizer que esses números se referem as pessoas que são possuem total ou grande dificuldade nas habilidades pesquisadas.

Também com o intuito de conhecer o perfil dos pesquisados, perguntamos sobre a faixa etária, separamos cinco grupos de idades para facilitar a análise dos dados e cruzar de forma mais eficiente o perfil dos pesquisados (Gráfico 2).



Fonte: a autora (2021)

Entre os pesquisados, 51% está na faixa etária entre 25 e 39 anos, 31% tem entre 40 a 59 anos, 9% possui entre 18 a 24 anos, 6% tem 60 anos ou mais e, 3% entre 14 e 17 anos. Nota-se, então, que nossos pesquisados, em sua maioria, são pessoas adultas entre 25 e 59 anos.

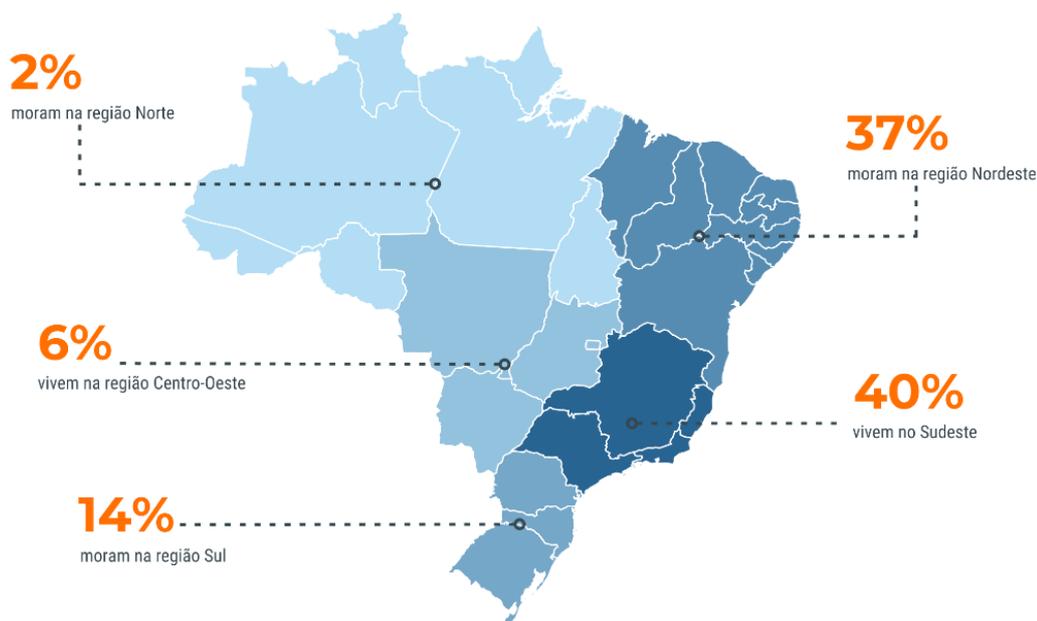
No que se refere a idade, quando tratamos de pessoas com pelo menos uma deficiência, o Censo 2010 (IBGE, 2010) constatou que 67,73% dos pesquisados possuem 65 anos ou mais. Enquanto 7,53% são crianças entre 0 a 14 anos e 24,94% são pessoas de 15 a 64 anos.

Apesar dos números da pesquisa feita destoarem da pesquisa do IBGE, acreditamos que essas porcentagens sejam um reflexo da realidade do acesso à Internet no Brasil. Segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2019), o percentual de pessoas que utilizam a internet cresceu entre os grupos etários e, alcançou quase 93% nos grupos de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos. Enquanto o grupo de 30 a 39 anos chega a um total de 90,4% de pessoas que utilizam a internet. Já no grupo de 60 anos ou mais, o percentual é de apenas 45%.

Como forma de identificar potenciais leitores dos portais que aqui pesquisamos, perguntamos em qual região do país os pesquisados moravam (Gráfico 3). De acordo com as respostas, 40% moram na região Sudeste, 37% são residentes na região Nordeste, 14% vivem na região Sul, 6% estão na região Centro-Oeste e, apenas 2% moram na região Norte do país. A partir disso, podemos afirmar que a maior parte dos

nossos entrevistados são da região Sudeste e Nordeste, o que fica coerente com a densidade demográfica de cada região do país (IBGE, 2010).

Gráfico 3 – Você mora em qual região do Brasil?



Fonte: a autora (2021)

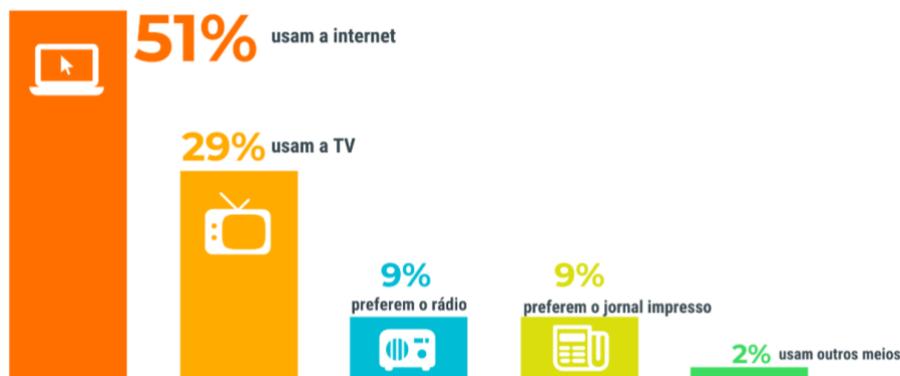
Vale dizer que, de acordo com a Cartilha do Censo 2010 (IBGE, 2012), a Região Nordeste é a que possui a maior taxa de prevalência de pessoas com pelo menos uma das deficiências pesquisadas, de 26,3%. Enquanto a Região Norte possui 23,40% e a Região Sudeste representa 23,03% de taxa de prevalência. As menores incidências ocorrem nas regiões Sul e Centro Oeste, 22,5% e 22,51%, respectivamente.

Com o intuito de entender o hábito de consumo de conteúdos jornalísticos das pessoas entrevistadas, para iniciarmos, perguntamos por onde eles costumavam se informar, entre as opções estavam rádio, televisão, internet, jornal impresso e outros – ao qual eles poderiam escrever qual o tipo de mídia. Conforme já notou Belarmino (2014, p. 11), 60% das pessoas com deficiência visual entrevistadas em sua pesquisa sobre hábitos de consumo costumam ler as notícias todos os dias pela internet (Gráfico 4).

Para essa pergunta, 51% dos entrevistados responderam que usam a internet, 29% usam a TV, 9% do total de entrevistados utilizam o rádio e/ou o jornal impresso, enquanto 2% usam outros meios, como revistas e podcasts. Vale informar que cada

item dessa porcentagem se refere ao número total de pesquisados, levando em consideração que nesse item era possível que um entrevistado marcasse mais de uma opção de meio.

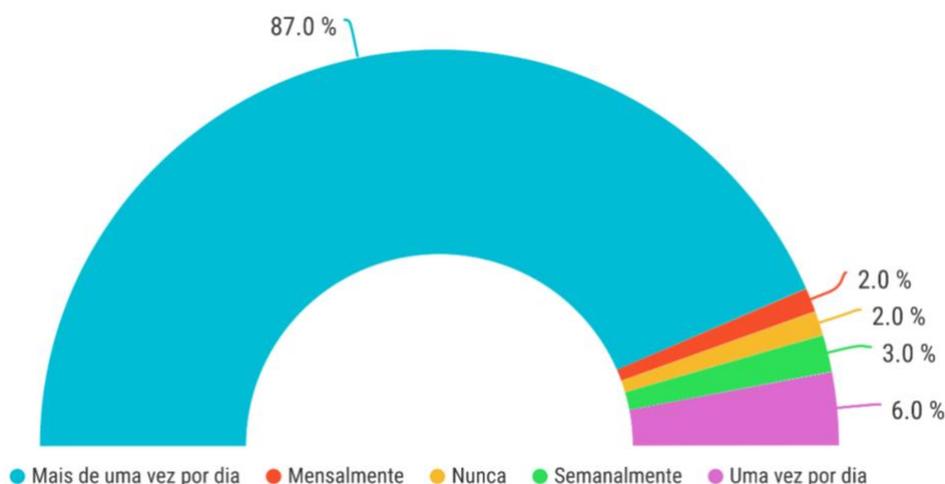
Gráfico 4 – Por onde costuma se informar?



Fonte: a autora (2021)

Ainda sobre hábitos de consumo, perguntamos a respeito da frequência que costumam acessar a internet (Gráfico 5) e o também sobre período do dia que normalmente a acessam a internet com a intenção de ver notícias (Gráfico 6).

Gráfico 5 – Com que frequência costuma acessar a internet?

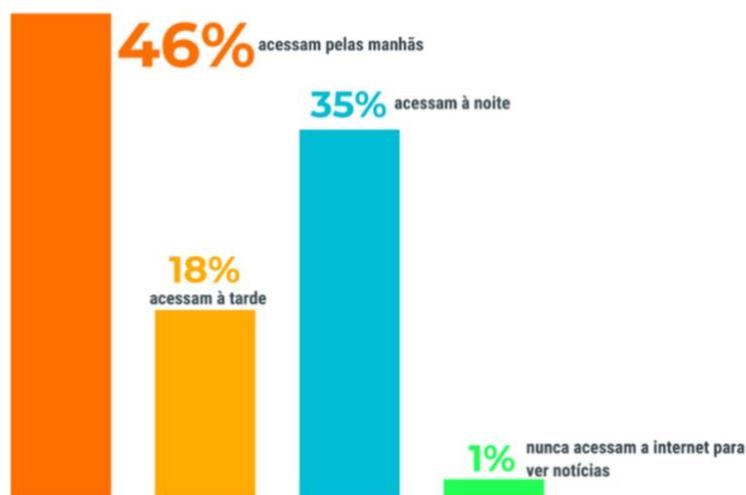


Fonte: a autora (2021)

Do total de pesquisados, 87% acessam mais de uma vez por dia, enquanto 6% navegam na internet apenas uma vez por dia, 3% responderam que acessam semanalmente e 2% responderam que acessam mensalmente ou nunca utilizam a

internet. Apesar do número significativo de pessoas que acessam a internet com uma assiduidade maior, precisamos fazer uma reflexão sobre o lado oposto, as pessoas que acessam pouco ou nunca, esse pode, naturalmente, ser apenas o caso de pessoas que evitam utilizar as redes por questão de falta de adaptação ou inabilidade com as ferramentas ou pelo estilo de vida.

Gráfico 6 – Em qual período do dia você costuma acessar a internet para ver notícias?



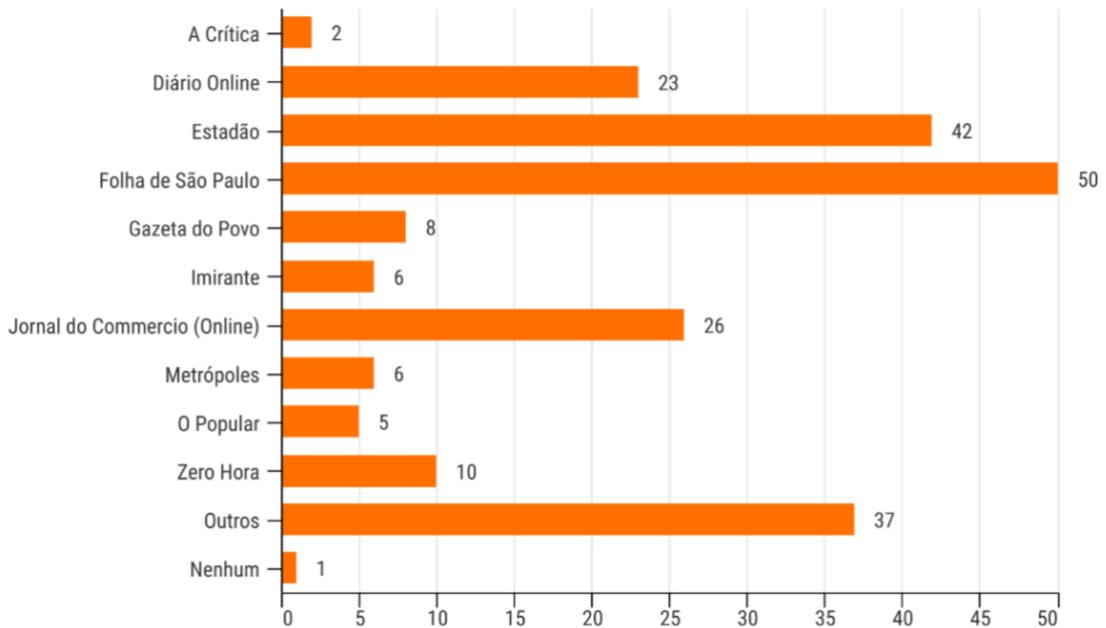
Fonte: a autora (2021)

Mas, não podemos deixar fazer uma provocação quanto a falta de pessoas que não tem acesso à internet e as desigualdades não param por aí, ainda existem muitos brasileiros que não possuem um aparelho celular ou não possuem computador em casa. É que segundo o IBGE (2019), os moradores de quase 13 milhões de domicílios no país não possuem acesso à internet. Entre os motivos citados, estão, a falta de interesse em acessar, o custo do serviço de acesso à Internet ou por nenhum morador saber usar a Internet.

*A respeito do período em que acessam a internet especificamente para ver notícias, a maioria dos entrevistados ficou dividida entre os turnos da manhã e noite, normalmente, o horário que as pessoas estão entrando ou saindo do trabalho. Um total de 18% dos entrevistados costuma se informar sobre as notícias do Brasil e do mundo no período da tarde, enquanto 2% nunca acessam a internet para ver notícias.

Com relação aos sites que costumam acessar para acompanharem as notícias (Gráfico 7), muitos informaram que leem os portais de notícias selecionados para essa pesquisa, mas, outros portais também foram citados, como o G1, R7, Uol, Yahoo, CNN etc.

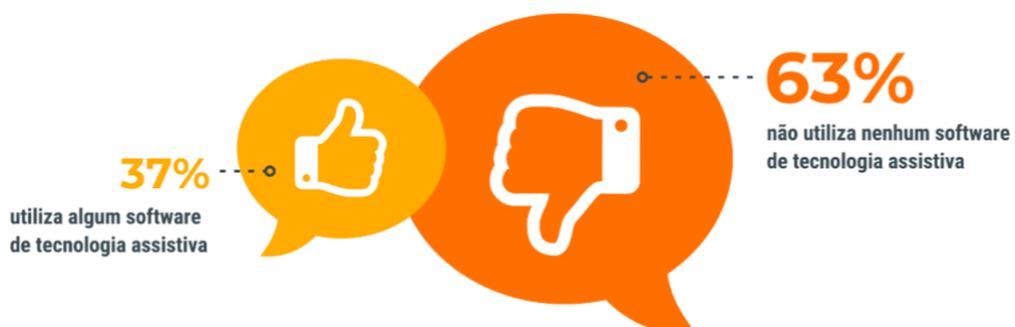
Gráfico 7 – Quais portais de notícias você costuma acessar?



Fonte: a autora (2021)

Para facilitar a visualização, a exposição de dados desse item da pesquisa foi diretamente pelo número de pessoas que acessam cada site – e não o percentual –, levando em consideração que uma pessoa poderia selecionar mais de um portal de notícia. Entre os pesquisados, 50 pessoas responderam que acessam a Folha de S. Paulo, 42 pessoas visitam o Estadão, enquanto 37 responderam que acessam esses e/ou outros portais de notícias e uma pessoa informou que não acessa nenhum dos que estão listados ou qualquer outro fora da lista.

Gráfico 8 – Você utiliza algum software de tecnologia assistiva para acessar sites?



Fonte: a autora (2021)

Para entender quem utiliza tecnologias de inclusão e quais tecnologias são mais utilizadas, perguntamos se o entrevistado utiliza algum software de tecnologia assistiva para acessar os portais de notícias – ou outros sites (Gráfico 8). Dos 127 pesquisados, 63% informaram que não utilizam nenhum software de tecnologia assistiva, em contrapartida, 37% utilizam algum tipo de software.

Levando em consideração que uma fatia considerável dos pesquisados são pessoas com deficiência motora e intelectual, de modo que não são exclusivamente incluídos com softwares de tecnologias assistivas, mas, no caso de pessoas com deficiência motora, há a preocupação com o hardware – parte física do computador, o equipamento por si só – antes mesmo de pensar no software.

Entre os softwares utilizados pelas pessoas entrevistadas estão os programas de síntese de voz, tradução de Libras e ampliadores de tela. Entre os citados estão: NVDA, VoiceOver, TalkBack, HandTalk, JAWS, Transcriber, Web Captioner e até mesmo óculos de grau.

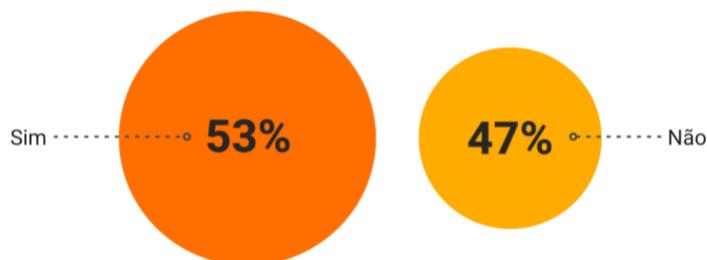
O *Non Visual Desktop Access* (ou, simplesmente, NVDA) e o JAWS são leitores de tela que possibilitam o acesso de pessoas com deficiência visual aos computadores e conteúdos de internet. Ambos são utilizados no sistema operacional Windows e permitem usuários com deficiência visual compreenderem a tela por meio de uma saída de texto para voz ou um dispositivo braile.

No que se refere ao uso de *smartphones*, o VoiceOver e TalkBack também são leitores de tela voltados para acessibilidade, sendo que o primeiro é nativo do sistema iOS, da Apple, e o segundo já vem pré-instalado em dispositivos com sistema operacional Android.

Já o Transcriber e Web Captioner são aplicações que convertem um conteúdo de áudio em texto. Com o Transcriber é possível que usuário de *smartphones* Android convertam suas mensagens de áudio recebidas pelo WhatsApp em um texto. Com o Web Captioner é possível fazer essas mesmas transcrições, mas em qualquer conteúdo de áudio de computador.

Partindo do pressuposto das baixas notas de acessibilidade referentes ao *AccessMonitor* e após a análise manual em que expusemos as limitações ou falta de recursos de tecnologia assistiva, como forma de validar ainda mais as análises, perguntamos aos entrevistados se eles tinham dificuldades ou limitações desse grupo de usuários ao navegar na internet (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Há dificuldades ou limitações em navegar na internet?



Fonte: a autora (2021)

Nota-se que 53% dos entrevistados responderam que sentem algum tipo de dificuldade ou limitação, enquanto 47% informaram que não sentem dificuldades. Uma diferença percentual relativamente pequena, mas é preciso dizer que a maior parte das respostas negativas vieram do público com deficiência motora, a qual estão incluídas as pessoas que utilizam cadeiras de rodas, por exemplo, o que no caso da pesquisa, não contemplaria. Por outro lado, muitos usuários com deficiência já utilizam ferramentas de acessibilidade que lhes contemplam de forma eficiente, podendo ser o motivo para não sentirem tais dificuldades.

Além disso, é importante que consideremos que, por mais que uma parcela não sinta alguma dificuldade, não significa que ela não exista, especialmente se temos um certo equilíbrio percentual entre as duas respostas.

Para compreendermos melhor sobre as dificuldades e limitações encontradas por esses 53% dos pesquisados, perguntamos quais seriam essas problemáticas, entre as respostas, selecionamos cinco que contemplam as dificuldades mais citadas:

- 1) “Podcasts e o compartilhamento vídeos sem legenda”;
- 2) “Páginas inacessíveis ao leitor de tela; imagens/fotografias sem descrição; muitas propagandas, que acabam dificultando a navegação do leitor de tela também”;
- 3) “Em alguns, a construção do site impõe barreiras de acessibilidade, mas na maioria deles, é possível ler o conteúdo. O número de anúncios antes de chegar a matéria, também é uma barreira, visto que usando o leitor de telas, o usuário tem que passar por todos os anúncios antes de chegar no corpo do texto para se informar”;
- 4) “Sem legenda e sem Libras nos vídeos”;
- 5) “Sites e aplicativos que não estão (bem) configurados, falta de audiodescrição em imagens, botões não rotulados nos sites”.

A partir dessas respostas, podemos perceber que as hipóteses e verificações levantadas até aqui estão de acordo com os tópicos problemáticos atribuídas pelas pessoas consultadas nessa pesquisa. Precisamos citar também que, apesar de todos os pontos citados em relação aos problemas já terem sido explanados anteriormente, o que se refere aos podcasts é um assunto inédito aqui.

Os *podcasts* são conteúdos em áudio – geralmente de um assunto específico, existem *podcasts* dos mais diversos tipos de conteúdo – são disponibilizados por meio de um arquivo ou plataforma de *streaming*, permitindo que possa ser ouvido a qualquer momento, em vários tipos de dispositivos.

O rádio está sofrendo uma profunda reordenação produtiva, em escala internacional, em função da digitalização. [...] No Brasil, mas o *podcasting* tem sido ferramenta eficaz na divulgação de novos trabalhos de músicos brasileiros, especialmente no circuito independente, assumindo um papel que até o início dos anos 90 era desempenhado pelas FMs (KISCHINHEVSKY, 2008, p. 138-142).

Disto isto, quando imaginamos um programa de rádio acessível para pessoas surdas, consideramos inviável e, de fato é, quando estamos falando do tradicional modelo de rádio que imaginamos. Mas quando entendemos que os *podcasts* estão no ambiente digital, local com tanta variedade de ferramentas e formatações, a inviabilidade deixa de existir. Isso porque, esses produtos podem oferecer uma legendagem para o seu conteúdo de forma simples – como já citamos, existem softwares que fazem essa transcrição – e sem grandes mudanças na plataforma utilizada.

O que nos leva para a décima pergunta aplicada nessa pesquisa, onde perguntamos se o usuário com deficiência tinha dificuldades em compreender os conteúdos apresentados (Gráfico 10), a qual apenas 36% dos entrevistados consideraram que sentem dificuldades sim.

Gráfico 10 – Em produções audiovisuais, você tem alguma dificuldade em compreender o conteúdo?



Fonte: a autora (2021)

Apesar do número relativamente pequeno, em comparação aos que responderam que não sentem dificuldades, quando perguntados quais seriam esses problemas, as respostas como, falta de audiodescrição nas imagens, falta de legendas e janela de Libras, dificuldade de entender falas e sons, foram respostas quase unânimes. Para facilitar a visualização dessas informações, tabulamos os dados a partir do cruzamento entre dificuldade encontrada *versus*. deficiência do entrevistado (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Quais dificuldades você tem para compreender conteúdos audiovisuais?



Fonte: a autora (2021)

Além dessas, uma chamou atenção: “As legendas são muito rápidas e eu não sou 100% alfabetizado na língua portuguesa”, isso significa que não basta que tenha legenda, ela precisa ter uma velocidade que o usuário consiga ler e, além disso, notamos aí a importância da janela de Libras, levando em consideração que, como já citamos aqui, grande parte das pessoas com deficiência auditiva possui baixo nível de escolaridade.

Tal afirmação é corroborada pela pesquisa do Censo 2010 (IBGE, 2010) que apontou uma taxa de alfabetização de 81,7% para pessoas com pelo menos uma das deficiências pesquisadas. Além disso, observou-se que 38,2% das pessoas com deficiência entrevistadas pelo Censo 2010 não possuíam instrução ou o ensino fundamental incompleto.

Para finalizar a pesquisa, perguntamos aos entrevistados como as empresas de jornalismo poderiam melhorar os recursos de acessibilidade, de modo a entender o melhor caminho a seguir na resolução dessas problemáticas citadas, além de incluir essas pessoas no processo que é sobre e para elas mesmas.

Entre as sugestões de melhorias, elencamos as cinco que consideramos mais relevantes para essa pesquisa e que dialoga com as problemáticas citadas anteriormente. São elas:

- 1) “Colocando audiodescrição nas imagens, integrar as suas matérias ou adaptar os sites para serem utilizados com leitores de tela”;
- 2) “Tornar o site acessível para os leitores de tela, inserir legendas em vídeos e se possível janela de Libras”;
- 3) “Incluindo mais pessoas com diferentes deficiências em suas equipes para contribuir com a divulgação de informação que seja acessível para todos”;
- 4) “Criando um departamento de acessibilidade”;
- 5) “Para o meu caso, usando legendas descritivas (porque sou oralizada na língua portuguesa). Para outros casos da surdez, LIBRAS. Ambos são importantes pois aumentam as possibilidades de alcance e comunicação. Para público cego ou com baixa visão, embora não tenha propriedade para falar no lugar deles (embora quem gera conteúdo também não, uma pena, porque poderia ter mais do público PCD produzindo conteúdo), a audiodescrição é uma ferramenta importante, principalmente no ambiente online”.

Desse modo, no decorrer dessa demonstração de dados, nota-se que ainda há muito para se fazer no que se refere à acessibilidade em portais de notícias, porque se há falha para um grupo de pessoas, é porque ainda não é suficientemente acessível. Vale dizer aqui, que tais questionamentos e respostas se referem apenas ao público com deficiência visual e auditiva, mas há um número grande de outras deficiências – ou necessidades especiais – que precisam ser atendidas também para que a internet se torne um espaço mais acessível.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade, em todos os seus âmbitos, tem como fator primordial auxiliar no desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária. Possibilitar uma experiência, no mínimo, próxima a de uma pessoa sem deficiência na hora de acessar a internet, já é um grande avanço, se comparado à realidade atual – local que apesar de ser tido como democrático, pela facilidade de acesso e consumo de informações, notamos, que na realidade não é, tanto pela falta de acesso em si à um dispositivo conectado na rede, quanto pela dificuldade que muitas pessoas com deficiência ou necessidades especiais tem para navegar por essas páginas e aplicações no ambiente digital.

Apesar de toda dificuldade em dar continuidade à pesquisa por conta da pandemia do coronavírus, que nos impossibilitou na realização de um grupo focal dedicado exclusivamente na análise dos portais de notícias aqui estudados – metodologia que citamos no projeto dessa pesquisa –, foi possível fazermos uma pesquisa bibliográfica e documental, além das análises automáticas e manuais dos portais de notícias. Os resultados obtidos por meio das entrevistas realizadas pelo questionário online também são parâmetros para a efetivação dessa pesquisa e uma ideia dos resultados que viriam no grupo focal que não pôde ser realizado.

A partir desses resultados pode-se perceber que as estratégias midiáticas negligenciaram a ideia de se dedicarem à produção de conteúdos inclusivos. Isso significam que é determinante a urgência de pesquisas que reflitam e proponham modificações nesse panorama de incipiência das experiências em conteúdo acessível para web, como também em outras plataformas midiáticas.

Mesmo com notas muito inferiores ao ideal perante ao WCAG 2.1, alguns portais de notícias incluíram ferramentas de acessibilidade na construção de suas páginas, mas é imprescindível que os conteúdos criados e publicados nessas páginas sejam acessíveis também. Ou seja, apesar de haver ferramenta de contraste ou ampliação de fonte ou do conteúdo está distribuído de forma simples, fácil e com pouca publicidade é importante, também que fotos, infográficos e outros tipos de conteúdos audiovisuais contenham audiodescrição, que os vídeos estejam com janelas de Libras e legendas, entre outras falhas que estão sobrepostas as falhas de desenvolvimento.

Mas, também, nota-se que há uma falácia de que o jornalista concentra todo o processo comunicacional. E mais: que esse processo comunicacional é voltado para

o usuário – aquele que utiliza ferramentas tecnológicas, seja ele jornalista ou leitor do portal de notícias –, quando na realidade, ele está voltado para o desenvolvedor e designer. Ou seja, nesse processo comunicacional, entre o emissor e o receptor, há um outro elemento, justamente o desenvolvedor, ora, se o portal de notícias não foi desenvolvido de forma acessível, apesar de haver formas de o jornalista trabalhar quanto a isso, o papel fundamental desse processo é do desenvolvedor, pois é ele quem deve trabalhar de acordo com as diretrizes da W3C, implementar suítes de acessibilidade – como o VLibras – e quanto ao design do portal, é o profissional responsável que deveria trabalhar a respeito das cores, *layout* da páginas e outras funcionalidades referentes à experiência do usuário e interação do usuário.

Desse modo, essa é uma responsabilidade em conjunto entre jornalistas, designers e desenvolvedores, claro, com o aval – e investimentos – dos diretores, editores-chefes e presidentes dessas empresas jornalísticas. Esses últimos, que no dia a dia têm o papel de tomadores de decisões, precisam urgentemente entenderem a importância da acessibilidade para que, então, os outros profissionais possam desempenhar suas funções.

Para os desenvolvedores, que sem a presença das figuras de chefia, acreditamos ser a ponta para essa comunicação digital acessível, as diretrizes de acessibilidade são uma forma fácil de compreender e solucionar questões técnicas relativas à acessibilidade, como definição de idiomas, navegação por teclado, CAPTCHAs, etc.

Quem produz conteúdo, no caso, o jornalista, precisa garantir que seu texto não tenha barreiras de acessibilidade, por isso, as diretrizes da WCAG 2.1 deixam clara a necessidade de legendas em vídeos e audiodescrição, por exemplo. Afinal, o texto pode ser lido com ajuda de um *software* de leitura, mas para a compreensão de imagens é importante que haja essas alternativas para conteúdos não-textuais.

Os *designers* são importantes justamente para que nesses requisitos visuais não haja barreiras. Para além da paleta de cores – já que o profissional deve garantir que a informação seja transmitida ao usuário somente pelas cores, mas também por ícones, por exemplo –, é necessário pensar também na adequação dos rótulos e campos de formulários. Os rótulos de texto de controle da interface do usuário são muito úteis para todos os usuários, especialmente para usuários com deficiências e os rótulos de formulário também são importantes para indicar ao usuário sobre que exatamente aquele campo precisa ser preenchido em cada campo do formulário.

Ao mesmo tempo que a internet ainda não atende todo o público com deficiência, ela também lhes deu autonomia para consumir conteúdos digitais e até realizar transações financeiras, entende-se que as empresas jornalísticas ainda são empresas, desse modo também precisam de seus lucros, seja com venda de assinaturas ou com as publicidades associadas às suas páginas impressas e digitais. Desse modo, se tais empresas pensassem nas pessoas com deficiência como potenciais leitores e, também, possíveis consumidores dos produtos de seus anunciantes, talvez, esse cenário estivesse evoluindo mais rapidamente.

Essa pesquisa mostra-se relevante não só para a compreensão exclusiva de que os portais de notícias não são acessíveis para pessoas com deficiência, para além disso, mostra-se aqui a falta de cumprimento de leis que já se configura uma problemática no que se refere a fiscalização da legislação brasileira. Afinal, oferecer acessibilidade não é um favor, nem um fator exclusivo de empatia ou gentileza, a inclusão é um direito previsto em leis e deve ser cumprida, como qualquer outra lei deve ser.

Além disso, essa pesquisa perpassa – talvez indiretamente – por outras questões que também afetam a questão da acessibilidade no (web)jornalismo brasileiro e, inclusive, pode ser apoio para pesquisas futuras relacionadas, por exemplo, ao ensino de Libras e Braille nas escolas e universidades, a oferta de cadeiras relacionadas à acessibilidade dentro dos cursos de Jornalismo (e Comunicação), o papel do jornalismo no processo de inclusão de pessoas com deficiência e a não-inclusão de PCDs nas redações jornalísticas. Assuntos que não são (ou que são pouco) discutidos e que deveriam, por razões legais e sociais, serem debatidos fora e dentro do ambiente acadêmico.

Em 2021, o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência completará 29 anos desde sua instituição pela Organização das Nações Unidas (ONU) – a data foi criada com o objetivo de promover uma maior compreensão dos assuntos concernentes à deficiência e mobilizar a defesa da dignidade, direitos e bem-estar dessas pessoas – e, o que se percebe ainda é uma grande cultura capacitista que permeia a sociedade, um exclusão que perpassa não só pela discriminação, mas também pela exclusão de pessoas com deficiência, os colocando na posição de incapazes de realizar algo.

O capacitismo é físico e social, isso porque ele impõe barreiras físicas de acesso e estigmatiza as pessoas, ele ocorre nas mais diversas esferas, incluindo a profissional. A Lei nº 8.213/1991, criada há 30 anos, estabelece que empresas devem

oferecer uma cota de vagas a ser ocupada por pessoas com deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também garante a inserção, por meio de cotas, de PCDs no mercado de trabalho e no ensino superior. Mas, o que a lei prevê é um cálculo matemático – uma porcentagem baseada no número de funcionários – para indicar a quantidade de vagas a serem preenchidas por essas pessoas.

Não podemos deixar de citar aqui que as políticas de inclusão à educação superior poderiam também contribuir muito com soluções para tais questões, visto que a inserção de pessoas com deficiência no ensino ajuda a repensar tais estruturas tidas até então como sólidas, forçando um ponto de virada nesse universo.

Mas além disso, as empresas também precisam mudar sua postura, já que 81% delas só contratam para cumprir a lei, segundo uma pesquisa²⁹ realizada em 2014 pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) Nacional, Isocial e Catho. Além disso ser problemático, há ainda o fato de que muitas dessas contratam para cargos inferiores à qualificação profissional do candidato, e aquelas que contratam apenas para cargos em que não precisam lidar com o público.

Inclusive, se trouxermos esse problema para o jornalismo notamos que há um grande hiato de jornalistas com deficiência dentro das redações, trabalhando como repórteres ou em cargos de chefia dentro de empresas (incluindo as jornalísticas). Esse, talvez, seja um dos pressupostos dessa falta de preocupação com a acessibilidade dentro dos produtos jornalísticos.

O fato de que para fazer tais mudanças no jornalismo, seja importante a presença de um consultor ou profissional especializado em acessibilidade, geralmente uma pessoa com deficiência dentro dessas redações ou nas empresas de desenvolvimento de softwares, para que tornem seus produtos acessíveis – de verdade. Desse modo, os conteúdos podem, inclusive, ser entendidos e reforçados a partir da filosofia da comunidade surda “nada sobre nós, sem nós”.

²⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2014/11/81-contratam-pessoas-com-deficiencia-so-para-cumprir-lei.html>>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR15290**: Acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/NBR15290.pdf>.

ACCESSMONITOR. **AccessMonitor**. Agência para a Modernização Administrativa, Portugal: 2021. Disponível em: <<http://www.acessibilidade.gov.pt/>>.

ALSINA, M. R. **A Construção da notícia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ALVES, Soraya Ferreira; TELES, Veryanne Couto; PEREIRA, Tomás Verdi. Proposta para um modelo de audiodescrição para deficientes visuais. **Tradução & Comunicação Revista Brasileira de Tradutores**. Nº. 22, Ano 2011. Disponível em: <<http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/traducom/article/view/1811/1720>>.

AMARAL, Sérgio Tibiriçá; SOUZA, Mariana Custódio de. O direito de ouvir com os olhos nas TVs brasileiras de sinal aberto. **Intertemas**, v. 12, Presidente Prudente, 2007. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33366-42734-1-PB.pdf>>.

AMIRALIAN, Maria LT. et al. Conceituando deficiência. **Rev. Saúde Pública**, nº 34 (1), 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/rsp/2000.v34n1/97-103/pt>>.

ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. Por um modelo de legendagem para surdo no Brasil. **Tradução & Comunicação Revista Brasileira de Tradutores**. N. 17, Ano 2008. Disponível em: <<http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/traducom/article/view/2084/1984>>.

BACH, C. F. et al. Diretrizes de Acessibilidade: Uma abordagem comparativa entre WCAG e e-MAG. **Revista Eletrônica de Sistema de Informação. Rio de Janeiro**. Nº 1, jun. 2009.

BELARMINO, Joana. **Jornalismo e Acessibilidade: Apontamentos sobre Contratos de Leitura para Efeitos de Reconhecimento de Leitores Especiais de Jornais Online**. In: Simpósio Internacional de Ciberjornalismo, 5, 2014. Anais. Campo Grande: 2014.

BERG, Henrique. **Sites de notícias mais acessados do país são péssimos para navegação com leitores de telas**. Movimento Web Para Todos, 2021. Disponível em: <<https://mwpt.com.br/sites-de-noticias-mais-acessados-do-pais-sao-pessimos-para-navegacao-com-leitores-de-telas/>>.

BONITO, Marco. A problematização da acessibilidade comunicativa como característica conceitual do jornalismo digital. **Revista Latino-americana de Jornalismo**. João Pessoa. ano 3, v. 3, n. 1, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001**, de 14 de setembro de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>.

_____. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>.

_____. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>.

_____. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Compilado por Mário Cléber Martins Lanna Júnior. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: <encurtador.com.br/bizK1>.

_____. **Lei 13.146/2015**, de 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **eMAG: Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**. Brasília: MP, SLTI, 2014. Disponível em: <<http://emag.governoeletronico.gov.br>>.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019**. IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf>.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Cartilha do Censo 2010: Pessoas com deficiência**. IBGE, 2012.

CAVALCANTE, Bárbara. CIRNE, Lívia. Deficiência do jornalismo: uma investigação preliminar sobre a falta de recursos acessíveis nos portais de notícias do Brasil. In: **XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Fortaleza: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2017. Disponível em: <<https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-0412-1.pdf>>.

COHEN, E. e FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

COOK, Albert M. HUSSEY, Susan M. **Assistive Technologies: Principles and Practices**. St. Louis, Missouri, EUA. Mosby Year Book, Inc. 1995.

CORDEIRO, William Robson; COSTA, Luciano (2016): **Jornalismo Imersivo: perspectivas para os novos formatos**. In: Revista Leituras do Jornalismo. Unesp. Bauru, Ano 3. v. 2, n. 6, julho-dezembro. p. 99-116. Disponível em: <<https://www3.faac.unesp.br/leiturasdojornalismo/index.php/leiturasdojornalismo/artic le/view/114>>

COTTA, Tereza Cristina. **Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto**. In: Revista do Serviço Público. Ano 49, n 2, 1998. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1634>>.

DEBEVC, M.; KOSEC, P.; HOLZINGER, A. **Improving multimodal web accessibility for deaf people: Sign language interpreter module**. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/225469903_Improving_multimodal_web_accessibility_for_deaf_people_Sign_language_interpreter_module>.

De la Peña, N.; Weil, P.; Llobera, J.; Giannopoulos, E.; Pomés, A.; Spanlang, B.; Friedman, D.; Sánchez-Vives, M.; Slater, M. (2010): **Immersive Journalism: immersive virtual reality for the first-person experience of news**. Presence: Teleoperators and virtual environments, 19(4), 291-301. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/220090085_Immersive_Journalism_Immersive_Virtual_Reality_for_the_First-Person_Experience_of_News>.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FERRAZ, Reinaldo. **Acessibilidade na Web**. São Paulo: Editora Senac, 2017.

FILHO, Adilson Vaz Cabral; FERREIRA, Gildete. Movimentos sociais e o protagonismo das pessoas com deficiência. Ser Social, Brasília (DF), v. 15, n. 32, p. 93-116, jan./jul. 2013. Disponível em <encurtador.com.br/V0128>.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.17 n.31, p.59-73, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://www4.pucsp.br/neils/revista/vol%2031/tiago-henrique-franca.pdf>>.

GEHLEN, M.A. **Amostragem e inferência nas pesquisas em jornalismo**. XV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL/INTERCOM. 08 a 10 de maio de 2014. Palhoça, SC. Anais. Disponível em: <<https://www.portalintercom.org.br/anais/sul2014/resumos/R40-1221-1.pdf>>.

Hernandez, R. (2017). **Introduction to immersive journalism: Module 1**. Austin, Estados Unidos: Knight Center for Journalism in the Americas. Disponível em: <<https://knightcenter.utexas.edu/00-17990-learn-about-virtual-reality-and-360-video-knight-center's-free-online-course-intro-immersiv>>.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Amigo ouvinte, o locutor perdeu o emprego: Considerações sobre o processo de automação nas rádios FM do Rio de Janeiro. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. Eptic, Madri, vol.10 n.3. Madrid, 2008. Disponível em: <encurtador.com.br/cqOPW>.

LEITE, Manoel Victor Rodrigues. **Um estudo sobre o conhecimento em acessibilidade digital entre desenvolvedores de aplicações móveis no Brasil**. Dissertação. São Paulo: USP, 2020. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100131/tde-27032020-082040/pt-br.php>>.

MARTINS, Eduardo. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo**. 3ª edição, revista e ampliada. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MAUX, Suelly; BONIFÁCIO, Samuel Amaral Veras. A notícia além dos olhos: a experiência do Jornal A União em Braille sob a ótica de seus leitores. **Temática**. João Pessoa, Ano XIV, n.8, Ago/2018. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/41448>>.

MEIRELES-COELHO, Carlos; IZQUIERDO, Teresa; SANTOS, Camila. **Educação para todos e sucesso de cada um: do Relatório Warnock à Declaração de Salamanca**. J. M. Sousa (Org.). Anais do IX Congresso da SPCE: Educação para o sucesso: políticas e actores. Vol. 2. Universidade da Madeira, 2007. Porto: SPCE, 178-189. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/15567176.pdf>>.

MELO, Francisco Vicente Sales; SILVEIRA, Denis Silva da. Os cegos conseguem 'enxergar' destinos turísticos na internet? Uma análise da acessibilidade dos websites oficiais dos estados brasileiros. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 7(2), 2013. Disponível em: <<https://rbtur.org/rbtur/article/view/586>>.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo. (Org.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: 2010. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/prodam/arquivos/Livro_Audiodescricao.pdf#page=25>.

NIC.br. **Web para Todos quer acabar com as barreiras de navegação na Internet no Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://nic.br/noticia/releases/web-para-todos-quer-acabar-com-as-barreiras-de-navegacao-na-internet-no-brasil/>>.

OMS. **Relatório mundial sobre a deficiência**. World Health Organization, The World Bank ; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. - São Paulo: SEDPcD, 2012. Disponível em: <encurtador.com.br/fqLT4>.

PARANHOS, Ronulfo et al. **Uma introdução aos métodos mistos**. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, n. 42, p. 348-411, 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009.

_____. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. **Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos.** São Paulo: RNR, 2003.

SCHMITT, Valdenise; FIALHO, Francisco Antonio Pereira . **A infografia jornalística na divulgação do conhecimento científico: diminuindo fronteiras entre cientistas e jornalistas e entre ciência e público.** Lumina (UFJF. Online), v. 2, 2008. Disponível em <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20957>>.

SEVERINO, M. P. S. R. S.; OLIVEIRA, S. C.S. **Para além de uma conquista, um direito: o movimento político das pessoas com deficiência e a sua relação com a conquista do direito à educação inclusiva para pessoas com deficiência.** In: Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória: UFES, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22468/14966>>.

SILVA JUNIOR., José Afonso. **A relação das interfaces enquanto mediadoras de conteúdo do jornalismo contemporâneo: agências de notícias como estudo de caso.** Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da Compós. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Jornalismo 1.2: características e usos da hipermídia no jornalismo, com estudo de caso do Grupo Estado de São Paulo.** (Dissertação de mestrado), Facom/UFBA, 2000.

SILVA, Ingridy Rayane. **O jornal Folha de São Paulo e a evolução visual da sua homepage nos últimos dez anos.** 142 p. (Monografia). Mariana: UFOP, 2017. Disponível em <<https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/554>>.

SILVA, Saulo César da. **Percebendo o ser: A manifestação de identidades sociais do aluno deficiente visual nas conversas sobre texto.** São Paulo: LCTE Editora, 2009.

SMALL, M. L. **How to conduct a mixed methods study: Recent trends in a rapidly growing literature.** Annual review of sociology, EUA, v. 37, p. 57-86, 2011.

SPELTA, Lêda. **O Papel dos Leitores de Tela na Construção de Sites Acessíveis.** In: Anais do ATIID, 1., 2003, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: USP, 2003. Disponível em <encurtador.com.br/AZ378>.

STEENSEN, Steen; WESTLUND, Oscar. **What is Digital Journalism Studies?.** Londres: Routledge, 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.4324/9780429259555>>.

UPIAS; ALLIANCE, T. D. **Fundamental Principles of Disability.** London: Union of the Physically Impaired Against Segregation & The Disability Alliance, 1997. Disponível em: <encurtador.com.br/DJLN4>.

W3C. **Cartilha de Acessibilidade na Web do W3C Brasil.** Disponível em <<http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/cartilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-l.html>>.

_____. **Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0.** Disponível em <<https://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-PT/>>.

_____. **Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.1**. Disponível em <<https://www.w3c.br/traducoes/wcag/wcag21-pt-BR/>>.

ZAMBONI, Aline Andréa; HEITZMANN, Patricia Zanin. Acorda e Escuta Londrina: a experiência da revista radiofônica produzida pelos deficientes visuais do Instituto Londrinense de Instrução e Trabalho para Cegos. **Anais XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/82656581585997327305514753125740983162.pdf>> .

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

1. Qual deficiência você possui?
 Auditiva Visual Motora Intelectual

2. Qual sua idade?
 14 a 17 18 a 24 25 a 39 40 a 59 60 ou mais

3. Você mora em qual região do Brasil?
 Norte Nordeste Centro-oeste Sudeste Sul

4. Por qual meio de comunicação você costuma se informar?
 Rádio TV Internet Jornal impresso

5. Com que frequência costuma acessar a internet?
 Mais de uma vez por dia Uma vez por dia Semanalmente
 Quinzenalmente Mensalmente Nunca

6. Quando usa a internet para ver notícias?
 Manhã Tarde Noite Nunca

7. Quais sites (portais de notícias) costuma acessar?
 Diário Online A Crítica Imirante
 Jornal do Comercio (Online) Metrôpoles O Popular
 Folha de S. Paulo Estadão Zero Hora
 Gazeta do Povo Outros: Cite: _____

8. Você utiliza algum software de tecnologia assistiva para acessar esses sites? Quais? (Softwares de tecnologia assistiva são programas/aplicativos que facilitam o acesso de pessoas com deficiência aos conteúdos digitais, por exemplo, programas de síntese de voz.)

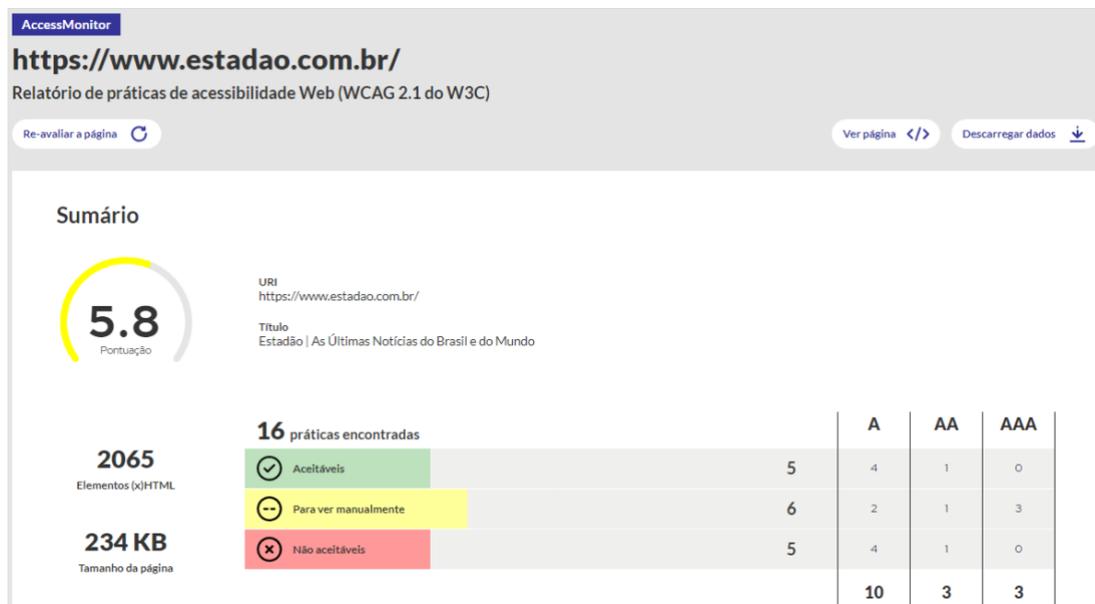
9. Há dificuldades ou limitações em navegar na internet? Quais?

10. Em produções audiovisuais – vídeos ou imagens estáticas – você tem dificuldades de compreender o conteúdo?
 Sim Não

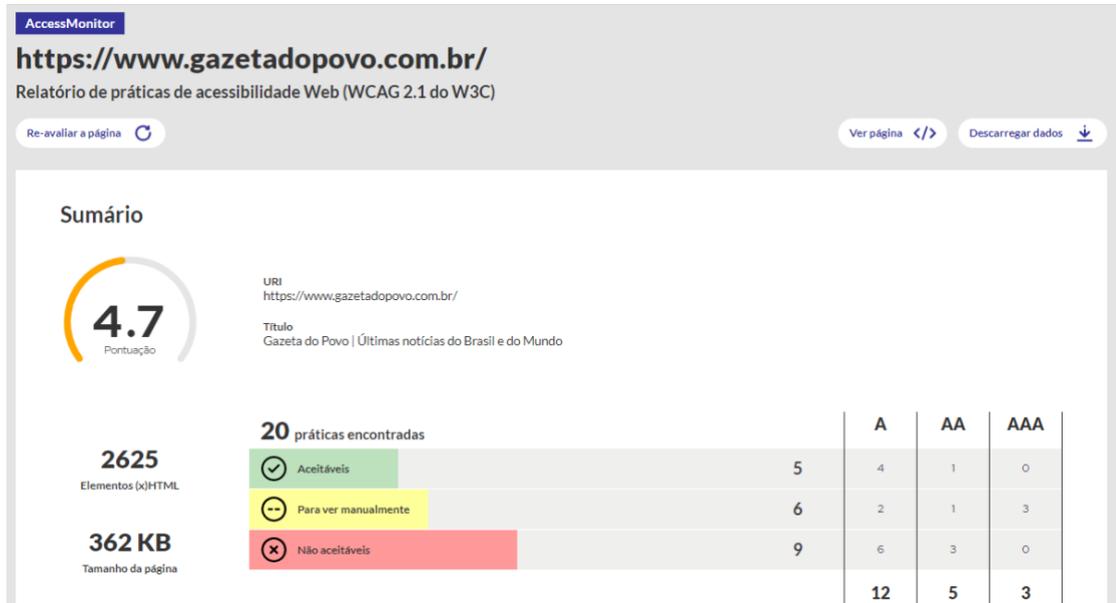
 a. Caso tenha respondido SIM, quais essas dificuldades?

11. Como as empresas de jornalismo poderiam melhorar os recursos de acessibilidade?

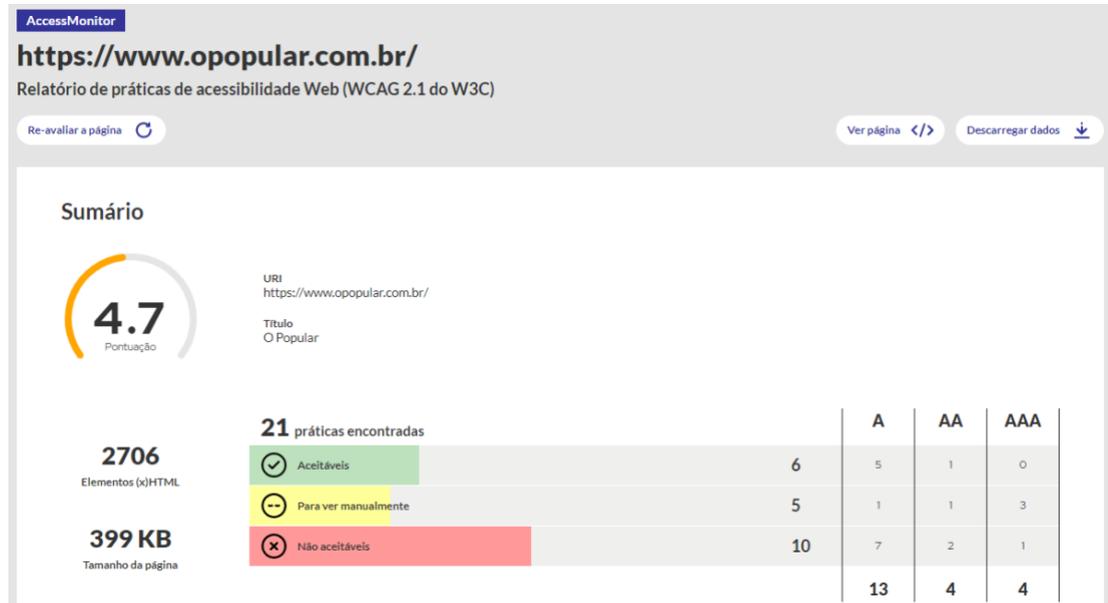
ANEXO A – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DO ESTADÃO



ANEXO B – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DA GAZETA DO POVO



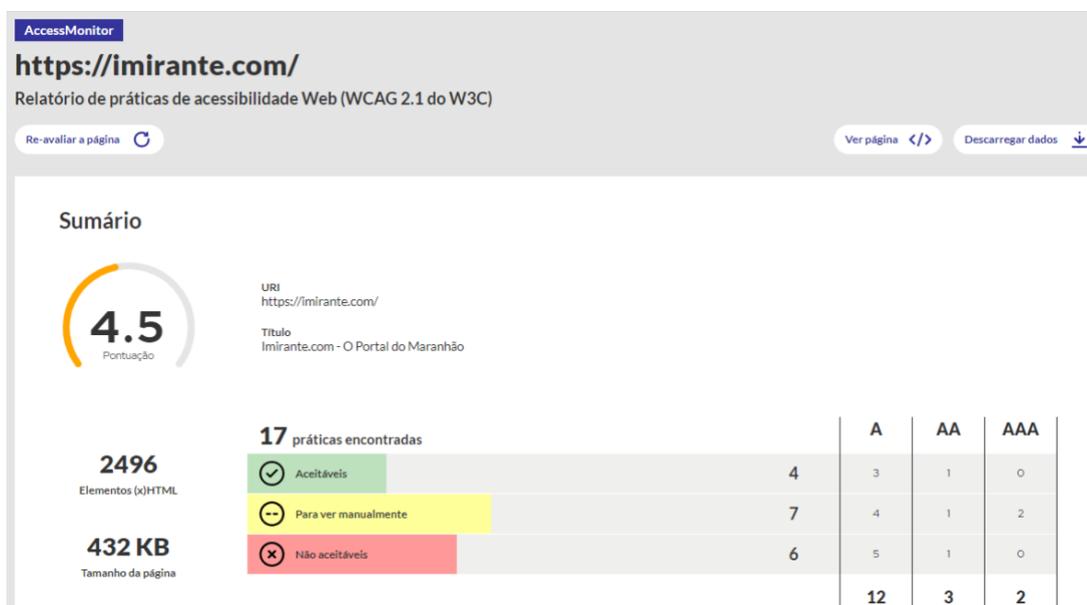
ANEXO C – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DO O POPULAR



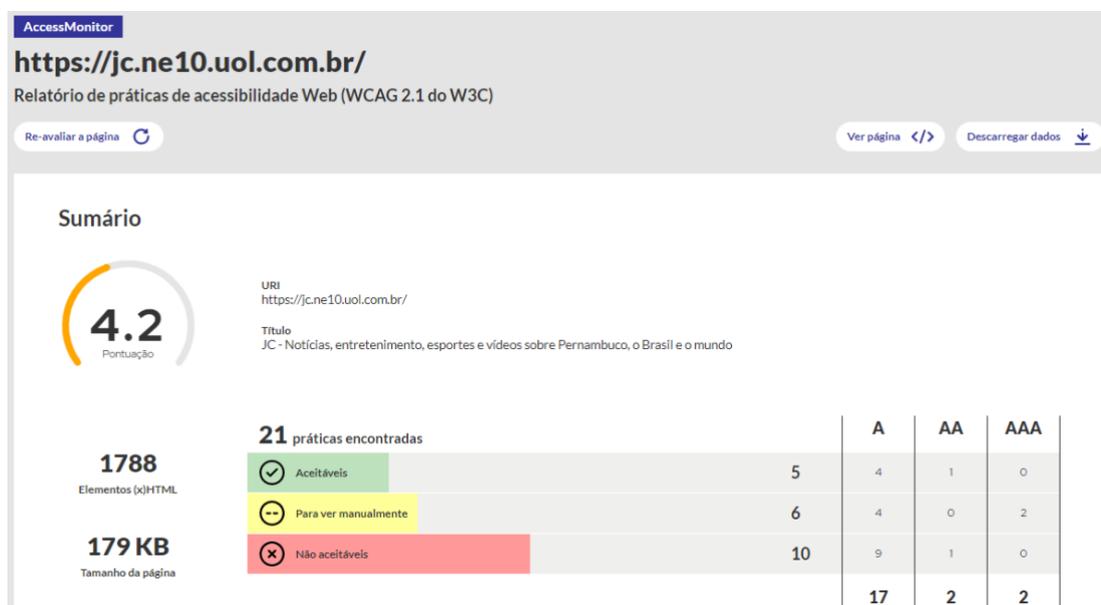
ANEXO D – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DO ZERO HORA



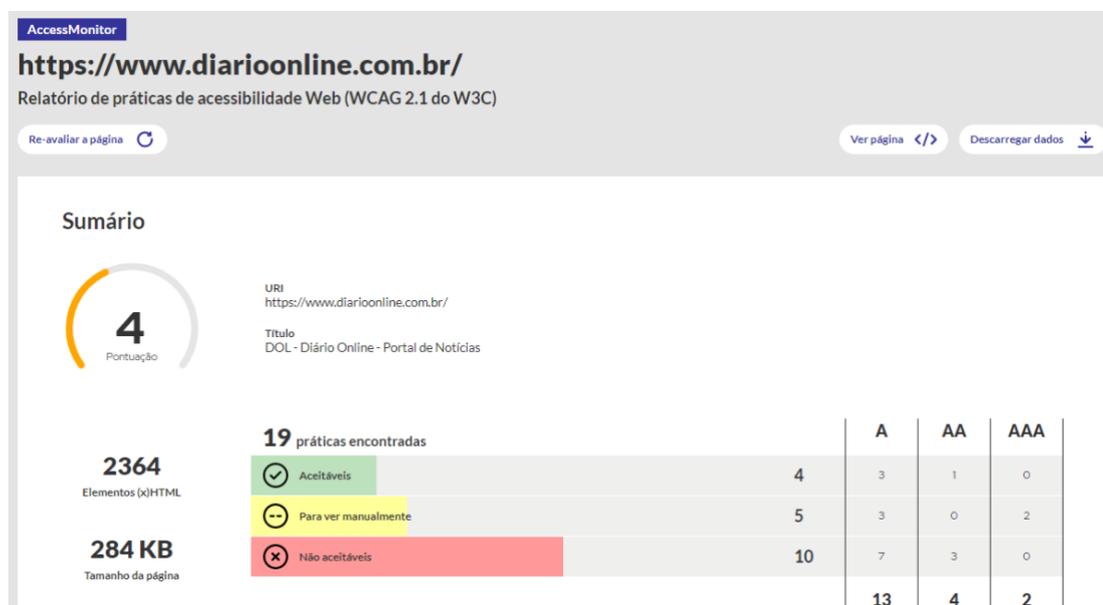
ANEXO E – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DO IMIRANTE



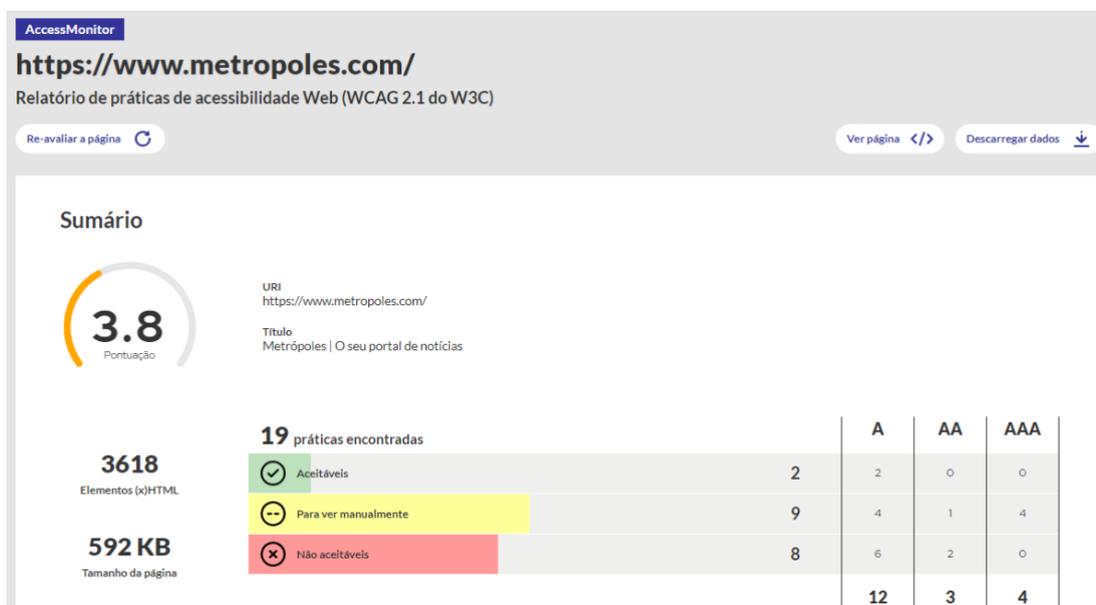
ANEXO F – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DO JC ONLINE



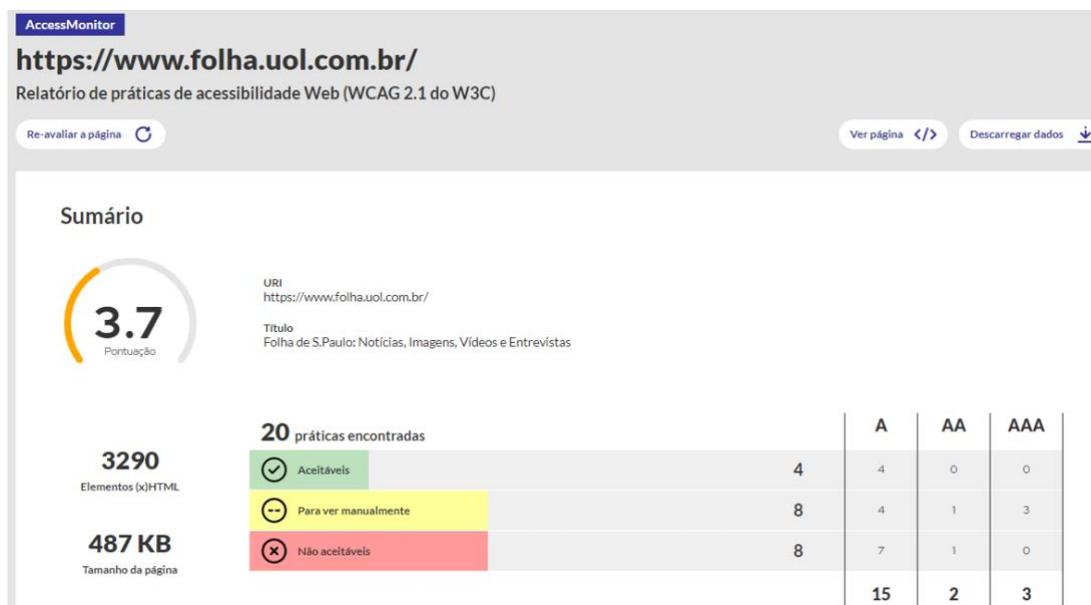
ANEXO G – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DO DIÁRIO ONLINE



ANEXO H – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DO METRÓPOLES



ANEXO I – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DA FOLHA DE S. PAULO



ANEXO J – VERIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE WEB DO A CRÍTICA



ANEXO K – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL A CRÍTICA

The screenshot shows the main page of the portal A Crítica. At the top, there is a green banner for bet365 with the text "Obtenha até R\$200 em Créditos de Aposta" and a "Registre-se" button. Below this is a blue navigation bar with the date "QUINTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 2021" and social media icons. The main content area features the "acritica.com" logo and a navigation menu with links: HOME, SIM E NÃO, MANAUS, COTIDIANO, ESPORTES, CORONAVÍRUS, EDUCAÇÃO, VÍDEOS, BLOGS. A prominent banner for the "VACINA AMAZONAS" campaign is displayed, with text: "PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA NA LINHA DE FRENTE", "PESSOAS ACIMA DE 60 ANOS COM COMORBIDADES*", "BEBÊS, IDOSOS E CUIDADORES", and "SE VOCÊ É DESSE GRUPO, É HORA DE SE VACINAR." Below the banner are three images: a healthcare worker, an outdoor event, and a close-up of a vaccine vial.

ANEXO L – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL DIÁRIO ONLINE

The screenshot shows the homepage of the DOL (Diário Online) website. At the top left is the DOL logo. To its right is a search bar with the placeholder text "Buscar...". Further right, there is a weather widget showing "25°" and "R\$5.68", and a "Diário do Pará" logo. Below the search bar is a horizontal navigation menu with the following items: PARÁ, CONCURSOS, NOTÍCIAS, ESPORTES, ENTRETENIMENTO, TUÉDOIDÉ?, GALERIAS, DOLPLAY, DOLCAST, COLUNISTAS. To the right of the menu are social media icons for WhatsApp, Facebook, Instagram, and YouTube, along with a "TEM" logo. Below the navigation menu is a purple banner for "DOL MUSIC" with the text "O DOL Music acontece duas sextas-feiras no mês, a partir de 07 de maio." and a "DOL DiárioOnline" logo. To the right of the banner is a "Claro" logo with the text "Patrocínio: Você merece o novo." Below the banner is a large news banner with the headline "IMUNIZAÇÃO Primeiro lote de vacinas da Pfizer chega ao Brasil" and an image of a person in a blue mask and gloves holding a vaccine vial. Below the news banner is a row of four smaller image thumbnails, each with a close button (X) in the top right corner.

ANEXO M – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL ESTADÃO

Assine o Estadão Acervo Agência Estado Classificados E+ E-Investidor #FERA Imóveis Link Mobilidade Paladar PME Rádio Eldorado Saúde & Ciência

ESTADÃO
Fundado em 1875, online desde 1995

MENU JORNAL DIGITAL OPINIÃO POLÍTICA ECONOMIA BRASIL INTERNACIONAL ESPORTES CULTURA ÚLTIMAS MAIS LIDAS Q ENTRAR

Bem-vindo ao Estadão
Deseja receber alertas sobre as notícias mais importantes em seu navegador?
NÃO SIM

loft

DÚVIDAS SOBRE O IR
Como declarar conta em moeda estrangeira

EMPREENDEDORISMO
Aprenda o que é e como fazer um pitch de vendas

NO SEU E-MAIL
Cadastre-se na 'Pilula', nova newsletter do Estadão

SAÚDE
Estudo relaciona noite mal dormidas com demência

Assine o Estadão

Estados Unidos

Na véspera de 100 dias de mandato, Biden defende gasto do governo e pede que população se vacine

Presidente dos EUA discursa pela 1ª vez em sessão conjunta no Congresso; ele se comprometeu a ajudar outros países na pandemia e disse que país será um 'arsenal de vacinas'

- Biden traz agenda legislativa ambiciosa e controversa; leia análise

Imunização contra covid

Pandemia

ESTADÃO Liberdade de imprensa e democracia são conceitos inseparáveis. Apoie o Estadão.

Digital Completa
12x R\$ **22,90** /mês
ASSINAR

PUBLICIDADE
[B]3
O Grupo GPS agora tem ações na B3, a Bolsa do Brasil.
#IPOnaB3
GPS

ANEXO N – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL FOLHA DE S. PAULO

UOL HOST PAGBANK PASSEIQURO CURSOS  BATE-PAPO EMAIL

MENU ASSINE

FOLHA DE S. PAULO
HÁ 100 ANOS • • • UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ENTRAR Q BUSCAR

EDIÇÃO FOLHA MINHA FOLHA últimas opinião poder economia mundo coronavírus esporte cultura podcasts f5 ENG ESP

Apoie a democracia. ASSINE A FOLHA Oferta especial apenas R\$ 1,50 no primeiro mês



VIVARA

R\$ 650 R\$ 990 R\$ 3.150 R\$ 990

PUBLICIDADE

COTIDIANO < >

Com câncer, Bruno Covas é internado de novo e decide se licenciar da Prefeitura de SP

Vice Ricardo Nunes (MDB) assumirá a maior prefeitura do país; tucanos veem ascensão com reserva

→ Nunes diz que vai consultar Covas em temas importantes e não fará mudanças



VACINAÇÃO < >

Falta de Coronavac para 2ª dose da vacina atinge metade das capitais

Nove capitais não estão mais aplicando, e esta tem em quantidade insuficiente

Vacinação no Brasil

	2ª dose	1ª dose
Brasil	9,8	19,8

Números da pandemia

	Casos	Óbitos
Total	14,7 mi	406,6 mil
1 mês**	39,7 mil	2.422
Variação***	-8,4%	-17%
Em 24 h	59,5 mil	2.278

Brasil: Estável

→ Acompanhe a vacinação pelo mundo

→ Brasil tem 31,8 milhões de vacinados com a primeira dose

→ Estado de São Paulo...

ANEXO O – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL GAZETA DO POVO

ÚLTIMAS | LEITURÓMETRO

GAZETA DO POVO
Quinta-feira, 29 de Abril de 2021

assine ENTRAR Q EXPLORE

Saiba Agora
veja mais

Ministro Waldir Oliveira da Costa, do TST, morre por complicações da Covid-19

Academia da Força Aérea isola 247 cadetes por surto de Covid-19

Vacinação contra a Covid-19 no Brasil chegam a 30,7 milhões

Lucro líquido do Facebook sobe 94% e atinge US\$ 9,5 bilhões no 1º trimestre

Publicidade

Crédito imobiliário

a partir de **3,95%** a.a.
+ poupança.

Crédito rápido e aprovação

| Rodovias, ferrovia e portos

Após Infra Week, governo espera atrair mais R\$ 56 bilhões em investimentos

Notícias por e-mail

REALIZE SEU SONHO DE CASA, DE MANEIRA SEGURA E TRAZ O DIGITAL

PROCURANDO UM APE? MRV

<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaao/editoriais/stf-gestor-publico-renda-basica-censor/>

ANEXO P – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL IMIRANTE

MENU

imirante.com

Guia de São Luís

Anúncios Google

Não exibir mais este anúncio Anúncio? Por quê? ⓘ

COVID-19 NO MARANHÃO

VACINAÇÃO HOJE

Idosos de 60 anos
Manhã: MAIO e JUN/ Tarde: JUL e AGO

Profissionais da Educação a partir de 45 anos
Em atividade na rede federal e estadual

Profissionais da Segurança Pública
Aplicação da 2ª dose

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Documento oficial com foto e comprovante de residência
No caso dos idosos de 60 anos

RG, cartão de vacinação, contracheque ou declaração da direção e cartão do SUS
No caso dos profissionais da Educação

Documento oficial com foto e último contracheque
No caso dos profissionais da Segurança Pública

VACI

Maranhão
Atualizado em

São Luís:
Atualizado em

BASE DE ALCÂNTARA

Empresas dos EUA e do Canadá vão atuar no Centro Espacial de Alcântara



ANEXO Q – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL JORNAL DO COMMERCIO ONLINE

UOL HOST PAGBANK PAGSEGURO CURSOS

uol BUSCA BATE-PAPO EMAIL

NETO JC RÁDIO JORNAL TV JORNAL

Q BUSCA ASSINE O JC ENTRAR

ACESSIBILIDADE CADASTRE-SE

JC

JORNAL DIGITAL BUSCAR MENU

PUBLICIDADE

COVID-19
A PERDA CASTIGA E A SAUDADE MACHUCA
DIGA SIM À VACINA E CONTINUE SE CUIDANDO

SENADO

Cúpula da CPI da Covid define roteiro para ouvir Queiroga e ex-ministros da Saúde

- CPI da Covid se reúne nesta quinta-feira para apresentar plano de trabalho
- Bolsonaro diz que CPI da Covid é 'Carnaval fora de época'
- Senadores entram no STF contra Renan Calheiros na CPI da Pandemia
- Lewandowski é relator de ação de aliados de Bolsonaro para barrar Renan da CPI da Covid

APP do Jornal do Commercio

- Vá na loja de APP do seu smartphone.
- Busque pelo **JC**.
- Encontre este **icone**.
- Pronto. Agora é só baixar e...

https://googleads.g.doubleclick.net/pageclick?ai=AKADjssYVUb334o1SHX6sni2b9JW6G4_jgDDnhDXhZ59qW1saGyZzFN3Tnh7RUX9Pp50IGg7a5z_K4H6hzGmciKkt88r2qwr2T8IZahhe2Re_Q1mq8alv7g5khTe7t8WWMQyHYNX7PuaQ5MI50M4Yu...

ANEXO R – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL METRÓPOLES

The screenshot shows the homepage of the Metrôpoles website. At the top, there is a green banner for bet365 with the text "Aposte em Futebol" and a "Registre-se" button. Below the banner is a navigation bar with a "MENU" button, a notification bell, the "METRÓPOLES" logo, and a "BUSCA" search bar. The navigation bar also includes links for "Brasil", "DF", "SP", "RJ", "GO", "Mundo", "Vida & Estilo", "Saúde", "Entretenimento", "Celebidades", "Esportes", and "É o bicho".

The main content area features three news articles:

- Grande Angular**
Saúde vai enviar 5,2 milhões de vacina contra a Covid aos estados e DF
O Ministério da Saúde anunciou que a distribuição dos imunizantes para as unidades da Federação começa nesta quinta-feira (29/4)
- Grande Angular**
Acionista propõe bônus a diretores da CEB que somam R\$ 1 milhão

ANEXO S – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL O POPULAR

The screenshot shows the homepage of the O Popular website. At the top, there is a navigation bar with the logo 'O Popular' and various menu items including 'CAPA', 'POLÍTICA', 'ECONOMIA', 'MUNDO', 'CIDADES', 'ESPORTE', 'MAGAZINE', 'LUDOVICA', 'OPINIÃO', 'ESPECIAIS', 'INFOMERCIAL', 'VÍDEOS', 'GUIAS', 'PODCAST', 'ÁUDIO', and 'DIGITAL'. A search bar and a phone number '62 99995 2795' are also present. A prominent orange button says 'ANUNCIE AQUI' and another says 'ASSINE JÁ R\$ 1,90'. Below the navigation bar, there are collection buttons for 'DECRETO', 'NOTÍCIAS DO INTERIOR', and 'CORONAVÍRUS'. A large green banner with an orange button reads 'CONHEÇA OS CURSOS'. The main content area features a headline: 'CORONAVÍRUS Sítio D'Abadia é a única cidade em Goiás sem mortes por Covid-19'. Below the headline, a sub-headline reads: 'Para moradores e autoridades, "vida pacata" seria um dos principais motivos para que a epidemia não tivesse atingido o município de 3 mil habitantes no nordeste goiano'. To the right of the headline, there is a 'classi' advertisement with the text 'O que você procura?' and a search bar containing 'Carros, motos, apartam'. At the bottom right, there is a 'BBB 21' advertisement.

Classi | Clube O Popular | Jornal Daqui | Jornal do Tocantins | Ludovica

O Popular 62 99995 2795 BUSCAR ENTRAR ANUNCIE AQUI ASSINE JÁ R\$ 1,90

CAPA POLÍTICA ECONOMIA MUNDO CIDADES ESPORTE MAGAZINE LUDOVICA OPINIÃO ESPECIAIS INFOMERCIAL VÍDEOS GUIAS PODCAST ÁUDIO DIGITAL

COLEÇÕES: DECRETO NOTÍCIAS DO INTERIOR CORONAVÍRUS

CONHEÇA OS CURSOS

CORONAVÍRUS

Sítio D'Abadia é a única cidade em Goiás sem mortes por Covid-19

Para moradores e autoridades, "vida pacata" seria um dos principais motivos para que a epidemia não tivesse atingido o município de 3 mil habitantes no nordeste goiano

classi O que você procura?
Carros, motos, apartam

BBB 21

ANEXO T – PÁGINA PRINCIPAL DO PORTAL ZERO HORA

The screenshot displays the main page of the Zero Hora portal. At the top, there is a navigation bar with links for 'MENU', 'PESQUISAR', 'ÚLTIMAS', and 'ESPECIAIS', along with 'ASSINE' and 'ENTRAR' buttons. The 'GZH' logo is prominently displayed. Below the navigation, a 'DESTAQUES' section lists categories like 'INTER', 'GRÊMIO', 'PIONEIRO', 'VACINAÇÃO', and 'CPI DA COVID'. There are also regional links for 'ZH LEIA AGORA' and 'GAUCHA OUÇA AGORA', and a weather indicator for '14° PORTO ALEGRE'.

The main content area features several advertisements and news snippets:

- Crédito imobiliário**: A large purple banner advertising real estate credit starting from 3,95% a.a. with Bradesco.
- RETOMADA DAS ATIVIDADES**: A news snippet titled 'O que se sabe sobre a volta às aulas presenciais no Rio Grande do Sul' with a sub-headline 'Tire suas dúvidas sobre o decreto que trouxe a bandeira vermelha de volta'.
- NOVO LOTE**: A snippet titled 'RS receberá 353.750 doses' with a sub-headline 'Esporte e Cia'.
- Publicidade**: A car advertisement for 'FIAT MOBI TREKKING' with the slogan 'TÁ TUDO DOMINADO.' and the text 'MONTE O SEU FIAT'.

At the bottom, there is a footer area with a 'RUDDER' logo, a location pin for 'PORTO ALEGRE', and a play button icon.